

Danillo da Conceição Pereira Silva | Iran Ferreira de Melo
Lorena Gomes Freitas de Castro ORGANIZADORES



PROBLEMAS SOCIAIS, SUBALTERNIDADES E DISCURSO



CRIAÇÃO EDITORA

CONSELHO EDITORIAL

Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira Menezes
Maria Inêz Oliveira Araújo
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

Danillo da Conceição Pereira Silva
Iran Ferreira de Melo
Lorena Gomes Freitas de Castro
ORGANIZADORES

PROBLEMAS SOCIAIS, SUBALTERNIDADES E DISCURSO



VOLUME 3



Criação Editora

Aracaju | 2017

Todos os direitos reservados aos organizadores

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei em vigência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome do título da obra, organizadores, autores, editora, edição e paginação. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.619/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

PROJETO GRÁFICO: Adilma Menezes

CAPA: Matheus Brito

Catálogo Claudia Stocker – CRB5-1202

Problemas sociais, subalternidades e discurso
Danillo da Conceição Pereira Silva, Iran Ferreira de Melo,
Lorena Gomes Freitas de Castro(Organizadores). Questões de
Linguagem e Sociedade. N.3. Aracaju: Criação, 2017.

164 p. 21 cm.

ISBN. 978-85-8413-166-2

1. Sociedade 2. Problemas sociais 3. Linguagem-discurso
I. Título II. Danillo da Conceição Pereira Silva (org.) III.
Iran Ferreira de Melo(org.) IV. Lorena Gomes Freitas de Castro
(org.) V. Assunto

CDU 316.32+82

O rigor e a exatidão do conteúdo dos artigos publicados são da responsabilidade exclusiva dos seus autores. Os autores são responsáveis pela obtenção da autorização escrita para reprodução de materiais que tenham sido previamente publicados e que desejem que sejam reproduzidos neste livro.

Organizadores.

APRESENTAÇÃO

Sob o influxo das inúmeras e consideráveis transformações econômicas, sociais e políticas no cenário mundial, as quais caracterizam a face sociopolítica do que temos chamado de pós-modernidade, a superação das desigualdades sociais tornou-se uma das grandes condições para a elevação dos índices de desenvolvimento humano e a promoção de relações mais equânimes, sobretudo em contextos marcados pelo empobrecimento, fruto da exploração desenfreada do capital e do acirramento das relações de poder e opressão, como temos visto, de modo específico, na América Latina.

Tais dinâmicas de desigualdade e de acirramento das relações de opressão que marcam as sociedades contemporâneas, ainda que superados, em alguns contextos, seus modos de ação mais rudimentares, permanecem ativos e multiformes em sua escala de produção de vidas, corpos e identidades hierarquizáveis, inscrevendo, nas zonas inóspitas dessa hierarquia, aqueles e aquelas que, por fatores de raça, classe, nacionalidade, religião, propriedade, gênero, sexualidade, geracionalidade, condição física, dentre outros marcadores societais de classificação, representam o lugar que não se quer habitar, a exterioridade da

condição humana aceitável/desejável/preferível, desde um ponto hegemônico, nessa escala de vidas que (não) importam.

No intento de compreender/ de alterar tais processos sociais de exclusão, partindo de diferentes horizontes epistemológicos, inúmeros construtos teóricos têm sido elaborados nas últimas décadas, gerando diferentes designações para tais sujeitos, em face do critério sociopolítico que, de algum modo, motiva sua produção como o “outro”: pensados como “abjetos”, segundo a perspectiva de Julia Kristeva; vistos como “a parte inferior, abaixo da linha de absalidade”, segundo o pensamento sociológico de Boaventura de Sousa Santos; nomeados como “multidões queer”, nas perspectivas de gênero e sexualidade que deslegitimam os binarismos, conforme os estudos de Paul Beatriz Preciado; ou ainda, como “subalternos” nas perspectivas feministas pós-coloniais sul-asiáticas de Gayatri C. Spivak.

Apesar de nos estudos pós-coloniais sul-asiáticos, encampados a partir da década de 1970, este último termo servir para nomear “as camadas mais baixas da sociedade constituídas, pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”, como apresentado por Spivak no célebre *Pode o Subalterno Falar?*, aqui, tendo em vista a ampliação da complexidade e a proliferação dos fatores contemporâneos reconhecidos como potenciais índices de subalternidade ou índices subalternizantes, entendemos tal designação como muito mais abrangente, recobrando assim toda e qualquer experiência que, graças a uma dada relação social, lhe seja relegada à condição de inferioridade, de desprestígio, de violência e/ou exploração.

Dessa visada, no referido cenário de produção de subalternidades, a linguagem, tomada enquanto prática social situada que se realiza em discursos configurados nas múltiplas semioses, tem particular importância na manutenção/superação de desigualdades e violências baseadas nos mais diversos fatores

societais. Assim, assumimos que o fazer teórico e analítico da pesquisa científica em linguagem configura-se um instrumento político potencialmente eficaz no enfrentamento dos desafios que emergem de tais cenários, tanto pela possibilidade de desnaturalização de significados violentos atribuídos a grupos minoritários quanto pelo subsídio que este pode oferecer a ações engajadas no campo da educação e na elaboração de políticas públicas que visem ao combate de tais flagelos.

Uma postura filosófica como essa, tomada no bojo de atividades de produção do conhecimento como as dos trabalhos compõem a *Coleção Questões de Linguagem Sociedade* e, de modo, particular, este volume, apontam-nos para a necessidade de catalisar o processo de transformação ao qual o paradigma da pesquisa científica em ciências humanas tem sido submetido, em face das perguntas interpostas cotidianamente por aqueles a quem por muito tempo intitulamos “informantes” de nossos empreendimentos acadêmicos: qual a relevância de tal conhecimento para a realidade prática da vida humana? De que modo o estudo e a análise dos “dados coletados” nas atividades de pesquisa retornam, direta ou indiretamente, em forma de benefícios para as populações estudadas? Como, desde um paradigma dos estudos da linguagem, ao debruçar-se sobre a faceta linguística de um problema social, em si complexo, nossas pesquisas em linguagem têm levado em conta, na relação dialética própria de uma fazer interdisciplinar, os construtos filosóficos e teóricos de outros campos do conhecimento sobre tais fenômenos? Se isso não têm sido feito, quais os significados e as consequências depreensíveis? Qual o impacto social de nossas pesquisas “sociais”?

Tais perguntas aludem para um processo histórico e, deveras, político, de constituição desse campo ao qual chamamos ciências humanas e sociais, conforme amplamente discutido por Boaventura de Santos Sousa, em sua obra “Um discurso sobre as ciências” e a severa influência exercida neste pelos ditames

do paradigma positivista e cartesiano, próprio das ciências exatas e biológicas. Como fruto primeiro desse modelo, marcado pela valorização da pureza epistêmica, da objetividade (leia-se, da exclusão e da desvalorização do sujeito ou da subjetividade, sejam elas relativas ao sujeito pesquisador ou ao pesquisado), da sistematicidade absoluta, da racionalidade (por desprestígio à dimensão psicológica ou sensível do humano, vista como inferior a razão), bem como da hermeticidade e abstração de suas elucubrações (também como parte de seu projeto de racionalidade e de afastamento de um conhecimento intuitivo ou do “senso comum”), nasce o “projeto piloto das ciências humanas”, a Linguística.

Tais perspectivas, apesar de remontarem a um momento específico de gênese do pensamento moderno sobre a linguagem, a partir do qual esta passa a gozar do estatuto de “ciência”, essas continuam a influenciar, enquanto matriz de pensamento ou visada filosófica subjacente, diversos paradigmas (como os estruturalismos, os formalismos e, inclusive, alguns funcionalismos linguísticos), campos e disciplinas dos estudos da linguagem (ou as linguísticas), seja de modo mais aberto ou mesmo mais subliminar. Tais ressonâncias podem se realizar marcando a orientação de determinados procedimentos metodológicos, o modo como aparecem nomeados os sujeitos participantes das pesquisas, a folclórica relação de “objetividade” e “neutralidade” demandada e sustentada na relação dos sujeitos pesquisadores com os sujeitos pesquisados ou frente aos “dados coletados”, no modo como a divulgação científica ocorre e é textualizada, bem como noutros *ad infinitum*.

Quais as implicações éticas e políticas de se produzir conhecimento assim? Quais os impactos de se importar ideologias, concepções, procedimentos metodológicos e narrativas sobre “cientificidade ou sobre a falta dela”, sobre “relevância/irrelevância de dados” diretamente das égides das ciências exatas ou da natureza para a pesquisa em linguagem? Quais as conota-

ções ou os implícitos da suposta imparcialidade de pesquisadores das ciências sociais (dentre elas, as linguísticas) frente aos eventuais problemas pesquisados? Para que (a quem) servem então as pesquisas que deste lugar epistemológico realizamos? Indubitavelmente, estas são perguntas que povoam o horizonte de quem hoje se ponha, de forma refletida, a pensar sobre o que faz e não apenas a fazê-lo.

De uma perspectiva pós-estruturalista, inaugurada, de modo particular, com as elucubrações da vasta obra foucaultiana sobre o discurso, a qual é hoje predominante na análise social e cultural (exceto nos estudos da linguagem, o que é sintomático), cremos que “é impossível separar a descrição simbólica, linguística da realidade – isto é, a teoria – de seus ‘efeitos de realidade’” (SILVA, 2013, p. 11)¹. Desse modo, “a teoria não se limitaria, pois, a descobrir, a descrever, a explicar a realidade: a teoria estaria irremediavelmente implicada na sua produção. Ao descrever um objeto, de certo modo, a teoria inventa-o” (SILVA, 2013, p. 11)².

Tomando tais asserções como ponto de partida, no mínimo duas perspectivas podem ser pensadas para o fazer teórico nos estudos da linguagem. Destas, a primeira incide sobre o objeto de nossa atividade científica e a segunda recai sobre nosso próprio fazer teórico, metodológico e analítico, a saber: 1) a relação entre linguagem e realidade social não pode ser tomada como especular ou representacionista, ou seja, a linguagem em uso, o discurso, tem poder constitutivo na elaboração do mundo, em suas diversas instâncias; e 2) as nossas teorias, metodologias e análises são também discursos contingentes, ou seja, construtos humanos influenciados, afetados, “sujeitos” de/a momentos históricos nos quais são produzidos, a posições sociais ocupadas por seus sujeitos produtores (pesquisadores), a ideologias

1 SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3 ed. São Paulo: Editora Autêntica, 2013.

2 Idem.

(científicas/políticas/ de classe/ raça/ gênero etc.), a implicações institucionais várias e são, irremediavelmente, modos de ação na elaboração da realidade social e das condições de vida de sujeitos concretos, uma vez que também são discursos.

Diante do horizonte delineado pelas discussões até aqui realizadas, podemos entrever algumas respostas para as várias perguntas diante das quais nos pomos neste percurso, e é justamente assumindo as implicações de perspectivas nos estudos da linguagem, como as elencadas acima, que os trabalhos reunidos neste livro se interseccionam e se põe em diálogo/duelo. Assim, vemos em relevo a responsabilidade social inscrita sobre nossa pesquisa acadêmica, seja por se debruçar na investigação de discursos que tem potencial ativo na elaboração da sociedade, seja por ser ela também um discurso que, graças ao capital cultural e simbólico que possui, goza de condições potenciais de manutenção ou alteração da realidade social.

Nessa direção, como amplamente ventilado em produções intelectuais como as publicadas em Rajagopalan (2003³, 2010)⁴ e Moita Lopes (2014)⁵, um imperativo ético e político se impõe sobre nós, pesquisadores das diferentes vertentes e paradigmas no campo dos estudos da linguagem: a necessidade do desenvolvimento de pesquisas que partam da realidade social das comunidades humanas e que possam oferecer a estas algum tipo de contribuição para a superação de dilemas sociais que as atingem, de diferentes ordens e abrangências, e que estão na base da produção de condições sociais de vidas, corpos e identidades lidos como subalternos.

No intento de oferecer uma resposta coerente com as preocupações elencadas ao longo desta apresentação, reúnem-se nes-

3 RAJAGOPALAN, Kanavillil (Org.). *Nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

4 RAJAGOAPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

5 MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

te livro diferentes trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores que, das diversas tradições e correntes dos estudos do texto e do discurso, têm investigado a dimensão discursiva de diferentes problemas sociais (racismo, xenofobia, homofobia, transfobia, misoginia, lesbofobia, preconceitos classistas e tantas outras formas de violência e de subalternização de identidades), em práticas realizadas em diferentes ambientes (virtuais, escolares, midiáticos, literários, jurídicos, publicitários, religiosos, acadêmicos, entre outros), os quais têm colaborado para subalternização de sujeitos sociais e de suas condições concretas e simbólicas de vida.

Danillo da Conceição Pereira Silva

Iran Ferreira de Melo

Lorena Gomes Freitas de Castro

SUMÁRIO

- Estratégias biopolíticas em discursos acerca da Operação Cracolândia: sobre vidas que (não) importam **15** Francisco Vieira da Silva
Rafael de Souza Bento Fernandes
- Concepções da identidade surda no discurso científico alemão: um exemplo atual da teatrologia **37** Romana Castro Zambrano
Cleide Emília Faye Pedrosa
- Lugares retóricos, falácias e figuras na construção preconceituosa da imagem discursiva do negro no cordel **59** Simone Pereira da Silva
Márcia Regina Pereira Curado Mariano
- Habitar o espaço invisível: notas sobre moradores de rua, territorializações outras e formas de (des) subjetivação na contemporaneidade **79** Éderson Luís da Silveira
Lucas Rodrigues Lopes
- Prática social, capital cultural e identidade: uma análise crítica do discurso **93** João Paulo Lima Cunha
- Uma análise discursiva sobre os significados representacionais e identificacionais em textos de canções sobre educação do campo **115** Sanadia Gama dos Santos

A literatura (in)útil: a **129** Ramon Diego Câmara Rocha
desautomatização social a partir
do tratamento estético com a
linguagem

Representação de família em **145** Maristela Felix dos Santos
desenhos animados infantis

Estratégias biopolíticas em discursos acerca da *Operação Cracolândia*: sobre vidas que (não) importam

FRANCISCO VIEIRA DA SILVA¹

RAFAEL DE SOUZA BENTO FERNANDES²

Eu confessarei que os venenos excitantes me parecem não apenas um dos mais terríveis e dos mais seguros meios de que dispõe o Espírito das Trevas para recrutar e escravizar a deplorável humanidade, mas mesmo uma das suas incorporações mais perfeitas (BAUDELAIRE, 2005, p.46).

1 Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus Caraúbas, Rio Grande do Norte. Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado Maria Eliza de Albuquerque Maia (CAMEAM), Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte. Endereço Profissional: Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Sítio Esperança II, Zona Rural, Caraúbas- RN, CEP: 59870000, Brasil. E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br.

2^o Doutorando em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Bolsista da CAPES pelo edital de doutoramento sanduíche PSDE-2016, alocado no Instituto de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Endereço Profissional: Av. Colombo, 5790, Zona 7, Maringá – PR, CEP: 87020-900, Brasil. E-mail: rafaelbfernandes@hotmail.com.

*Bela, rica, intelectual, democrática, viva, esportiva, cultural, sentimental, romântica, moderna, séria, extrovertida, profissional. Afinal, o que define São Paulo? Não há absolutamente nenhum adjetivo que consiga decifrar com exatidão o que representa uma das megacidades do mundo*³.

COMENTÁRIOS INTRODUTÓRIOS

Em maio de 2017, uma operação realizada pelas polícias civil e militar, com o apoio da prefeitura municipal, objetivou desmontar a venda e o consumo ilegal de drogas no centro da cidade de São Paulo, na região costumeiramente chamada de “Cracolândia”. Além do combate ao consumo de entorpecentes, a operação propôs-se a “limpar” o espaço, notadamente conhecido pela larga presença de usuários de drogas, os quais perambulam pela região, invadindo prédios e ocupando praças, de maneira a transformar essa porção da cidade numa imensa vitrine na qual o sujeito condenado à invisibilidade insiste em ser visto. Assim, no dia vinte e um de maio, mais de novecentos agentes das polícias antes explicitadas conseguiram prender cerca de trinta e oito pessoas e uma acabou ficando ferida no confronto perpetrado pelo aparelho policial contra os usuários de *crack* da região anteriormente mencionada⁴.

Ao término da operação, o prefeito João Dória (PSDB) sentenciou: “A Cracolândia aqui acabou, não vai voltar mais”. Posteriormente, recuperado do fulgor inicial, o gestor⁵ atenuou a afir-

3 Disponível em: <<http://www.visitesaopaulo.com/o-que-define-sao-paulo.asp>>. Acesso em 2 jun. 2017

4 Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/policia-faz-operacao-na-cracolandia-no-centro-de-sp.shtml>. Acesso em: 28. maio. 2017.

5 Quando da eleição do prefeito João Dória (PSDB) em 2016, inúmeros dizeres e imagens que circularam na campanha frisaram que o então candidato não se tratava de um político, mas de um gestor. Implicado num discurso anti-político, que afastaria Dória da categorização depreciativa de político (sinônimo de corrupto), a cidade de São Paulo teve a maior quantidade de abstenções das últimas seis eleições: 21,84% deixaram de votar. O percentual de votos nulos foi de 11,35%. Dado disponível em: <<https://www.uol/eleicoes/especiais/raio>>

mação de outrora, destacando que, a despeito de não se poder resolver completamente um problema tão complexo, a ação da polícia foi exitosa no sentido de que o esvaziamento da área culminará com a demolição dos prédios, de forma a recriar outra cenografia para a região. Além disso, no momento em que este texto foi escrito, o prefeito João Doria requeria ao Ministério Público a autorização para internar compulsoriamente os usuários remanescentes da Cracolândia em clínicas de reabilitação para dependentes químicos. Outra questão espinhosa para a qual o poder público empreendia toda sorte de esforços residia na intervenção de praças e demais espaços públicos que haviam sido ocupados pelos usuários expulsos da Cracolândia⁶.

Independentemente dos resultados provocados pela operação Cracolândia, ou seja, se haverá de fato uma redução no número de dependentes químicos na região ou se essa ação será apenas um paliativo frente à dinâmica do comércio e do consumo de drogas, importa-nos pensar neste escrito, de modo mais pontual, acerca dos discursos em torno da operação Cracolândia, com vistas a analisar as estratégias biopolíticas que amparam essa ação do governo, notadamente no que se refere aos esforços voltados à gestão da população no enfrentamento do uso de drogas como um problema social de gravíssimo impacto na saúde populacional.

Assim, as reflexões desenvolvidas por Michel Foucault (1999; 2007) acerca do biopoder e da biopolítica servirão de norte para as análises desenvolvidas neste texto. De acordo com Foucault (2007), o biopoder sucede o poder soberano cuja máxima apreçoava “o fazer morrer e deixar viver”. Na lógica do biopoder, o foco do governo incide sobre a vida da população, de maneira

-x-2016-1-turno-sao-paulo.htm#sao-paulo-tem-maior-abstencao-e-votos-nulos-das-ultimas-seis-eleicoes?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 29 maio. 2017.

6 Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/05/28/na-nova-cracolandia-madrugada-tem-ratos-frutas-e-humilhacao-seu-lixo.htm>>. Acesso em: 29. maio. 2017.

a prevalecer “o fazer viver e deixar morrer”. Nesse ínterim, entram em jogo as biopolíticas, compreendidas como esforços governamentais que atuam sobre a gestão do indivíduo no âmbito de um contingente populacional. Ao historicizar essa mecânica de poder, as investigações foucaultianas irão enfatizar que as biopolíticas centram-se sobre aspectos como as taxas de mortalidade, o controle dos nascimentos e a longevidade da população. Em síntese, as estratégias biopolíticas objetivam regular, por meio de mecanismos de saber-poder, os processos vitais dos sujeitos num nível amplo de controle.

Nesse sentido, destacamos que a operação Cracolândia, assim como o combate às drogas em geral, em que pesem os paradoxos inerentes a todas essas ações, configuram-se como estratégias biopolíticas, na medida em que se valem do cuidado com a vida e o bem-estar da população como uma justificativa para intervir sobre os espaços e, inclusive, utilizar do aparelho repressor, com vistas a normalizar as condutas e os comportamentos dos sujeitos que estão à margem do biopoder. Conforme descreve Milanez (2014, p. 184), o processo de discursivização do usuário de drogas compõe uma imagem do terror “do qual o corpo da população das ruas vai ser alvo, dizendo-se, assim, dos temores da ausência de controle do estado em relação aos inimigos sociais do bem-estar por meio de uma biopolítica do proibicionismo”.

O olhar diagnóstico sobre o presente, conforme propõe Foucault (2008c), impinge-nos a pensar no modo como as formas de racionalidade dos tempos atuais agem sobre a construção de processos de subjetivação, sobre os modos por meio dos quais os sujeitos, ao serem objetivados por meio de saberes, fazem um exercício ético e estético de suas existências. Nesse raciocínio, por meio de procedimentos de exclusão/inclusão, por exemplo, operam-se práticas de divisão entre os que estão em situação de drogadição e os que se situam no contraponto deste estado, sobre os quais se aloja a rubrica da normalidade.

Como materialidades discursivas para análise, selecionamos três notícias que tratam da operação Cracolândia, deflagrada em maio de 2017. As referidas notícias foram publicadas em *sites* de jornais e portais de notícias da *web*, tais como *G1*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, nesse período.⁷ Do ponto de vista metodológico, este estudo segue um viés descritivo-interpretativo, cuja abordagem caracteriza-se como sendo eminentemente qualitativa.

O texto encontra-se organizado em três partes, além destes comentários de natureza introdutória. Nesse sentido, na primeira parte, discutimos os principais conceitos teórico-metodológicos de Foucault, os quais balizam a análise das materialidades discursivas selecionadas; na seção seguinte, tem-se o exame dessas materialidades e, no tópico final, tratamos de discutir de maneira mais geral os principais pontos tratados no texto.

1 “NÃO EXISTE AMOR EM SP”: FAZER MORRER, DEIXAR VIVER

A questão que perfaz o gesto leitura é: a quem pertence à cidade? Que direito tem o governo sobre a vida e morte dos cidadãos? Quais critérios de exclusão/inclusão são mobilizados quando da retirada compulsória de determinado corpo populacional para longe de certos bairros? Evidentemente, não se trata de uma postura normativa acerca do que deve o gestor vir a fazer, mas um exercício de análise do complexo jogo entre saberes ditos verdadeiros e poderes que atravessam e sustentam uma dada produção enunciativa que, dada a relevância em termos econômicos e administrativos, suscita críticas, surpresa, reprovação, aplausos e admiração, bem como mobiliza memórias do que é viciado, do que é São Paulo, de experiências anteriores de higienização das cidades⁸, etc.

7 Realizamos uma busca no Google no dia 28 de maio de 2017. Os primeiros resultados que aparecerem na ocasião foram considerados para a constituição do corpus deste estudo.

8 Termo utilizado para definir experiências de retirada de pessoas das camadas mais pobres da população de centros urbanos por intermédio de ação policial/militar violenta. No que diz respeito à discussão sobre “banalização da vida”, ver Cruz-Neto e Minayo (1994).

A partir de uma série de deslocamentos teórico-epistemológicos, Foucault (2008a) valeu-se da concepção nietzschiana de verdade, que é a “vontade de verdade”, princípio basilar o qual estabelece que as “coisas” não tem existência fixa (ideal), mas são contingentes à *doxa* e, portanto, às práticas sociais. Em “Arqueologia do Saber”, o filósofo francês explicou pormenorizadamente os mecanismos de produção dessas verdades segundo enunciados (funções de existência) ligados entre si por positividades, os quais se articulam em “formações discursivas” – sistemas de similar emergência de objetos, distribuição dos modos enunciativos, posicionamento e dispersão de conceitos e escolhas estratégicas.

Machado (2014), ao tratar sobre a inovação da pesquisa foucaultiana, salienta que a História da Loucura, por exemplo, não se refere a um suposto gesto fundador da psiquiatria, que costumeiramente se atribui ao médico Pinel, mas da patologização da loucura. Desse modo, na época clássica, segundo o estudo do filósofo, a designação de alguém como louco, as instituições que o recebiam, os critérios de internação e sua consequente exclusão da sociedade não dependiam de uma ciência médica, mas de uma “percepção” do indivíduo como ser social. Percepção essa dispersa, produzida por diversas instâncias da sociedade como a polícia, a justiça, a família, a igreja, dentre outras, cujos critérios respaldavam-se na transgressão das leis da razão e da moralidade.

Da criação do Hospital Geral pelo Rei da França em 1656, Foucault observou que a instituição “semi-jurídica” destinava-se aos pobres, válidos ou inválidos, doentes ou convalescentes, curáveis ou incuráveis como lugar da prática da caridade. Segundo ampla historicização, houve, nesse período, uma profunda mudança de foco institucional, haja vista que o objetivo, posteriormente, passou a ser isolar e segmentar grupos menos favorecidos – período que Foucault designou como “Grande Enclausuramento”. O Grande Enclausuramento é, nesse sentido, um fenômeno eminentemente moral, um instrumento do poder político que não apenas excluiu da sociedade aqueles que

escapavam a suas regras, como também criou uma população homogênea, de características específicas como resultado dos critérios que institui e exerce (MACHADO, 2014).

Parafraseando Machado (2014), a população formada pelas práticas e pelas regras do Grande Enclausuramento era constituída por quatro regiões ou domínios de experiência. A maior parte dos motivos de internação nesses estabelecimentos repressivos dizia respeito à sexualidade: a sexualidade imoral do doente venéreo (que adquiriu o mal fora da família), a sodomia, a prostituição, a “devassidão”, a “prodigalidade”, a “ligação inconfessável” e o “casamento vergonhoso”. A segunda região referia-se a fenômenos da ordem da profanação do sagrado: desordem do coração, da alma, desordem moral ou social, blasfêmia, suicídio, magia, feitiçaria e alquimia. O terceiro domínio, por sua vez, era formado pelos libertinos, sinônimo de “irracionalismo e subordinação da razão à não-razão dos desejos do coração” (MACHADO, 2014, p. 40). Assim, na época clássica, o lugar do louco é o Grande Enclausuramento. Isso significa que ele não era percebido como doente e muito menos como doente mental. Como salienta Machado (2014), no Hospital Geral não havia tratamento. Se o médico fazia visitas esporádicas a esses estabelecimentos, era por medo de que a população internada adoecesse e pudesse contaminar a cidade, em especial, com a famosa “febre das prisões” (o tifo).

Esse processo de outrora recobre acontecimentos do presente com larga camada histórica de medos, receios, aversões ao corpo doente, “vagabundo”, drogado, “perdido”, “ladrão”, enfim, que toma a exclusão social como força motriz e estratégia do poder para afastar da cidade “bela, rica, intelectual, democrática, viva, esportiva, cultural, sentimental, romântica, moderna, séria, extrovertida, profissional” o elemento alheio, o qual, de forma alguma, combina com os adjetivos utilizados na página oficial de turismo da cidade de São Paulo. Essas redes de sentido que classificam palavras e coisas segundo uma

determinada direção interpretativa (de uma forma e nunca de outra) suporta práticas sociais (naturalmente discursivas) como ato político partidário para “resolução” do que se define como “problema”, investido de saberes de ordem médica (males da drogadição), religiosa (do pecado contra a vida), econômica e moral (da “vadiagem”).

Se, como observa Machado (2015), em um primeiro momento, Foucault investigou as condições histórico-filosóficas de existência das ciências humanas, a partir da década de 1970, o filósofo tratou do aparecimento de saberes sobre o homem como elementos de uma disposição de natureza política. No curso “Em defesa da sociedade”, Foucault (1999) estabeleceu as bases para uma analítica do poder que, opondo-se às teses do *Leviatã*, de Hobbes, centrou-se nas regras da produção da verdade, atravessadas por uma complexa trama de poderes – cuja genealogia remete ao sistema do direito do campo de saberes judiciários (do poder régio, soberano). Esses deslocamentos têm cinco efeitos sobre seu método de investigação, a saber: 1) não se trata de investigar formas regulamentadas de poder centralizadas. Ao contrário: trata-se de apreender o poder em suas extremidades, em seus delineamentos, que se consolida em técnicas e em práticas (como a prática da punição); 2) não se trata de analisar o poder “intencional”, já constituído, mas de sua instância material de sujeição (as práticas que constituíram pouco a pouco o poder soberano); 3) deve-se evitar tomar o poder como algo homogêneo, maciço, que se concentra na figura de um único sujeito; mas, ao contrário, deve-se compreendê-lo como algo que circula, algo que transita pelos indivíduos (inclusive, é um efeito do poder que os indivíduos sejam reconhecidos como tal); 4) não se deve compor a análise dos poderes a partir do centro, mas “de baixo”. É preciso examinar o modo como os fenômenos, as técnicas, os procedimentos de poder atuam; mostrar como esses procedimentos se deslocam, se estendem, se modificam e, sobretudo, “como eles são investidos,

anexados por fenômenos globais, e como poderes mais gerais ou lucros de economia podem introduzir-se no jogo dessas tecnologias, ao mesmo tempo relativamente autônomas e infinitesimais, de poder”. (FOUCAULT, 1999, p.26). Por fim, deve-se desvencilhar do modelo de Hobbes e das teorias marxistas de procedimentos ideológicos sobredeterminados pela economia. Há que se levar em consideração os mecanismos de poder em uma conjuntura histórica mutável, nas quais as práticas (bem como sistemas de exclusão) tornam-se economicamente lucrativas e politicamente úteis.

Assim, urge a necessidade de uma nova “analítica do poder” para o estudo de processos histórico-discursivos, como é o caso da inovação burguesa (séculos XVII e XVIII), a qual tem por característica a extração de tempo, de trabalho, de bens e riquezas do corpo social sem que haja, paradoxalmente, a existência física de um soberano. Essa é a “mecânica do poder” do qual Foucault (1999) tratou em relação aos poderes que incidem sobre os corpos (individuais e sociais), enquanto sistemas de dominação em perspectiva não dicotômica (de opressor e oprimido).

Nesse sentido, Farhi Neto (2010) sublinha as relações da política com a saúde na constituição do “poder medial” em Foucault. Para o autor, existe uma “rede de micropoderes” que compõe gestos, comportamentos e “desenho dos corpos” na configuração disciplinar de indivíduos, a denominada “anatomopolítica”. O dispositivo do “direito à vida” que se converteu em “direito à saúde” desvela os processos pelos quais a sociedade (ainda no século XIX) paulatinamente passou a regular, ordenar e condicionar normas por critérios jurídicos que têm por base performances fisiológicas, estabelecendo, assim, o “normal” e o “anormal” (que precisa de intervenção terapêutica). O corpo é, desse modo, uma realidade biopolítica e a medicina é uma de suas estratégias. A população é governável pela saúde (objeto de um poder médico), pela purificação da raça (cuja “limpeza” se dá pela guerra), pela protuberância do sexo (orientada pelo

mecanismo da sexualidade) e pela predisposição ao dano (condição para o Estado provém segurança).

Destacam-se, no mecanismo biopolítico, dois elementos: um objeto correlato às suas práticas e um meio de inserção desse objeto. Nesta primeira formulação, o objeto biopolítico é a saúde da população, a saúde da multiplicidade dos corpos que compõem a população do Estado, a população urbana ou a força de trabalho. Esse objeto é correlato de uma prática discursiva específica, a medicina social, e as diversas instituições correspondentes, os departamentos de saúde dos Estados, os planos de governo, as leis de saúde pública, os programas de partidos, os hospitais, etc. Em segundo, o mecanismo político é composto pela representação do suporte de inserção material do seu objeto: o meio. O objeto correlativo à biopolítica está sempre inserido em um meio, que é representado, no mecanismo de poder-saber biopolítico, como uma espécie de natureza (FARHI NETO, 2010, p.46-47).

São esses mecanismos de poder-saber biopolítico que pesam na análise enunciativa que propomos no trabalho. No entanto, enquanto medida de exclusão do corpo social, que apaga as marcas (como o caso dos grafites⁹), que afasta as pessoas indesejadas naquele ambiente específico, suportado por regimes de verdade de uma dada formação discursiva (relacionada, por positividades, ao discurso sobre a família, sobre segurança, sobre economia, etc.), cabe a pergunta-problema: a saúde de quem? Do doente (drogado) ou do corpo social que “sofre” com a proximidade de corpo social “indi-

9 A administração da cidade de São Paulo do governo Dória ordenou que fossem cobertos grafites da cidade com tinta cinza. A ação conhecida como “Cidade Limpa” gerou muita controvérsia, em especial quando foram cobertos famosos grafites da avenida 23 de maio. Para maiores informações, ver: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1877363-grafites-cobertos-por-tinta-cinza-de-doria-ressurgem-na-av-23-de-maio.shtml>>. Disponível em 05 jun. 2017.

gesto”? Como evocamos no subtítulo: quais vidas importam para gestão da cidade São Paulo? Mais do que efeito retórico, o subtítulo tem por objetivo sinalizar a questão central: a de que fazer viver é, paradoxalmente, deixar morrer, como alerta a prerrogativa foucaultiana.

Como afirma Duarte (2008), se em um primeiro momento da fase genealógica Foucault atentou para as “disciplinas”, que podem ser definidas como aquilo que organiza a disposição dos homens no espaço, visando otimizar o desempenho, a divisão e o controle do tempo dos indivíduos, em um segundo momento, o filósofo voltou-se para o corpo social, atravessado por complexa rede de micropoderes disciplinares cujo objetivo é gerir e administrar a vida humana. Assim, o poder disciplinador/normalizador concentra-se na figura do Estado e, principalmente, nas políticas estatais de controle da vida. Há um paradoxo assustador: cuidar da vida implica, necessariamente, uma exigência contínua da morte em massa (como ocorre, por exemplo, nas guerras e nos regimes totalitários eugênicos).

Por efeito de memória, sob outras condições históricas, geográficas e políticas, recria-se a experiência da Grande Enclausuramento a partir de outros lugares discursivos, como objetivo similar: o de promover a docilização dos corpos os quais devem ser “limpos” (de drogas, de sujeira, de estigmas sociais) e produtivos, o que, em certo sentido, destitui-lhes o estatuto de cidadão: são pecaminosos, doentes, criminosos; por fim, indesejados. Os qualificadores do *site* de turismo, em certo sentido, predizem quem é o corpo social da cidade de São Paulo e, de forma não evidente, também quem não o é. Criolo assevera, na música “Não existe amor em SP”¹⁰, que a grande cidade brasileira é um buquê – como tal, lindo, colorido, romântico e, paradoxalmente, morto (ao menos na parte que se interessa que

10 <https://www.vagalume.com.br/criolo/nao-existe-amor-em-sp.html>. Disponível em: 5 jun. 2017.

morra). Compreender os mecanismos de saber-poder linguisticamente articulados nas três materialidades à luz da analítica do poder foucaultiana é o desafio do próximo item.

2 ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS NA OPERAÇÃO CRACOLÂNDIA: EXERCÍCIOS DE ANÁLISE

De acordo com o que frisamos na introdução deste escrito, as materialidades selecionadas para análise recobrem excertos de três notícias que enunciam a respeito da Operação Cracolândia. Nesse sentido, tomamos como objeto de análise fragmentos da primeira notícia.

(1)

Cracolândia resiste após operação em São Paulo

Prefeito da cidade, João Doria havia anunciado o fim do feirão de drogas, mas depois atenuou discurso

SÃO PAULO - Pelo menos uma centena de usuários de crack se concentravam, na tarde de ontem, em frente prédio do Memorial da Resistência, a 500 metros do local onde a polícia Civil e Militar de São Paulo deflagaram uma operação na manhã do último domingo. Contrariando o vaticínio de que "a Cracolândia acabou", feito um dia antes pelo prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), várias pessoas, envoltas em cobertores e papelões, acendiam seus cachimbos caseiros nos quais queimavam a pedra amarela de crack, sob o olhar da PM.

Pelo menos 200 policiais reforçavam a segurança na região e, de acordo com assistentes sociais, forçavam usuários a se deslocarem pela área central de São Paulo para evitar a concentração conhecida como "fluxo", que dominou um dos quarteirões do bairro na última década.

A afirmação de Doria, que acompanhou a ação policial e se apressou em decretar o fim do problema que seu padrinho, o governador Geraldo Alckmin, tenta combater desde 2001,

abriu uma crise entre os dois. Ontem, Doria atenuou o discurso, argumentando que acabou o “shopping da droga”. Mesmo argumento do secretário estadual de Segurança Pública, Mágino Alves, que reuniu a imprensa para fazer um balanço da operação e negar a erradicação da cracolândia (O GLOBO, 2017, s.p.)¹¹.

Conforme se pode depreender do excerto antes explicitado, a intervenção do poder público na região da Cracolândia denota um interesse estatal com pretensões de administrar a vida e o corpo da população (DUARTE, 2008), mais precisamente dos sujeitos que se encontram em estado de drogadição. A notícia, já no título, alerta para o fato de os usuários de droga persistirem nos arredores da Cracolândia, o que supõe que as medidas tomadas pela prefeitura não conseguiram anular por completo a presença desses sujeitos. A posição que enuncia na notícia dar a ver, portanto, que a atuação das forças estatais, embora tenha dispersado os usuários de um espaço circunscrito, não suscitou o total desaparecimento do consumo de *crack* nas imediações, tendo em vista que a resolução dessa questão envolve muitos outros fatores. Em linhas gerais, a voz que enuncia na notícia desmonta a declaração enfática do prefeito Doria na véspera de que a Cracolândia havia acabado e, por isso, desnuda, de certa forma, a ineficiência da medida adotada pela gestão.

A descrição na notícia dos sujeitos usuários (“envoltas em cobertores e papelões, acendiam seus cachimbos caseiros”) frente à materialização do poder repressor (a PM) faz-nos pensar que toda estratégia de poder comporta táticas de resistência, conforme previa Foucault (1995). Nesse sentido, a presença indesejada dos usuários de drogas, mesmo após o desmantelamento do principal foco de venda, constitui uma engenhosidade em relação às ações da biopolítica. Mesmo que, consoante reitera a notícia, os policiais forçassem os “usuários a se deslocarem pela

11 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/cracolandia-resiste-apos-operacao-em-sao-paulo-21378653>>. Acesso em: 02. jun. 2017.

área central de São Paulo para evitar a concentração conhecida como “fluxo”, o fato é que esses sujeitos desafiavam a ordem e a norma, impondo-se ao plano de limpeza espacial do poder público. De acordo com Foucault (1999), a norma pode se aplicar tanto a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se pretende gerir. Nesse sentido, a necessidade de a polícia separar individualmente cada usuário, fazendo com que se desloquem pelo espaço, representa um dos elementos do funcionamento da norma, pois, ao incidir sobre o corpo de cada sujeito em situação de drogadição, regula toda uma população que se encontra em semelhante condição.

Dando prosseguimento às análises, vejamos o fragmento a seguir, retirado de uma materialidade publicada pelo Jornal *Folha de S. Paulo*.

(2)

Operação na cracolândia foi selvageria sem paralelo, diz promotor da saúde

O promotor da área da saúde, Arthur Pinto Filho, vinha conversando com a gestão João Doria (PSDB) nos últimos dois meses sobre a formatação do atendimento aos viciados da cracolândia. Ele diz ter sido surpreendido no domingo (21) com uma operação totalmente diferente do combinado.

O membro do Ministério Público classificou a ação como uma “tragédia” e “selvageria”.

Folha - Como o senhor vê a operação na cracolândia?

Arthur Pinto Filho - Como uma tragédia. Um equívoco do começo ao fim. Uma ação que não tem nenhuma vírgula do que foi tratado com a prefeitura. Discutimos durante dois meses a elaboração do projeto chamado Redenção. Projeto foi feito, escrito e nos encaminhou projeto para última discussão na quinta-feira. O projeto em nenhum momento traz qualquer coisa que aconteceu (RODRIGUES, 2017, s.p.)¹².

12 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886815-operacao-na-cracolandia-foi-selvageria-sem-paralelo-diz-promotor-da-saude.shtml>. Acesso em: 03. jun. 2017.

A classificação atribuída para a operação Cracolândia pelo promotor da área da saúde delata a heterogeneidade dos posicionamentos discursivos em torno da operação, mesmo por sujeitos que fazem parte da aparelhagem estatal. Como membro do Ministério Público, o promotor discorda do modo como a gestão Doria demandou esforços para a transformação da vida humana (PELBART, 2009). Assim, o projeto de intervenção que havia sido elaborado pela gestão municipal, em parceria com os membros do Ministério Público, não previa a ação violenta que ocorreu (“não tem uma vírgula do que foi tratado na prefeitura”). Assim, o discurso indireto do sujeito entrevistado pela Folha, destacado na manchete, emoldura a constituição do texto jornalístico, tendo em vista que o posicionamento desse sujeito é o elemento principal para a noticiabilidade, enfatizado principalmente por meio da entrevista.

“A selvageria sem paralelo” de que fala o promotor circunscreve o *modus operandi* de uma prática biopolítica caracterizada por ares higienistas, na medida em que se utiliza do aparelho repressor para disciplinar os corpos indesejáveis, no nível populacional, em determinados espaços, na medida em que tais corpos “sujam” e “enfeiam” um ideário de cidade que se quer manter. Além disso, põem em risco a vida e o bem-estar da outra parcela populacional que precisa ser cuidada. Conforme entende Foucault (1999), esse tipo de poder considera o indivíduo “mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade” (FOUCAULT, 1999, p.294).

Ademais, a afirmação do prefeito-gestor, amplamente noticiada, insiste no efeito de acabamento do problema social, como se não se tratasse de pessoas, a rigor, cidadãos de São Paulo. Estratégia biopolítica que incide sobre a “saúde” e assinala o processo anterior às sutilezas do poder que caracterizam as democracias contemporâneas: é “selvageria” que decreta morte da “terra do crack” – “a cracolândia acabou”. O olhar do jornalista, no esta-

belecimento de regimes de visibilidade sob a prerrogativa inevitavelmente equívoca de “traspor” realidade social (como se a linguagem fosse transparente), focaliza o corpo (social, populacional) a partir de seu degrado (“envoltas em cobertores e papéis”), ao passo que a força policial, por mais bem intencionada (segundo evidência monumental linguístico-discursiva), nada pode fazer, já que se extingue o problema de um lugar, e ele resurge em outro.

Em certo sentido, dada a configuração da materialidade discursiva e dos nós com os quais a trama de sentidos constitui a “realidade” (contingente às formações discursivas), a mesma maneira como foi escrita a primeira notícia poderia tratar tanto de pessoas como de uma praga – como se não houvesse diferença. Esse discurso respalda a ideia de “banalização da vida”, discutida por Neto-Cruz e Minayo (1994) ou, segundo viés foucaultiano do que se faz viver, do que se deixa morrer. Ainda com vistas ao poder disciplinar do soberano-gestor melhor seria formulado: deixar viver (a cidade bela, dinâmica, ...) e fazer morrer (a vida indigesta).

Por fim, a última materialidade analisada assinala o funcionamento das estratégias biopolíticas que objetivam a internação compulsória dos sujeitos em estado de drogadição. Eis um fragmento da notícia:

(3)

Prefeitura quer internar a força usuários de drogas da Cracolândia

Mais um dia de confusão na região conhecida como Cracolândia, em SP.

O Ministério Público criticou as ações da prefeitura.

A Procuradoria da Prefeitura de São Paulo entrou com pedido de tutela de urgência, nesta quarta-feira (24), para que médicos municipais avaliem a necessidade de usuários de crack serem internados compulsoriamente. O pedido ao Tribunal de Justiça ocorre em meio a operações policiais e de demolição na Cracolândia.

O pedido deve ser avaliado ainda nesta terça-feira, segundo a administração municipal. De acordo com o secretário de Negócios Jurídicos, Anderson Pomini, caso seja deferido, as pessoas em situação de “drogadição” poderão ser abordadas por uma equipe multidisciplinar e encaminhadas a um médico municipal que vai avaliar se o dependente tem a necessidade de ser internado compulsoriamente (G1, 2017, s.p.)¹³.

O emprego da expressão “internar a força” no título da notícia espetaculariza as medidas adotadas pelo poder público municipal no tratamento dos remanescentes da Cracolândia. A necessidade de uma eventual internação compulsória, por meio de estratégias de saber-poder específicas, atrela-se às práticas biopolíticas caracterizadas por mecanismos de reclusão, outra adotados de modo habitual, conforme tratamos no tópico anterior. Para tanto, subsiste o apelo ao dispositivo jurídico o qual determina como as ações biopolíticas podem ser efetuadas.

Essa prerrogativa possibilita-nos interrogar até que ponto a decisão política de tornar a cidade mais bonita (“limpa”, conforme o *slogan* do apagamento dos grafites da avenida 23 de maio) não está baseada numa apreciação moral do indivíduo como ser social, ao invés de uma preocupação majoritariamente médica (suportada pelos saberes do campo da psiquiatria), tal como a experiência da Grande Enclausuramento do século XVII. Novamente indagamos: quais vidas que importam? É válido considerar que a figura do médico, de acordo com o que se enuncia na notícia, é a condição essencial para se estratificar a população de usuários de crack, determinando quem será internado ou não. Esse mecanismo de saber-poder objetiva o sujeito dependente sob a batuta das estratégias biopolíticas. Ou seja, tem-se um sujeito a ser avaliado pelo olhar médico (FOUCAULT, 2001), nos liames de uma política normalizadora.

13 Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-pede-a-justica-internacao-compulsoria-de-usuarios-de-drogas.ghtml>. Acesso em: 03. jun. 2017.

Normalização que, sob a mediação da instância jornalística, surpreende-se com o fato de que, em meio à turba da Cracolândia, havia uma figura da narrativa policial contemporânea: um jovem de classe média alta, caucasiano, cujo sobrenome europeu é facilmente reconhecível devido ao fato de sua irmã ter assassinado os pais com ajuda do namorado. Nesse momento, as instâncias de visibilidade passaram a focalizar a história e sofrimento da pessoa, ao invés de caracterizá-lo como uma coletividade amorfa, cujas práticas estranhas causam piedade e repulsa. Essa vida, diferente da multidão de pessoas “envoltas em cobertores e papelões” importa¹⁴.

COMENTÁRIOS TERMINAIS

Um governo quer acabar com o crack
mas não tem moral para vetar um comercial de cerveja
Alô, Foucault, você sabe o que é loucura?
É ver Hobsbawm na mão dos boy, Maquiavel nessa
leitura.¹⁵

Neste artigo, analisamos os discursos em torno da operação Cracolândia, no intento de investigar as estratégias biopolíticas que amparam essa ação do governo, especialmente no que concerne à política da gestão da população no enfrentamento do consumo de drogas, enquanto um problema que provoca sérios impactos na dinâmica da sociedade contemporânea. A operação Cracolândia, ao utilizar o aparato policial, no intuito de desmanchar um espaço cidadão dominado pelo tráfico e pelo consumo de entorpecentes, ilustrou como as estratégias de ordem biopolítica podem agir de maneira mais incisiva sobre o corpo populacional.

14 Ver: <http://istoe.com.br/o-drama-de-andreas-von-richthofen/> e <http://br.blastingnews.com/brasil/2017/05/andreas-von-richthofen-frequentava-a-cracolandia-e-tem-problemas-psiquiaticos-001739969.html>. Acesso em: 05 jun. 2017.

15 Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/criolo/duas-de-cinco.html>. Acesso em: 05 jun. 2017.

Ainda que o combate às drogas demande um conjunto de ações de natureza diversa, como, por exemplo, a compreensão/regulação dos preços dos entorpecentes nas leis do mercado da droga (FOUCAULT, 2008b), investigar o funcionamento dos dispositivos do poder estatal na construção de políticas públicas e de operações interventivas sobre o sujeito dependente pode-nos fornecer subsídios para se pensar nos mecanismos de controle e regulação do Estado na vida da população, em tempos de consumo maciço de entorpecentes. Numa instância mais amplificada do dizer, estudar discursivamente essas questões redundava em intensificar o debate em torno das implicações dos estudos da linguagem no enfrentamento dos mais diversos problemas de ordem social.

Assim, o exercício de análise aqui proposto permitiu-nos entrever que as posições que enunciam nas materialidades discursivas estudadas, ao abrirem espaço para uma miríade de vozes, a exemplo da voz do prefeito Doria e do promotor de saúde, deflagram diferentes modos de enunciar em torno da operação Cracolândia. Desde o discurso inflamado do gestor até a crítica tenaz do representante do Ministério Público, é possível enfatizar que as divergências em torno do tratamento conferido aos usuários da Cracolândia assinalam a relação intrínseca do discurso com o poder e com as vontades de verdade do momento presente.

É mister reiterar que essas descontinuidades no plano da fala (FOUCAULT, 2008a) põem em relevo as idiossincrasias dos mecanismos biopolíticos na produção de subjetividades. No seio de uma sociedade normalizadora, o poder incide sobre os processos biológicos, com o intuito de gerir e administrar a vida da população. Sendo assim, para que a população viva num permanente estado de bem-estar social é necessária a eliminação dos que fogem a essa condição. Disso resultam todas as intervenções que o poder estatal direciona sobre os que desabonam as exigências da biopolítica. Do esvaziamento do espaço público ao preenchimento dos espaços de reclusão,

eis o caminho a ser percorrido pelos dependentes de drogas e pelas demais vidas insurgentes que escapam às sutilezas do controle biopolítico.

REFERÊNCIAS

BAUDERLAIRE, C. *Paraísos artificiais*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

CRIOLO. *Não existe amor em SP*. Disponível em: <<https://www.letas.mus.br/criolo/1857556/>>. Acesso em 02. jun. 2017.

_____. *Duas de cinco*. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/criolo/duas-de-cinco.html>>. Acesso em 03. jun. 2017.

DUARTE, A. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. IN: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Figuras de Foucault*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.45-56.

FARHI NETO, L. *Biopolíticas: as formulações de Foucault*. Florianópolis: Cidade Futura, 2010.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P; DREYFUS, H. *Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-250.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

_____. *O nascimento da clínica*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal Edições, 2007.

_____. *Arqueologia do Saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b (Coleção Trópicos).

_____. O que são as luzes? In: _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c. (Coleção Ditos e Escritos, v.II), p.335-351.

MACHADO, R. *Foucault, a ciência e o saber*. 3 ed. São Paulo: Zahar, 2014.

_____. Introdução - por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

MILANEZ, N. O corpo-objeto e outros corpos materialidades audiovisuais de zumbis. In: TASSO, I.; SILVA, E. *Línguas(gens) em discurso: a formação dos objetos*. Campinas, SP: Pontes, 2014, p. 165-189. (Coleção Linguagem e Sociedade, v.7).

NETO-CRUZ; O.; MINAYO, M. C. S. Extermínio: violentação e banalização da vida. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 10, 1994, p.199-212.

PELBART, P. P. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

Concepções da identidade surda no discurso científico alemão: um exemplo atual da teatrologia

ROMANA CASTRO ZAMBRANO¹

CLEIDE EMÍLIA FAYE PEDROSA²

INTRODUÇÃO³

Só quando ele já tinha alguns anos, ele percebeu que as pessoas ao seu redor – avós, vizinhos, pessoas na rua – diferiam de alguma forma dele e de sua família imediata. Faltava-lhes alguma coisa. Portanto, um dia ele perguntou a mãe por que os outros não podiam falar normalmente e por que eles se comportavam de forma tão estranha. “Não são eles que são diferentes,

1 Pós-doutoranda; Universidade Federal de Sergipe – UFS; r.castro@gmx.net.

2 Pós-doutora; Universidade Federal de Sergipe – UFS; cleidepedrosa@oi.com.br.

3 O presente capítulo é relacionado com o projeto de pós-doutorado Estudos das identidades surdas nas práticas sociais e discursivas inclusivas no Brasil e na Alemanha de Romana Castro Zambrano, bolsista do PNPd/CAPES (2015 - 2017).

mas nós”, a mãe respondeu. “Nós não podemos ouvir.” (KRAPE, 2015, p. 148; tradução nossa)⁴

Essa citação, que reproduz a experiência de um menino surdo de pais surdos, sensibiliza para um problema em relação a conceitos de surdez e normalidade. É fato que surdos habitualmente são considerados como pessoas com deficiência. Assim, eles também são tratados na *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* das Nações Unidas (BRASIL, 2012), possivelmente o documento internacional mais importante a respeito. Não obstante, constatam-se diferentes conceitos sobre as pessoas surdas que se mostram não somente na vida cotidiana, em relatos sobre as experiências de uma criança surda, mas também no discurso científico. A surdez e as pessoas surdas são estudadas em várias áreas científicas, por exemplo, em medicina, letras, fonoaudiologia, pedagogia ou na área interdisciplinar dos estudos surdos.

Presumindo que o discurso científico possui certo poder de definição, apresentamos neste capítulo um Estudo Crítico do Discurso (ECD) dos conceitos sobre pessoas surdas no discurso científico alemão, exemplificado na análise de uma tese de doutorado da área da teatrologia, publicada em 2015. Com isso, pretendemos revelar diferenças nos conceitos e explicar sua relação com a identidade surda.

4 Texto original em alemão: “Erst als er ein paar Jahre alt war, wurde ihm bewusst, dass sich die Menschen in seinem Umfeld – Großeltern, Nachbarn, Leute auf der Straße – irgendwie von ihm und seiner engsten Familie unterschieden. Ihnen fehlte etwas. Deshalb fragte er eines Tages die Mutter, warum die anderen eigentlich nicht normal sprechen konnten, warum sie sich so seltsam verhielten. ‘Nicht sie sind anders, sondern wir’, antwortete die Mutter. ‘Wir können nicht hören’”.

1 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS SOBRE GRUPOS SOCIAIS

1.1 Reflexões quanto à relação entre sociedade e discurso científico

Orientando-nos pelos Estudos Críticos do Discurso (ECD), uma variante da análise do discurso interdisciplinar com base na linguística, defendemos uma relação dialética entre o discurso e a sociedade.⁵ Destarte, acreditamos que o discurso influencia a sociedade e vice versa (FAIRCLOUGH; WODAK, 1997). Explicando essa influência mútua, destacamos a interface da cognição social, que age mediando entre o discurso e a sociedade. Van Dijk (2003) descreve a cognição social como um sistema de estruturas e processos mentais, adquiridos e compartilhados socialmente. O sistema é composto por vários subsistemas, como saber, normas ou valores. Estes são influenciados e influenciam o discurso e se manifestam no discurso e em outras práticas sociais. Destacamos o papel especial do saber, visto que este é considerado como a verdade e, por conseguinte, determina a nossa realidade. Porém, frisa-se que o saber não é absoluto, mas ligado a certa comunidade social. Pois, o que em uma comunidade pode ser reconhecido como a verdade, em outra pode ser achado uma mera superstição.

Além desses aspectos teóricos quase clássicos dos ECD, propomos aqui a consideração de vários níveis discursivos. Segundo Waldschmidt et al. (2007) podemos diferenciar entre três níveis: o discurso especial, o discurso público e o discurso privado.⁶ Em nosso estudo, nos interessamos preferencialmen-

.....
5 O termo Estudos Críticos do Discurso (ECD) foi proposto por van Dijk (2009) para substituir o termo Análise Crítica do Discurso (ACD) devido ao fato de que não se trata somente de análises aplicadas, mas também se elaboram aspectos teóricos. Hart e Cap (2014) acrescentam que o termo ACD é utilizado com frequência para se referir exclusivamente a uma determinada abordagem e não ao campo dos estudos críticos em geral. Portanto, o termo ACD hoje em dia é ambíguo.

6 Mesmo que nos orientemos pela proposta teórica de Waldschmidt et al. (2007), alteramos as designações, visto que consideramos que a terminologia utilizada por ela poderia causar mal-entendidos.

te no discurso especial. O discurso especial abarca principalmente o discurso científico, considerando todas suas áreas e disciplinas. Ele se diferencia dos discursos privados e públicos por vários motivos: ele é altamente regulado, produzido por cientistas para cientistas e contém termos específicos. Em vista disso, o discurso científico não está ao alcance de todos, dado que ele não é compreensível para leigos. Levando em conta a teoria sobre a cognição social e, em particular, sobre o saber, ressaltamos outro aspecto importante do discurso especial: o discurso especial possui certo poder de definição, no sentido de que ele pode estipular o que é “correto” e o que é “falso”. Essas definições são legitimadas por meio de determinadas práticas científicas. Assim, pesquisadores são entendidos como sujeitos autorizados que comprovem à base de métodos reconhecidos certas verdades (WALDSCHMIDT et al., 2007). Porém, notamos que as verdades científicas – como todas as outras verdades – não são absolutas, mas relativas, dado que os conhecimentos mudam constantemente.

O discurso público (por exemplo, o discurso midiático ou literário) serve para transmitir o saber produzido pelo discurso especial a um grande público de maneira simplificada e em uma linguagem mais acessível. Logo, os receptores distribuem esse saber no discurso privado (por exemplo, conversas cotidianas). Devido a seu poder de definição, o discurso especial tem bastante influência sobre os discursos públicos e privados (WALDSCHMIDT et al., 2007).

1.2 Verdades sociais e identidades pessoais

Os discursos públicos e privados seguem certas lógicas de escolha. Assim, não todas as temáticas científicas são divulgadas com a mesma intensidade. Não obstante, verificamos em estudos anteriores que várias “verdades” sobre surdos são disseminadas

publicamente.⁷ Consideramos que estas “verdades” servem de modelos identitários para os surdos, de maneira que eles se podem identificar com os modelos propostos pelo discurso.

Nesse contexto, nos parece significativo, introduzir a teoria identitária defendida por Guy Bajoit (2006) na sua interpretação pela Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD) (PEDROSA, 2012; 2013). Bajoit defende a ideia de identidades dinâmicas, que estão constantemente em construção. Segundo o sociólogo, tentamos alcançar com a construção identitária três objetivos:

- a) o sentimento de *realização pessoal*: para acontecer ou atingir esta realização pessoal o indivíduo procura atender sua auto-realização, os compromissos que assume (ou assumiu) consigo mesmo e que sempre desejou. Quando o indivíduo prioriza este bem, dizemos que ele está construindo identidades dentro de uma **esfera identitária desejada (EID)**.
- b) O sentimento de *reconhecimento social*: para atender este tipo de sentimento, o indivíduo busca realizar o que ele pensa que a sociedade (os outros) espera dele. É a leitura que ele faz das expectativas dos outros: “o que esperam que eu faça ou que eu seja”. Se o indivíduo prioriza atingir este objetivo, afirmamos que ele está construindo identidades dentro de uma **esfera identitária atribuída (EIA)**.
- c) O sentimento de *consonância existencial*: para atingir este sentimento, o indivíduo busca conciliar o que ele deseja com o que ele julga que os outros esperam dele. Alcançar esta consonância existencial é o resultado desta conciliação do indivíduo entre a *realização pessoal* e o *reconhecimento social*. Quando o indivíduo investir em alcançar esta conciliação, falamos que ele está construindo suas

7 Analisamos, por exemplo, conceitos de surdos no discurso midiático alemão, no qual se manifestaram em várias ideias sobre surdos, relacionadas a conceitos comprovados pelo discurso científico (CASTRO ZAMBRANO; PEDROSA, 2016).

identidades dentro de uma **esfera identitária comprometida (EIC)**. [sic] (PEDROSA, 2012, p. 6).

Resumindo, constatamos que a construção da identidade dentro de certo tipo de esfera identitária é motivada por aspectos diferentes. Assim, a EID é determinada por desejos interiorizados e projetos desejados, enquanto a ELA é lidada por expectativas dos outros e pode ser compreendido como a realização social. No entanto, a EIC é caracterizada por compromissos conosco mesmo, resultando em uma consonância existencial (PEDROSA, 2012).

2 PROPOSTA DE ANÁLISE: DESCOBRINDO “VERDADES” SOBRE SURDOS NO DISCURSO

2.1 A escolha do *corpus*

Para a análise consideramos um exemplo das obras científicas contemporâneas sobre a comunidade surda: *Theater und Taubheit: Ästhetiken des Zugangs in der Inszenierungskunst* (*Teatro e surdez: estéticas de acesso na arte da encenação*) de Rafael Ugarte Chacón. Trata-se de uma tese de doutorado da área de teatrologia, defendida no ano 2014 na Universidade Livre de Berlim na Alemanha (*Freie Universität Berlin*) e publicada em 2015 pela editora transcript. Destaca-se que a área de teatrologia é uma área interdisciplinar que inclui várias dimensões: história, dramaturgia, psicossociologia, estética, semiótica, bioquímica e física⁸ (HELBO, 1987). Além disso, a tese de Ugarte Chacón é altamente interdiscursiva, visto que, na parte teórica, o autor faz referência à uma grande variedade de discursos sobre e de surdos, descrevendo várias visões e perspectivas sobre essa comunidade. Dessa maneira, o autor considera uma quan-

8 A dimensão bioquímica e física se baseia na ideia de que o teatro inclui uma estimulação neuroquímica, funções de comportamento e a organização dos sets.

tidade considerável de literatura científica de numerosas disciplinas. Esse fato se manifesta em uma lista de referências de 31 páginas, tendo o livro completo 342 páginas. Convém lembrar que a intertextualidade explícita é uma característica típica dos gêneros textuais do mundo acadêmico (CORACINI, 2003).

Outro aspecto importante é que Ugarte Chacón pronuncia explicitamente seu objetivo de retratar as diferentes visões sobre a comunidade surda, tais como a perspectiva médica que percebe a surdez como um déficit, a perspectiva sociológica que entende deficiências como uma barreira na participação da vida social e a perspectiva cultural que vê a comunidade surda como uma comunidade étnica e/ou cultural. Outrossim, o autor visa a desenvolver uma visão alternativa sobre a comunidade surda. Em consequência, analisando o livro de Ugarte Chacón significa analisar a essência dos discursos (científicos) de várias áreas em relação aos conceitos sobre a comunidade surda.

2.2 Descobrimo as “verdades”: a análise de *frames*

A Linguística Cognitiva (LC) se dedica, entre outros, a fenômenos relacionados ao armazenamento e à construção de conhecimentos, investigando como o cérebro humano lida com informações pertinentes a determinados conceitos. Uma teoria que foi desenvolvida nesse contexto é a teoria dos *frames*. Na área da linguística, a teoria dos *frames* se estabeleceu a partir de uma crítica da semântica tradicional, oferecendo modelos bastante flexíveis para a descrição de conceitos. Sem dúvida, podemos afirmar que as contribuições mais importantes para o desenvolvimento da teoria dos *frames* na LC provêm do linguista Charles J. Fillmore e do cientista cognitivo Marvin Minsky que iniciaram suas pesquisas a respeito nos anos 60 e 70 do século passado (BUSSE, 2012). Ressalta-se que não existe uma teoria dos *frames* uniforme, mas várias teorias provenientes, principalmente, de pesquisadores da sociologia, da linguística ou da

ciência cognitiva em geral. Porém, verifica-se um acordo quanto a certas características comuns: prototipicidade, convencionalidade, valores compulsórios, iteratividade, formação de redes, perspectivação, foco e dinâmica de *frames* (BUSSE, 2012).

Segundo Busse (2015), podemos entender *frames* como quadros de conhecimento que permitem não somente a descrição sistemática de estruturas de conhecimentos, mas também sua explicação. Estes quadros de conhecimentos são inter-relacionados entre si e formam, destarte, uma rede de conceitos. É imprescindível conhecer o sistema em si para entender um dos conceitos dessa rede. Assim, entendemos o termo fim de semana somente, sabendo que calculamos tempo em unidades de dias e semanas, que a semana contém sete dias, que existem cinco dias úteis nos quais se trabalha e dois dias de descanso etc. (FILLMORE, 1982). Quanto à estrutura interna, podemos constatar com base em Minsky (1974) que *frames* consistem de *slots* que podem ser preenchidos por valores. Desta forma, o *frame* piscina tem *slots* como, por exemplo, conteúdo, cor ou tamanho. O *slot* conteúdo geralmente é preenchido automaticamente por meio do valor “água”. Os valores que se preenchem automaticamente podemos denominar de valores compulsórios (*default values*). Eles fazem parte de nossos conhecimentos gerais, armazenados na memória de longo prazo. Por outro lado, os valores opcionais (*fillers*) são atribuídos aos *slots* explicitamente, entre outros, por meio de um texto. Voltando ao exemplo da piscina, constata-se que o *slot* da temperatura deve ser preenchido explicitamente, dado que essa informação pode variar.

Ultimamente, nota-se uma influência crescente da abordagem de Barsalou (1992), que foi desenvolvida mais recentemente. O cientista cognitivo tenta estabelecer uma teoria para analisar *frames* no sentido de conceitos e sistemas de conceitos. Como Barsalou mesmo admite, sua teoria está altamente ligada às teorias tradicionais. Não obstante, ele salienta três aspectos inovadores: 1) *frames* são a fonte principal da representação humana

de conhecimentos; 2) os *frames* são recursivos, assim, todos os componentes de *frames* também podem formar próprios *frames* ou são organizados em *frames*; e 3) *frames* são dinâmicos e dependem do contexto (BUSSE, 2012). Em consequência, Barsalou (1992) enfatiza na sua teoria não somente o aspecto da instanciação de conceitos, mas destaca que os *slots* podem consistir de outros conceitos que devem ser especificados por sua vez.

Esses aspectos são essenciais para a nossa análise, na qual consideramos os quatro diferentes conceitos de surdos descritos por Ugarte Chacón (2015), ilustrando cada conceito separadamente em forma de *frames* com *slots* e valores. Para identificar essas características do *frame* indaga-se o conceito do surdo no seu contexto, verificando as diferentes atribuições e valores.

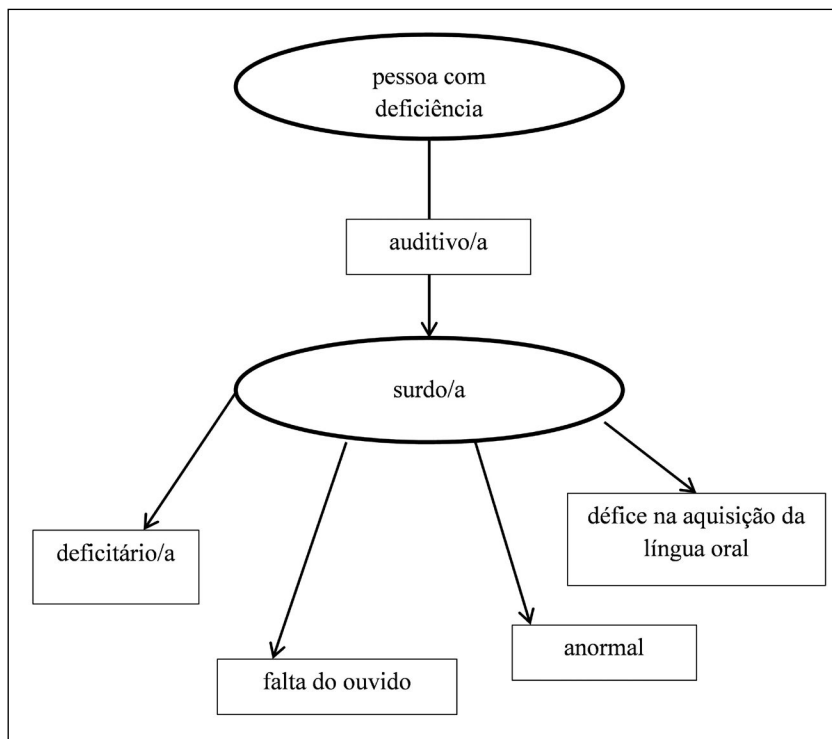
3 CONCEPÇÕES DA IDENTIDADE SURDA REPRESENTADAS EM UMA OBRA TEATROLÓGICA

3.1 O conceito surdo desde a perspectiva médica

Um dos conceitos mais difundidos sobre a surdez e os surdos parte da visão médica. Conforme Ugarte Chacón (2015), essa perspectiva se baseia no diagnóstico referente à capacidade do ouvido.⁹ Os surdos são classificados como um tipo de deficientes em relação à audição. Essa classificação implica vários aspectos, como a ideia dos surdos como deficitários e anormais, vista que a norma é representada pelas pessoas ouvintes. Portanto, a visão médica realça somente aqueles desvios à norma que são avaliados de uma maneira negativa, como a falta do ouvido ou o déficit na aquisição da língua oral. Ao contrário, essa perspectiva oculta aspectos positivos como, por exemplo, a aquisição da língua de sinais (UGARTE CHACÓN, 2015).

9 A análise do conceito se refere exclusivamente ao livro de Ugarte Chacón (2015) e focaliza principalmente a descrição nas páginas 63 a 66. As classificações técnicas referentes à surdez não foram consideradas na análise.

Figura 1: **Frame** do conceito do/a surdo/a desde a perspectiva médica segundo Ugarte Chacón (2015)



Fonte: Figura elaborada pelas autoras

Segundo Ugarte Chacón, como consequência dessa visão médica, a surdez é visto como um déficit a ser evitado, aliviado, curado e tratado por terapias. Nesse contexto, os “remédios” mais eficientes representam os aparelhos auditivos, culminando no Implante Coclear (IC). Não obstante, a visão médica leva a efeitos mais vastos ainda, dado que ela implica o fim da integração completa dos surdos na sociedade ouvinte. Sendo assim, essa visão também influencia a situação jurídica e a estratégia pedagógica quanto às pessoas surdas. Por um lado, estabelecem-se direitos especiais para garantir a igualdade de oportunidades e a participação na vida social. Por outro lado, focaliza-se a aquisição da

língua oral no ensino dos surdos, promovendo a assimilação da cultura ouvinte pelos surdos (UGARTE CHACÓN, 2015).

Ugarte Chacón destaca, com referência a Foucault, que este conceito de surdos é uma consequência do poder da normalização da medicina que aponta para o fato de que não é o paciente quem determina se está doente ou saudável, mas o médico. Este pensamento de Foucault, quem explica este fenômeno ainda com motivos econômicos, serve como base da crítica na visão médica. Esta crítica contribuiu para o desenvolvimento do modelo social da deficiência (UGARTE CHACÓN, 2015).

3.2 O modelo social da deficiência

Como já mencionado na seção anterior, o modelo social da deficiência surgiu a partir da crítica dos modelos tradicionais da deficiência baseados no diagnóstico médico.¹⁰ Conforme este modelo social, doenças, saúde e deficiência não são categorias fixas. Contrariamente, podem ser vistas como categorias socialmente construídas. Além disso, como a visão médica implica tentativas de cura, pressupõe-se uma posição superior dos não deficientes. Com base nesse pensamento, os defensores do modelo social da deficiência propuseram distinguir entre a componente física, o impedimento corporal (*impairment*), e as consequências sociais desse impedimento: a deficiência (*disability*).¹¹ Enquanto o impedimento corporal se refere simplesmente à particularidade do corpo, a componente social descreve os obstáculos sociais para pessoas com impedimentos corporais que despontam devido a certa ordem social.

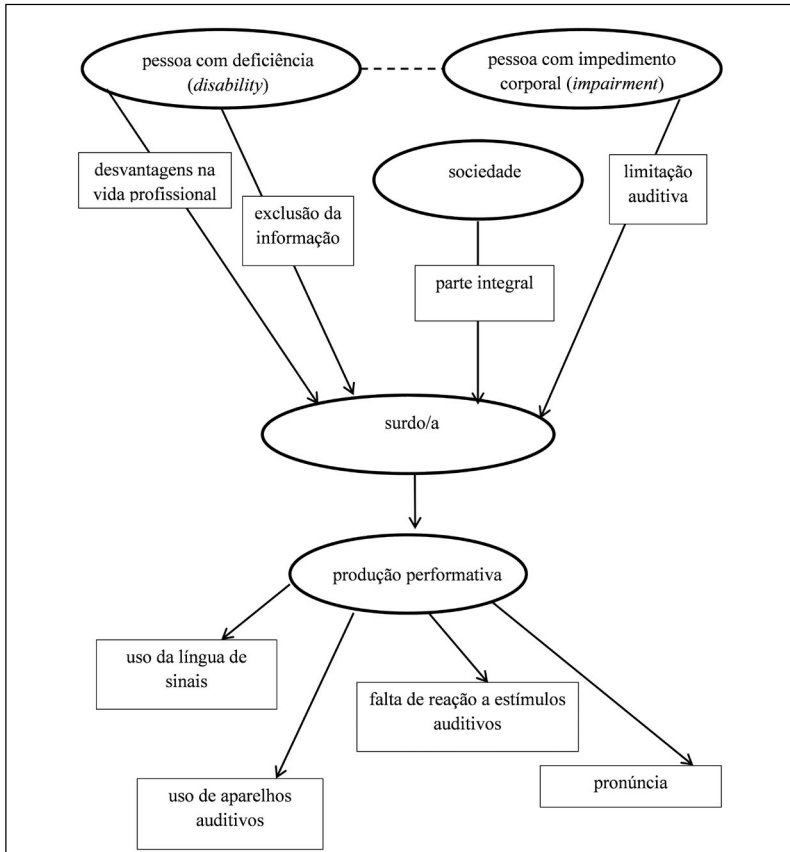
Sobretudo estudos recentes destacam que as pessoas com deficiência não devem ser percebidas como uma minoria a ser

.....
10 O conceito descrito é o resultado da análise das páginas 66 a 74 do livro de Ugarte Chacón (2015).

11 Para melhores esclarecimentos da terminologia, veja, por exemplo, o artigo de Diniz, Barbosa e Santos (2009).

integrada na sociedade, mas como parte integral da sociedade. Além disso, remetendo para a obra de Michel Foucault e para os estudos de gênero de Judith Butler, critica-se ultimamente a separação do físico e do social (UGARTE CHACÓN, 2015). Considerando que é um aspecto bastante polêmico, indicamos essa questão quanto ao conceito surdo na nossa figura por meio de uma linha tracejada entre o conceito da pessoa com deficiência (*disability*) e o conceito da pessoa com impedimento corporal (*impairment*).

Figura 2: **Frame** do conceito do/a surdo/a no modelo social da deficiência segundo Ugarte Chacón (2015)



Fonte: Figura elaborada pelas autoras

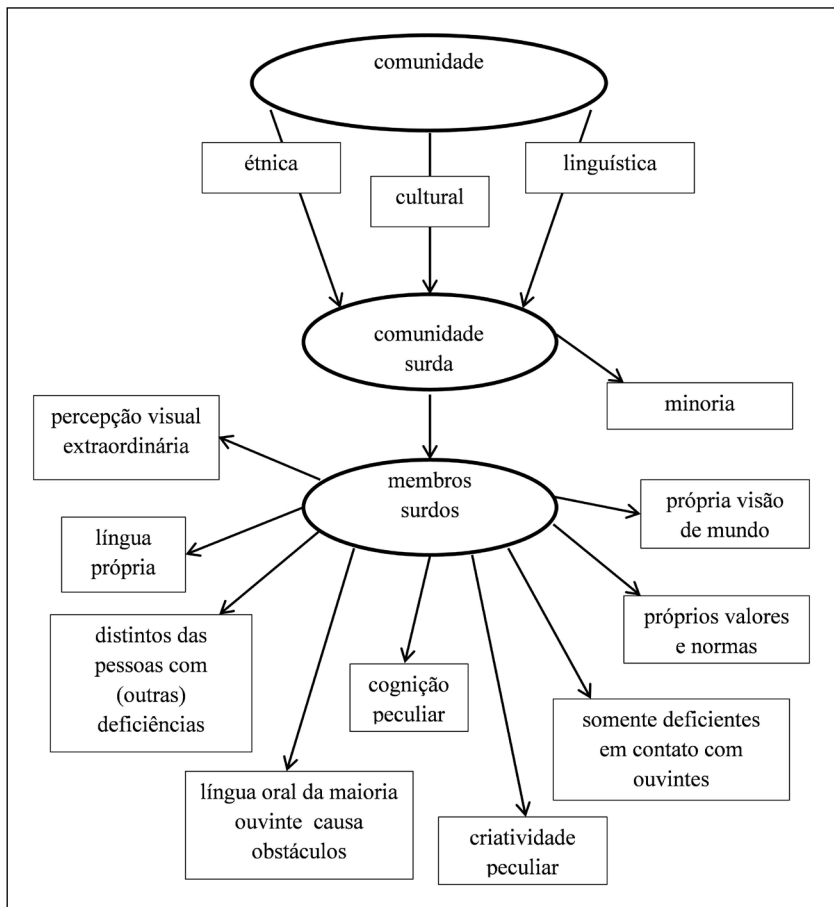
Como Butler em relação a sexo e gênero, acredita-se que a deficiência se produz performativamente. Ugarte Chacón (2015) destaca a importância da produção performativa da surdez, já que a surdez não é visível à primeira vista. Únicamente as práticas, como, por exemplo, o uso da língua de sinais, os aparelhos auditivos, certa pronúncia ou a falta de reação a estímulos auditivos permitem indentificar a surdez de uma pessoa. Porém, constata-se que não todos os pesquisadores da área concordam com essa posição.

3.3 O modelo cultural da comunidade surda

O modelo cultural da comunidade surda se desenvolveu sobretudo devido a certa insatisfação com a ideia de que a surdez é definida como uma deficiência.¹² A autodefinição dos surdos geralmente não parte da percepção auditiva, mas da percepção visual. Segundo o modelo cultural, os surdos são considerados como membros de uma comunidade cultural, linguística e/ou étnica. Essa comunidade representa uma minoria entre uma maioria ouvinte cuja língua não pode ser dominada perfeitamente pelos membros da comunidade surda. Porém, além dessa dificuldade, o modelo cultural presume que os surdos se distinguem de outras pessoas com deficiência, visto que eles somente são deficientes quando estão entre ouvintes, em virtude de que estes geralmente não têm conhecimentos da língua de sinais (UGARTE CHACÓN, 2015).

12 A análise desse conceito se orienta exclusivamente pelas páginas 75 a 81 da tese de Ugarte Chacón (2015).

Figura 3: **Frame** do conceito do/a surdo/a no modelo cultural segundo Ugarte Chacón (2015)



Fonte: Figura elaborada pelas autoras

Em consequência, os defensores desse conceito acentuam o *status* como comunidade cultural com próprios valores e normas que possui não somente uma própria língua, mas uma própria visão do mundo. Ressaltam-se também as características positivas dos membros da comunidade, como sua percepção visual excepcional, sua criatividade e sua cognição peculiar (UGARTE CHACÓN, 2015)

3.4 O conceito proposto por Ugarte Chacón

O último conceito a ser apresentado é uma proposta do autor mesmo.¹³ Ugarte Chacón (2015) justifica a necessidade de desenvolver uma própria definição da comunidade surda, criticando que os três modelos existentes são insuficientes. Assim, o autor constata que o modelo cultural tradicional desconsidera os aspectos físicos. Com referência ao filósofo Michel Foucault, Ugarte Chacón (2015) destaca a interligação entre poder e corpo. Outrossim, o autor aponta para as consequências sociais da surdez, dado que em grande parte das sociedades atuais as pessoas surdas sofrem de exclusão de certos campos, como da informação e da educação. Para fundamentar sua posição, o autor aponta, por exemplo, para os CODAs: os filhos ouvintes de pais surdos.¹⁴ Teoricamente, os CODAs se encaixariam no modelo cultural da surdez, mas eles não são considerados membros da comunidade surda por falta de certas experiências sociais causadas por um impedimento auditivo.

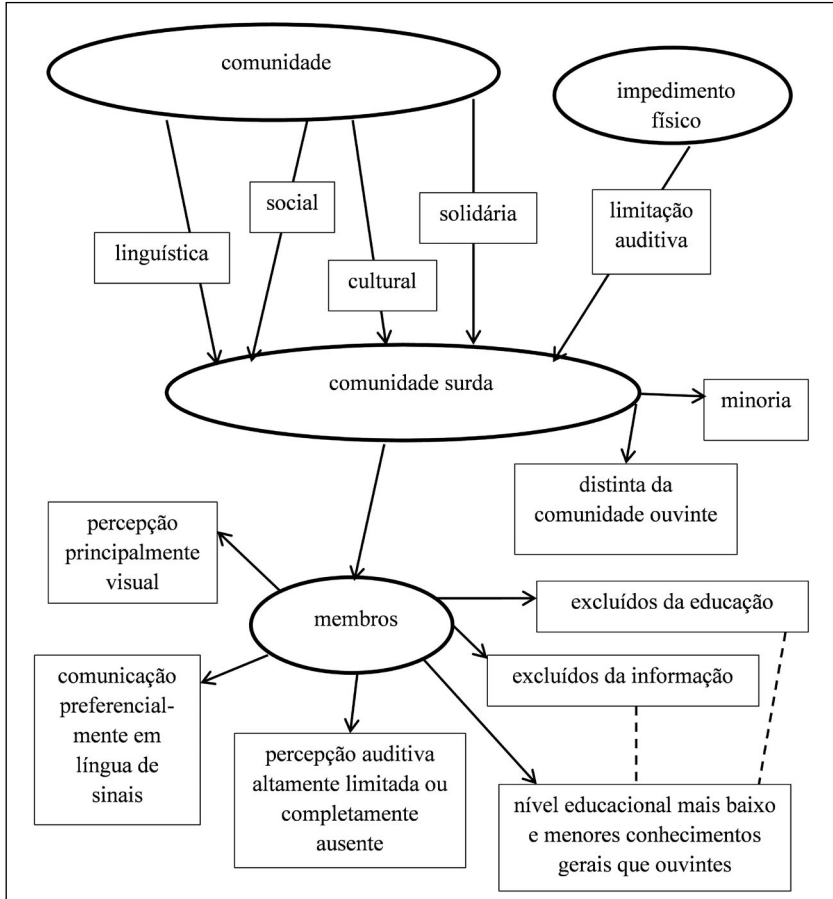
Assim, a proposta de Ugarte Chacón (2015) para um novo conceito dos surdos considera tanto o nível social e cultural como corporal. O modelo inclui pessoas que percebem informações principalmente via o canal visual e cuja percepção auditiva está altamente limitada ou completamente ausente. Desta maneira, elas geralmente preferem a comunicação em língua de sinais. A comunidade surda representa uma minoria que se distingue, entre outros, pelos aspectos mencionados da maioria ouvinte. Por causa disso e por causa da desconsideração de minorias em muitas sociedades, os membros da comunidade surda são excluídos da informação e da educação. Em consequente, muitos

13 Ugarte Chacón (2015) descreve aspectos de seu conceito em várias partes do livro. Não obstante, nas páginas 32 a 35 e 301 a 303 encontram-se as definições de uma maneira mais explícita. Em nossa análise, baseamo-nos principal mas não exclusivamente nas páginas mencionadas.

14 CODA (children of deaf adults) é a sigla internacionalmente usada para se referir a filhos ouvintes de surdos.

surdos possuem um nível educacional mais baixo e menores conhecimentos gerais que ouvintes (UGARTE CHACÓN, 2015).

Figura 4: **Frame** do conceito do/a surdo/a segundo a proposta de Ugarte Chacón (2015)



Fonte: Figura elaborada pelas autoras

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As grandes diferenças nos conceitos apresentados pelo autor demonstram as contradições que existem quanto a concepções

da identidade surda. Na análise dos referentes *frames*, nota-se também que o conceito tradicionalmente mais divulgado, o conceito da perspectiva médica, é o conceito mais simples, incluindo poucos aspectos. Porém, sabemos que o mundo é bastante complexo e que – muitas vezes – esse tipo de conceitos são resultados de simplificações esquemáticas que levam a uma construção distorcida da nossa visão.

Considerando as ideias de Bajoit (2006) na interpretação da ASCD sobre identidade, frisa-se outro aspecto interessante: os primeiros dois conceitos – sobretudo o da perspectiva médica, mas também o da perspectiva social – são construtos da visão da maioria ouvinte e refletem as expectativas alheias em relação a pessoas surdas. Assim, conformando-se com um desses modelos, os surdos se submeteriam a uma Esfera Identitária Atribuída (EIA), ganhando assim reconhecimento social. Porém, não conseguem realizar as próprias ideias sobre si mesmos. Sendo assim, podemos entender o modelo cultural como uma contraperspectiva que reflete a visão da minoria surda. Dessa maneira, o modelo cultural oferece uma concepção da identidade surda dentro da Esfera Identitária Desejada (EID) que promove sua auto-realização, focando “os compromissos que assume (ou assumiu) consigo mesmo e que sempre desejou” (PEDROSA, 2013, p. 6). Enfim, diferentemente de todos os outros modelos apresentados, o conceito proposto por Ugarte Chacón (2015), contendo aspectos das três outras abordagens, pode ser classificado como um conceito que favorece uma identidade na Esfera Identitária Comprometida (EIC), visto que essa perspectiva concilia a realização pessoal e o reconhecimento social (PEDROSA 2012; 2013).

No tocante à influência dos níveis discursivos, constata-se que – conforme Ugarte Chacón (2015) – o conceito médico teve influência ao discurso jurídico e ao discurso pedagógico aplicados. Consideramos que tanto o discurso jurídico aplicado a leis como o discurso pedagógico aplicado às práticas educativas,

representam discursos situados entre os níveis especial e público, já que contêm terminologia especial e, portanto, não são acessíveis para todos. Porém, estes discursos não são somente produzidos para especialistas, em razão de que afetam o povo em geral. Considerando isso, frisa-se que a adaptação da perspectiva médica causou uma incentivação da assimilação dos surdos à sociedade ouvinte. Não obstante, principalmente com as leis mais recentes, constata-se um foco na diminuição de barreiras sociais para promover a inclusão dos surdos. Sobretudo a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* das Nações Unidas de 2006 (BRASIL, 2012) respeita também os aspectos culturais da comunidade surda, exigindo, por exemplo, a facilitação da aprendizagem da língua de sinais.

Consideramos que nós, tanto as pesquisadoras e autoras desse capítulo bem como o pesquisador e autor da tese analisada, não somente fazemos parte da maioria ouvinte, mas também somos produtores do discurso científico. Em consequência, devemos admitir que ocupamos uma posição bastante poderosa no discurso e na sociedade. Portanto, em vez de julgar, preferimos estimular a reflexão e concluímos o nosso capítulo, remetendo para uma citação de Stuart Hall (1996, p. 70):

Uma coisa é, posicionar um sujeito ou um conjunto de pessoas como o Outro de um discurso dominante. Coisa muito diferente é sujeitá-los a esse “conhecimento”, não só como uma questão de dominação e vontade imposta, mas pela força da compulsão íntima e a conformação subjetiva à norma.

REFERÊNCIAS

BAJOIT, Guy. *Tudo muda: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas*. Lisboa: Unijai, 2006.

BARSALOU, Lawrence W. Frames, concepts, and conceptual fields. In: LEHRER, Adrienne; KITAY, Eva Feder (eds.). *Frames, Fields and Contrasts*. Hillsdale NJ: Lawrence, 1992. p. 21-74.

BRASIL. Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. 4^a ed. Brasília, 2012.

BUSSE, Dietrich. Juristisches Wissen als institutionelle Begriffsstrukturen. Analyseansätze aus Kognitionswissenschaften und wissenschaftlicher Semantik (am Beispiel der Auslegung von Gesetzes-Begriffen). *Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie (ARSP)*, vol. 101, n. 3, p. 354-385, 2015.

BUSSE, Dietrich. *Frame-Semantik: Ein Kompendium*. Berlin; Boston: de Gruyter, 2012.

CASTRO ZAMBRANO, Romana; PEDROSA, Cleide Emília Faye. Conceitos de identidade surda no discurso midiático sobre a inclusão educativa na Alemanha. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, vol. 55, n. 3, p. 565-590, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132016000300565&lng=pt&nrm=i-so>. Acesso em: 22 jun. 2017.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. O fenômeno da intertextualidade e o discurso científico. *Fragmentos: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras*, vol. 25, p. 19-39, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/view/7674>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur, Revista Internacional de Direitos Humanos*, vol. 6, n. 11, p. 64-77, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-6445200900200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jun. 2017.

FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, Ruth. Critical Discourse Analysis. In: VAN DIJK, Teun A. (Org.). *Discourse as Social Interaction. Discourse studies: A multidisciplinary introduction*. Vol. 2. London: Sage, 1997. p. 258-284.

FILLMORE, Charles J. Frame Semantics. In: THE LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA (eds.). *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin Publishing Company, 1982. p. 111-137.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio*, n. 24, p. 68-75, 1996.

HART, Christopher; CAP, Piotr. Introduction. In: HART, Christopher; CAP, Piotr (eds.). *Contemporary Critical Discourse Studies*. London: Bloomsbury, 2014. p. 1-15

HELBO, André. *Theory of performing arts*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1987.

KRAPF, Johanna. *Augenmenschen. Gehörlose erzählen aus ihrem Leben*. Zürich: Rotpunkt, 2015.

MINSKY, Marvin. A framework for representing knowledge *Artificial Intelligence Memo*, n. 306, 1974. Disponível em: <<http://18.7.29.232/bitstream/handle/1721.1/6089/AIM-306.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

PEDROSA, Cleide Emilia Faye. Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD): contribuição aos estudos das identidades e dos sujeitos. *XVI Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, UERJ, 26 – 31 de agosto de 2012, 2012b. Disponível em: <www.ascd.com.br>. Acesso em: 27 jan. 2016.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. As identidades individuais, os sujeitos e seus discursos: um estudo a partir da abordagem sociológica e comunicacional do discurso. *VII SIGET- Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros textuais*, 03 – 06 de setembro de 2013. Fortaleza: Ceará, 2013. Disponível em: <www.ascd.com.br>. Acesso em: 27 jan. 2016.

UGARTE CHACÓN, Rafael. *Theater und Taubheit: Ästhetiken des Zugangs in der Inszenierungskunst*. Bielefeld: transcript, 2015.

VAN DIJK, Teun A. *Society and Discourse: How Social Contexts Influence Text and Talk*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

VAN DIJK, Teun A. The discourse-knowledge interface. In: WEISS, Gilbert; WODAK, Ruth (eds.). *Critical Discourse Analysis. Theory and interdisciplinarity*. Houndsmills: Palgrave-MacMillan, 2003. p. 85-109.



WALDSCHMIDT, Anne et al. Discourse in Everyday Life—The Everyday Life of Discourse: Towards an Empirical Grounded Methodology of Discourse Research in Social Sciences. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, vol. 8, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.qualitativeresearch.net/index.php/fqs/article/view/251/553>>. Acesso em: 24 maio 2016.

Lugares retóricos, falácias e figuras na construção preconceituosa da imagem discursiva do negro no cordel

SIMONE PEREIRA DA SILVA¹

MÁRCIA REGINA PEREIRA CURADO MARIANO²

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, temos como objetivo analisar as estratégias argumentativas utilizadas na construção de imagens discursivas de negros na literatura de cordel e como essas imagens indiciam um ethos preconceituoso do orador e do povo brasileiro. Pretendemos também refletir sobre o preconceito étnico-racial e divulgar esse gênero literário. Com tal intuito, retomamos, além do conceito de ethos, as noções de falácias, lugares e figuras retóricas a partir de Amossy (2016), Ferreira (2010) e Perelman

1 Graduanda em Letras Português na Universidade Federal de Sergipe – UFS. Voluntária no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/2016 - junto ao projeto “Análise da construção de imagens discursivas no cordel brasileiro”, coordenado pela Profa. Dra. Márcia Regina Curado Pereira Mariano do DLI – UFS. E-mail: pereirasimone1995@gmail.com.

2 Professora Adjunta na Universidade Federal de Sergipe – UFS. Departamento de Letras de Itabaiana. E-mail: ma.rcpmariano@gmail.com.

e Tyteca (2005); as noções de raça e preconceito, por meio de Munanga (2003) e Silva (2007), e uma reflexão sobre a literatura de cordel, através de Luciano (2012), dentre outros

Para discutir sobre essas imagens discursivas, trazemos aqui versos dos cordéis *A Peleja* de Manoel Riachão Contra o Diabo, de Leandro Gomes de Barros (BARROS, s.d.); *Peleja de Cego Aderaldo com Zé Pretinho*, de Firmino Teixeira do Amaral (AMARAL, 2006); *O Negrão do Paraná Contra o Seringueiro do Norte*, de Francisco Sales de Areda (AREDA, s.d.); *A Vitória de Floriano e A Negra Feiticeira*, de Manoel D’Almeida Filho (FILHO, 2010); e *A Bunda da Chica Boa*, de Alberto Porfírio (PORFÍRIO, 2006).

Segundo Luciano (2012), a literatura de cordel teve seu início na região nordeste do Brasil, no estado de Pernambuco, no começo do século XX e, infelizmente, ainda é vista de forma inferior aos outros tipos de literatura, sendo considerada popular e folclórica, nos sentidos pejorativos dos termos. Isso pode ser atribuído ao fato de que existe bastante preconceito em relação ao nordeste brasileiro por parte de moradores de outras regiões do país. Conhecida por sofrer grandes dificuldades tanto climáticas, devido aos longos períodos de estiagem, quanto sociais, por conta do descaso dos representantes políticos, essa região é vítima de falta de infraestrutura, de incentivo, de investimento e de assistência em muitos setores – principalmente nas cidades menores do agreste e do sertão –, prejudicando, muitas vezes, o desenvolvimento econômico de seus municípios e de seus moradores.

Por outro lado, o Nordeste concentra grande riqueza cultural e histórica, resultante da influência de seus vários povos formadores e de sua criatividade, necessária para driblar as dificuldades, e que encontra na literatura de cordel um espaço econômico e acessível – é impressa em material barato e pode ser vendida nas feiras, mercados e lugares de grande circulação em varais ou pequenas bancas - para divulgação e preservação de histórias, sabedorias, crenças e costumes. Por esses e outros

aspectos é que se faz tão importante o estudo do cordel, para que ele também tenha seu espaço nas estantes dos leitores, nos livros didáticos sobre literatura brasileira e para que seja material de enfoque em pesquisas acadêmicas.

O nordeste é muito importante para o país e merece o seu devido reconhecimento, portanto, sua produção literária não deve ser vista apenas como uma mera manifestação folclórica de um povo ou não se deve limitá-la somente pela sua forma estética ou pela forma como é vendida. Não se deve também atribuir a ela origens ibéricas com a intenção de aumentar seu *status*, ou confundi-la com outras formas de expressão artística, como a poesia matuta, a peleja e o repente. Da mesma forma, não se pode restringir seus conteúdos a temas considerados apenas de interesse “popular”, regional ou local. Afinal, o cordel é a forma mais pura do que se pode considerar uma literatura verdadeiramente brasileira. Isso, no entanto, como em qualquer gênero literário, não tira a possibilidade de ela servir também para discussões e questionamentos a partir, por exemplo, de imagens e estereótipos que veicula, pois, apesar de ser tão significativa ainda nos dias de hoje, carrega em si valores que necessitam ser revistos e debatidos.

Dentre esses valores, nosso trabalho focaliza e problematiza o racismo, presente nas obras selecionadas. O discurso racista expressa-se de diferentes maneiras, muitas vezes até de forma “sutil”, como num provérbio, ou em expressões que, baseando-se num suposto senso comum, acabam por reproduzi-lo e ajudam a mantê-lo ainda mais enraizado, a exemplo de “serviço de preto”; “não sou tuas negas”; “nasceu com o pé na cozinha”; “negro quando não suja na entrada, suja na saída”; “negro de alma branca”; “negro só tem de gente os dentes”; dentre tantas outras³ que, felizmente, têm sido repensadas e questionadas, apesar de ainda

3 Ditados disponíveis em: < <http://www.modifica.com.br/expressoes-rascistas/> >. Acesso em 27/02/2017.

serem ditas por alguns no dia a dia. Outra forma de fortalecer o racismo, porém de forma menos “sutil”, é através de comportamentos inconcebíveis, mas ainda existentes, como um branco mudar de calçada quando avista alguma pessoa negra ou evitar sentar próximo a pessoas negras.

Historicamente, o Brasil é marcado pela exploração do negro e por falta de espaço e de direitos à população negra. Programas sociais e educativos atuais, como o sistema de cotas para ingresso nas universidades federais, tentam diminuir as consequências da mancha histórica e ética deixada pela escravidão do negro e pelo descaso sofrido por ele durante tanto tempo, mas a realidade ainda é bem cruel⁴. Os debates devem se intensificar e a conscientização deve fazer parte do cotidiano de todos até que a população negra pare de ser discriminada de toda e qualquer forma possível.

Em resumo, nosso trabalho traz, ao mesmo tempo, questões importantes de linguagem e discurso, relacionadas a escolhas/ usos e efeitos de sentido, e questões igualmente importantes sobre identidade, preconceito e cultura. Apresentando, a seguir, algumas considerações teóricas, seguidas da metodologia e das análises, esperamos contribuir com esse diálogo e com as mudanças sociais por nós almejadas.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Breve introdução acerca da retórica e das neoretóricas

Segundo Ferreira (2010), o surgimento da retórica se deu na cidade de Siracusa, na Itália, no século V a. C. Por questões ligadas à posse de terras, teve-se a necessidade de restituí-las

4 Segundo dados do IBGE, mais de 79% da população rica é branca e os negros somam apenas 17,4%, fator que fortalece e estratifica ainda mais a discriminação e marginalização de pessoas negras. Dado disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/negros-aumentam-participacao-entre-os-1-mais-ricos-no-brasil> > . Acesso em 27/02/2017.

àqueles espoliados pelo tirano Trasíbulo. Para solucionar tal questão, aconteceram júris populares em que se aperfeiçoava a argumentação.

Difundindo-se com os sofistas e com Aristóteles, um dos seus principais teóricos, a retórica ocupou um lugar de destaque no ensino até o século XIX, quando foi sufocada pelo objetivismo e pela razão, retornando aos estudos da linguagem na segunda metade do século XX com as neoretóricas, como a de Perelman e Tyteca no *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*, publicado em 1958, que, segundo Santana e Mariano (2016, p. 59), “retomou conceitos do filósofo estagirita, adequou-os ao mundo moderno e abriu espaço para o diálogo entre esses fundamentos retóricos e outros estudos do texto e do discurso, bem como entre aqueles e outras áreas do conhecimento, como a Educação”.

A retórica, desde suas origens, é definida como o estudo da persuasão e está relacionada à verossimilhança e a assuntos polêmicos. Em seu declínio, foi restringida à oratória, à arte do bem falar, aos estudos dos *tropos* e aos discursos bonitos e floridos, carentes de conteúdo. Hoje, o estudo do sistema retórico continua mostrando importância na sua totalidade, desde a escolha dos argumentos – a *inventio* -, a disposição destes no texto – a *dispositio* -, a adequação ao auditório, o uso das figuras e o cuidado com o plano da expressão – a *elocutio* -, incluindo o bem falar e o bem utilizar as diferentes linguagens na apresentação oral ou escrita de um texto - a *actio*. A atenção das neoretóricas, no entanto, volta-se atualmente não apenas para os gêneros orais vistos em Aristóteles – epidítico, deliberativo e judiciário -, mas também para textos escritos e de gêneros variados, colaborando tanto na compreensão quanto na produção de textos e considerando os aspectos sociais e históricos neles presentes.

No *Tratado da Argumentação*, Perelman e Tyteca (2005) valorizam o auditório e os acordos necessários para persuadi-lo, evidenciando a importância do primeiro na construção da

argumentação. Os autores também sistematizam os tipos de argumentos e restituem às figuras de argumentação e retórica – os argumentos inesperados, que causam a sensação de surpresa - sua dimensão persuasiva, destacando a relevância de uma escolha adequada de estratégias para a “adesão dos espíritos”. Dos meios de persuasão já apresentados por Aristóteles, - o *ethos*, o *pathos* e o *logos* -, portanto, Perelman e Tyteca privilegiam os dois últimos, mas nem por isso os estudos sobre o *ethos* foram negligenciados na atualidade. Ruth Amossy (2016) e Dominique Maingueneau (2016), por exemplo, retomam o conceito aristotélico em seus estudos, destacando seus aspectos enunciativos.

Deste modo, valorizando a linguagem em uso e os efeitos de sentido das estratégias argumentativas, tais estudos mostram sua atualidade e abrem espaço para discussões dos problemas sociais contemporâneos. Dentre seus conceitos, alguns serão privilegiados em nossa análise, - onde continuaremos nossas reflexões sobre retórica e onde tais conceitos serão definidos -, são eles: lugares retóricos, falácias e figuras, cuja importância para a delimitação dos *ethé* serão demonstradas.

Assim como a retórica possui o seu histórico de surgimento, o racismo também. E é sobre isso que falaremos a seguir.

1.2 Reflexões sobre o racismo

No final do século XIX houve o surgimento de novas ideias com grandes pensadores que revolucionaram o mundo com as suas descobertas, como por exemplo o psicanalista Sigmund Freud e seus estudos sobre a existência do inconsciente na mente humana; Karl Marx, com a publicação da sua obra mais conhecida *O Capital*, de 1867, com uma análise social sobre o sistema capitalista; e, por fim, Charles Darwin e a publicação da sua obra *Sobre a Origem das Espécies por Meio da Seleção Natural ou a Preservação de Raças Favorecidas na Luta pela*

Vida, de 1859, ou, como popularmente é conhecida, *A Origem das Espécies*.⁵

As teorias do biólogo Charles Darwin foram utilizadas, de forma equivocada, como justificativa para explicar a suposta supremacia dos povos europeus sobre os outros povos, tanto economicamente como socialmente e politicamente, visto que essas teorias viam o negro como alguém passivo, fraco e não-competitivo, por aceitar a sujeição às condições da escravidão, portanto, inferior aos brancos europeus que estavam no auge da consolidação do seu poder econômico e político. Elas pregavam ainda que, conseqüentemente, tanto essa “inferioridade” dos negros quanto essa “superioridade” dos brancos são passadas hereditariamente, o que gera um estereótipo negativo para todos os que são negros e positivo para todos que são brancos.

Como base para “fundamentar” teses racistas e explicar a ascensão da Europa, explorava-se a objetificação dos grupos humanos, assim como acontece com as plantas e com os outros animais; acreditava-se na “continuidade entre aspectos físicos e morais; a divisão entre “raças” correspondia à divisão entre culturas” e afirmava-se que o comportamento cívico e moral de alguém era determinado pelos seus aspectos étnico-raciais (BRASIL, 2005, p. 33, *apud* SILVA, 2007, p.04). No século XIX, estudos eram feitos a partir dos crânios pela *Frenologia* (cranioscopia), uma pseudociência desenvolvida pelo médico alemão Franz Joseph Gall, o qual basicamente busca defender sua tese sobre como era a personalidade e o caráter de alguém a partir da análise do tamanho, do volume e do formato do seu crânio. Ainda sobre esse tipo de estudo, temos o italiano Cesare Lombroso, com a sua publicação em 1876, o *Tratado Antropológico Experimental do Homem Delinquente*, que trouxe consigo a teoria do *Criminoso Nato*, a qual afirmava que pessoas com de-

5 Informações disponíveis em: *Século xx: um século de artes, letras, ideias e realizações* de apoio. Porto: Porto Editora. Disponível em: < [https://www.infopedia.pt/\\$seculo-xx-um-seculo-de-artes-letras-ideias-e-](https://www.infopedia.pt/$seculo-xx-um-seculo-de-artes-letras-ideias-e-) > . Acesso em 27 de Fev. de 2017.

terminados traços físicos tinham mais propensão a cometerem crimes, atacando principalmente os povos mestiços⁶.

Focalizando o contexto brasileiro, com o término da última sociedade escravista e a vinda de teorias de cunho racial, o termo raça deixou de ser relacionado apenas a fatores biológicos, passando a englobar também aspectos sociais. Assim, a palavra “raça”, que vem do latim *ratio*, “termo usado para categoria, espécie ou descendência” (SCHNEIDER, 2006, p. 78, *apud* SILVA, 2007, p. 04), acabou sofrendo mudanças a partir do século XIX.

Sob o enfoque biológico, raça pode ser definida como

[...] a subdivisão de uma espécie, formada pelo conjunto de indivíduos com caracteres físicos semelhantes, transmitidos por hereditariedade: cor da pele, forma do crânio e do rosto, tipo de cabelo etc. Raça é um conceito apenas biológico, relacionado somente a fatores hereditários, não incluindo condições culturais, sociais ou psicológicas. Para a espécie humana, a classificação mais comum distingue três raças: branca, negra e amarela (CARNEIRO, 2003, p. 05 *apud* SILVA, 2007, p. 02).

Já levando em consideração os aspectos sociais, “palavras como negro, branco e moreno” (SILVA, 2007, p.03)

[...] tornam-se atribuições que podem variar de acordo com quem fala, como fala e de que posição fala. As formas de manipular esse sistema de classificação não se dão, entretanto, por acaso. Há certas regras de classificação que deixam entrever um complexo jogo de relações de poder (REZENDE e MAGGIE, 2002, p.15 *apud* SILVA, 2007, p.03).

6 Informações disponíveis em < <http://www.museudeimagens.com.br/criminoso-nato-cesare-lombroso/> > acesso 02/11/2016.

Ainda sobre a definição de raça nessa visão social e ideológica, tomamos as palavras do Prof. Dr. Kabengele Munanga em sua produção *Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia*: “Podemos observar que o conceito de raça, tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois, como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação.” (MUNANGA, 2003, p. 6).

Conclui-se, portanto, que:

O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo ao qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são conseqüências diretas de suas características físicas ou biológicas. (MUNANGA, 2003, p. 8)

Desse modo, observa-se uma mudança não apenas semântica da palavra, mas sobretudo uma mudança ideológica, que acaba por basear um preconceito cujas conseqüências são muito graves ainda em nossa sociedade, como poderemos observar nas análises, abaixo.

2 FALÁCIAS, LUGARES RETÓRICOS E FIGURAS DE ARGUMENTAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* – UMA ANÁLISE

Conforme já anunciado, nossos *corpora* são: *A Peleja de Manoel Riachão Contra o Diabo*, de Leandro Gomes de Barros, do **Cordel 1**, para fins metodológicos; *Peleja de Cego Aderaldo com Zé Pretinho*, de Firmino Teixeira do Amaral, **Cordel 2**; *O Negrão do Paraná Contra o Seringueiro do Norte*, de Fran-

cisco Sales de Areda, **Cordel 3**; *A Vitória de Floriano e A Negra Feiticeira*, de Manoel D’Almeida Filho, **Cordel 4**; e *A Bunda da Chica Boa*, de Alberto Porfírio, **Cordel 5**. Os critérios utilizados para a escolha dos cordéis foram, de antemão, as xilogravuras das capas, pois, em todas elas, exceto em *Peleja de Manoel Riachão com o Diabo*, os traços negros eram destacados/exagerados, e os títulos. Nestes, o fato de, em sua maioria, fazerem referência à cor da pele dos personagens negros para os nomearem também foi um aspecto que chamou bastante atenção e serviu como mais um critério para a seleção. Em seguida, folheando e lendo os cordéis, selecionamos versos cujas escolhas linguísticas e discursivas apontassem para o racismo contra os negros.

Iniciando nossa análise, veremos que os argumentos utilizados pelos oradores na *inventio* vêm todos do discurso racista. Como exemplo, destacamos primeiramente argumentos do *lugar da qualidade*, que afirmam que algo/algum é superior a outro por ser melhor. Em nossos *corpora*, o homem branco é enaltecido e é sempre herói, enquanto o negro é vilão. Vemos isso no **Cordel 1**: Manoel Riachão, que é o homem branco, vence o diabo, que aparece na forma de um homem negro; como também no **Cordel 2**, em que quem sai como vencedor da batalha é o Cego Aderaldo, branco, e Zé Pretinho sai completamente derrotado e humilhado: “**Ficou vaiado o Pretinho** / E eu lhe disse: - Me ouça / José, quem canta comigo/ Pega devagar na louça [...] / Desculpe José Pretinho / Se não cantei a seu gosto [...] / Negro não tem pé, tem gancho / Tem cara, mas não tem rosto. / **Negro em sala de branco** / **Só serve pra dar desgosto**!”

Essa ideia de superioridade do homem branco em relação ao negro é utilizada também em outros cordéis, seja colocando o negro como vilão e o branco como herói, como nos **Cordéis 3 e 4**, ou por trazer o negro como o próprio diabo, o que acontece no **Cordel 1**. No **Cordel 4**, a personagem negra da narrativa é

7 Grifos nossos; servem para destacar expressões racistas presentes nos trechos selecionados.

vista como a vilã e é derrotada por Floriano e seu bando de pessoas brancas, além do fato de que a feiticeira é subjugada por um rei, certamente, branco. Já o **Cordel 3** retrata a história de um homem negro muito perverso que teve seu castigo vindo de um justiceiro, que é branco.

Vimos já neste trabalho algumas “teorias” sobre a suposta superioridade branca que nunca foram comprovadas, desta maneira, podemos afirmar que os escritores desses cordéis se firmam em *raciocínios falaciosos*, que, ao contrário dos raciocínios lógicos ou apodícticos, não se baseiam em estudos ligados às ciências. As falácias utilizadas nos cordéis analisados por este artigo vêm carregadas de preconceitos, discriminações e julgamentos sem fundamentação lógica.

Dentre as falácias encontradas, há a do *Apelo ao Ridículo*, pois para os oradores comprovarem como o branco é o representante do bem, procuram ridiculizar o negro explicitamente, comparando-o a objetos, animais, ao diabo, a algo monstruoso; associando-o à magia dita “das trevas” e utilizando as mais variadas ofensas. Tais estratégias, muitas vezes, podem gerar até o riso naqueles que compactuam com esse ponto de vista, ou seja, que consideram o negro inferior e caracterizam-no de forma ridícula, pois, como vemos no *Tratado da Argumentação*, “O ridículo é aquilo que merece ser sancionado pelo riso” (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 233).

Encontramos também o *Argumentum ad Hominem*⁸, pois, busca-se ofender o negro por ser quem/como é (ou como é visto) e não por sua conduta. No **Cordel 5**, Chica é definida como uma aberração da natureza - “Na parte inferior da bunda / Se via uma saliência / **Cada coxa dava um metro**/ Medindo em circunferência / **Aquilo** ali merecia / Um estudo da ciência”; e no **Cordel 2** as metáforas e comparações com objetos e ani-

.....
8 Considerado um pseudo-argumento, o *Argumentum ad hominem*, ou seja contra a pessoa, busca desvalidar o argumento do outro através de uma opinião própria sobre a pessoa com quem se debate.

mais distanciam o negro de uma imagem humana e ainda criam um estereótipo de comportamento social - “**Negro, és monturo / Molambo rasgado / Cachimbo apagado / Recanto de muro / Negro sem futuro / Perna de tição / Boca de porão / Beiço de gamela / Venta de moela / Moleque ladrão! / [...] Negro não tem pé, tem gancho / Tem cara, mas não tem rosto**”. Em razão de essas comparações serem fundamentadas em preconceitos, o que as invalida como argumentos, ainda podemos defini-las como *falácias da falsa analogia*.

Encontramos ainda, nos cordéis selecionados, o uso de figuras de argumentação e retórica. A que se destaca é a figura de presença, nome dado por Perelman e Tyteca àqueles argumentos inesperados que “despertam o sentimento de presença do objeto do discurso na mente do auditório” (FERREIRA, 2010, p. 123). A estratégia mais utilizada pelos oradores e que se presta a esse efeito é a *repetição*, que busca frisar no leitor a suposta inferioridade do negro criando para ele, junto às outras estratégias, um ethos negativo, ao mesmo tempo em que evidencia o ethos preconceituoso desses cordelistas, na medida em que “Modernamente, o termo sofreu ampliação de sua significação e hoje se aceita como *ethos* a imagem que o orador constrói de si e dos outros no interior do discurso.” (FERREIRA, 2010, p. 90)

Nessa teia de construção de imagens discursivas que é o texto, não é necessário que o orador diga ser a favor disso ou contra aquilo, basta ele tomar a palavra, pois “o ethos não é dito explicitamente, mas *mostrado*” (EGGS, 2016, p. 31). Sobre isso, reforça Amossy:

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma

representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si. (AMOSSY, 2016, p. 09)

Na mesma medida, ainda, em que esse autor faz uma imagem de si no seu discurso, ele também projeta a imagem presumida do seu auditório, o que pode ser chamado de “construção especular da imagem dos interlocutores”. Os cordelistas produzem cordéis na intenção de vendê-los para seu público, e é muito importante, para que essa venda ocorra, que hajam ideias e valores em comum entre orador e auditório, ou seja, que os mesmos valores sejam compartilhados entre eles. Desta forma, tanto os autores implícitos, cujas obras foram analisadas, expressam-se e produzem suas obras baseados em conceitos e crenças racistas como também o seu auditório imaginado, consumidores dessa literatura, têm suas imagens discursivas construídas como racistas. Tomando, ainda, tais sujeitos como sujeitos sociais, e considerando a literatura de cordel como veículo de propagação da cultura brasileira, ainda podemos pensar na sociedade brasileira como uma sociedade racista.

Outra estratégia falaciosa utilizada pelos autores é a bestialização ou a demonização, que pode ser vista também como argumento de comparação, na medida em que busca uma aproximação entre o negro e a figura do diabo, como é visto no **Cordel 1**, em que, no início da narrativa, o personagem negro é humano e assume a forma de diabo no decorrer da batalha, e também no **Cordel 2**: “*Esse negro é um danado! / Esse saiu do Inferno / Pelo demônio mandado, e para enganar-me veio / Em um negro transformado! [...] O meu guia disse a mim: O negro parece o Cão!*”

Esse tipo de comparação também é visto no **Cordel 5**, quando o autor busca mostrar como as pessoas enxergam a Chica Boa, cujo nome explicita outra face do racismo, que é o preconceito às formas físicas da mulher negra e a sua objetificação sexual:

“Vendo aquela **mulher monstro** / Com mais de um metro e noventa/ Deu um grito e disse: é o diabo! Sacristão, ‘trás’ água benta/ [...] **Aí é mulher demais! Ninguém nunca foi feliz / Com coisas anormais**”.

O homem negro ligado à monstrosidade e à aberração, assim como a Chica Boa, e à violência gratuita é bem marcado no desenrolar do **Cordel 3**, tendo como representante a figura do Negrão do Paraná. Esse mesmo personagem é ainda comparado a animais: “**Era um monstro** na grossura / Mas **ligeiro como um cão**” [...] **Valente como pantera**/ Bruto, covarde, orgulhoso / Contava cento e dez mortes/ Como **um leão furioso** [...] Uma vez foram dez praças / E um valente oficial / Para dar fim ao negrão / Que estava **feito um chagal**.”

A animalização também é expressa de forma a nem sequer citar o nome do animal ao qual o personagem é comparado, mas sim, usando termos ligados a ações que são atribuídas aos animais. Vemos isso no **Cordel 5**, quando é narrado como Chica Boa lida com o tratamento que lhe dão: “Ela **ficava valente** / Como uma **fera que se acoa**”. Também nos **Cordéis 1 e 2**, respectivamente: “O negro olhou Riachão / Com os **olhos de cão danado**” e “Te tiro o regalo / **Cara de cavalo, cabeça de burro!**”. Nesses casos, podemos falar em figuras de escolha, definidas como “Um fato selecionado e contextualizado. O orador, por meio da linguagem figurada, encontra uma maneira de qualificá-lo e interpretá-lo, de acordo com seu interesse argumentativo” (FERREIRA, 2010, p. 128).

No **Cordel 3**, durante a apresentação do personagem Negrão do Paraná, como se animalização e demonização não fossem o bastante, ainda é feito o uso do artifício da comparação com objetos, percebido em: “Olhos encarnados / **Nariz grosso de taboca**”.

Sobre o negro ligado às “artes das trevas” temos, no **Cordel 4**, logo na capa, a figura de uma mulher negra como a vilã da história, e não é uma vilã de maneira simplificada, pois não é

qualquer crueldade a que a mulher faz, mas sim, uma bruxaria, algo mal visto por muitas sociedades. Há, além disso, a negação de que o homem branco também age de forma violenta ou errada e pratica atos que ferem outras pessoas, nesses casos, essas ações são vistas como sendo efetuadas por causas nobres. Nesse cordel, por exemplo, o rei daquela região é quem ordena que a feiticeira jogue seus feitiços contra Floriano e seus amigos. Ou seja, as crueldades que pratica não são sequer vontade dela, mas se trata de ela ser apenas uma serva do monarca, e mesmo assim, somente ela é apontada como má.

Relacionada à vilania gratuita, tomamos a figura do personagem Negrão do Paraná, do **Cordel 3**, pois ele pratica atos de crueldade com muitas pessoas inocentes, atos de extrema violência, violação dos direitos dos outros e de leis, como se vê: “Peguei logo o oficial / Para começar a briga / **Deu-lhe um acocho tão grande/ Que estorou-lhe a barriga** / E o chão ficou todo cheio/ De sangue, tripa e lombriga [...] Dessa vez ainda **sangrou / O fazendeiro na goela / Matou a velha enforcada/ Carregou uma donzela / Fez o que bem entendeu / E depois deu fim nela.**”

Enquanto isso, o Seringueiro do Norte, no mesmo cordel, é apresentado para o público como um homem branco que veio de boa família, trabalhador, e que, ao final, não só se torna o herói da narrativa como recebe uma premiação pela sua boa ação, que é matar o Negrão do Paraná: “No Ceará habitava / O moço **João Balduino / Filho de boa família** [...] Seguiu para o interior / **A fim de ganhar dinheiro / E ficou numa fazenda / Trabalhando de vaqueiro**”.

As falácias ainda aparecem na associação entre as pessoas que foram escravizadas e os personagens negros, bem como na imagem dos primeiros como fujões e invasores, como vemos no **Cordel 2**: “Eu não canto / Com **negro desconhecido** / Porque **pode ser escravo/ E andar por aqui fugido**/ Isso é dar cauda a nambu / E entrada a negro enxerido! [...] Hoje há de **arder o lombo** [...] Moleque infeliz / **Vai pra teu país** / Senão eu te surro”.

Encontramos, ainda, como figuras de escolha, também o hábito de não se referir às pessoas negras por seu nome, mas apenas por seu tom de pele - “o/esse negro”, “a/essa negra” -, como é percebido em todos os textos, exceto no **Cordel 5**. Assim, vemos no **Cordel 1**: “**O negro**, soltando um grito / Ali desapareceu.”; no **Cordel 2**: “Nem que **o negro** saque / E engolideira / Peça a noite inteira [...]”; no **Cordel 3**: “Nunca quis um companheiro / **Esse negro** mau vizinho / Dormia pouco na noite / Só viajava sozinho [...]”; e, por fim, no **Cordel 4**: “Chegou na mesa **da negra** / E o povo dando figa / Foi comendo o que havia [...]”.

Ainda em relação ao modo como os personagens negros são referidos, chama a atenção a escolha dos nomes, que muitas vezes se limita à cor da pele, critério que não se aplica aos personagens de pele branca, como Zé Pretinho, Negrão do Paraná e Negra Feiticeira (negros) e Floriano, Adivinhão, Bom Corredor, Bom Atirador, Engole Pedra, Arranca Toco, Cego Aderaldo, princesa Mariza, Manoel Riachão, Serigueiro do Norte e João Balduíno (brancos).

Além dessas estratégias aqui destacadas, outras podem ainda ser apontadas nos cordéis analisados, todas elas, no entanto, vêm reafirmar uma visão preconceituosa em relação ao negro, evidenciando a necessidade de lançarmos um olhar crítico aos textos, literários e não literários, a fim de colaborarmos com a luta pela igualdade e pelo respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas nos *corpora* revelam a construção de uma imagem negativa do negro, desqualificando-o moralmente e ridicularizando seus aspectos físicos, o que torna os textos portadores e divulgadores do discurso racista. Esse discurso é baseado em concepções preconceituosas que invalidam os argumentos e figuras, tornando-os falaciosos. Dentre as estratégias utilizadas para inferiorizar o negro encontramos: ani-

malização; demonização ou bestialização; atribuição de características ligadas à monstruosidade; descrição pejorativa de características físicas; comparação com objetos; hipersexualização da mulher negra; relação com a vilania gratuita e com a dita “magia das trevas”; visão estereotipada dos negros que foram escravizados no Brasil; referenciação e nominalização baseadas na cor da pele. Esse olhar sobre o negro é revelador, ainda, dos *ethé* dos oradores cordelistas analisados e de seu público presumido, com quem imaginam compartilhar esses valores. Numa visão mais ampla, considerando que esses sujeitos são sujeitos sociais, podemos expandir o ethos preconceituoso ao povo brasileiro. Isso nos mostra a importância de se debater o racismo ainda hoje, visto que, apesar de já ser um tema bastante discutido, ainda está presente no nosso cotidiano de forma muitas vezes explícita.

Gostaríamos, por fim, de deixar claro que não foi nossa intenção, em nenhum momento nesta pesquisa, depreciar o gênero cordel. Discursos preconceituosos estão presentes, infelizmente, não só nos nossos textos literários, de diferentes gêneros, mas nos textos não literários, também de gêneros diversos, no nosso dia a dia. Muito pelo contrário, mesmo não tendo sido nosso intuito principal, mostramos que esse gênero merece ser valorizado, trazido à tona de forma a deixar a marginalização literária e figurar como leitura e como material de pesquisa, tanto para conhecimento e valorização da cultura nordestina quanto para a desconstrução de valores antiquados e de preconceitos sem fundamentação, quando houver. Assim como devemos proceder com qualquer texto.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Firmino Teixeira do. *Peleja de Cego Aderaldo com Zé Pretinho*. Fortaleza – Ceará: Editora Tupynanquim / ABC – Academia Brasileira de Cordel. Tiragem para colecionadores, 2006.

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, R. (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo, Contexto: 2016. p. 09-28.

AREDA, Francisco de Sales. *O Negrão do Paraná e o Seringueiro do Norte*. São Paulo: Editora Luzeiro, s.d.

BARROS, Leandro Gomes de. *Peleja de Manoel Riachão com o Diabo*. Editora São Paulo: Editora Luzeiro, s.d.

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R. (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo, Contexto: 2016. p. 29-56.

FERREIRA, Luiz Antônio. *Leitura e Persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

FILHO, Manoel D'Almeida. *A vitória de Floriano contra a Negra Feiteira*. São Paulo: Editora Luzeiro. 2010.

LUCIANO, Aderaldo. *Apontamentos para uma história crítica do cordel brasileiro*. São Paulo: Editora Luzeiro, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo, Contexto: 2016. p. 69-92.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º *Seminário Nacional Relações Raciais e Educação*-PENESB-RJ, 05/11/03. Disponível em < <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf> >. Acesso em 26/06/2017.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação - A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PORFÍRIO, Alberto. *A bunda da Chica Boa*. Fortaleza: Editora Tupynanquim, 2006.

SANTANA, Flávio P.; MARIANO, Márcia R. C. P. A construção do ethos de uma cidade e de seus habitantes em uma revista local. In: MARIANO, M.R.C.P.; SANTANA, F.P. *Diversas faces de Itabaiana: aná-*

lises de imagens discursivas da Cidade dos Caminhoneiros. Aracaju: ArtNer, 2016. p. 55-71.

SILVA, Francisca Cordélia Oliveira da. Etnia, cor e raça: aspectos discursivos do uso institucional. *Anais do II Simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso e VIII Encontro Nacional de Interação em Linguagem verbal e não-verbal – VIII ENIL*, 2007, p. 1-12. São Paulo, FFLCH-USP.

Habitar o espaço invisível: notas sobre moradores de rua, territorializações outras e formas de (des) subjetivação na contemporaneidade

ÉDERSON LUÍS DA SILVEIRA¹

LUCAS RODRIGUES LOPES²

Algumas vezes, a pesquisa acadêmica se mune de ferramentas vinculadas a arcabouços teóricos diversos para tecer aquilo que Foucault intitulou uma História do Presente. Diante disso, torna-se imprescindível perguntar: Quem somos nós? Que mundo é este em que vivemos? Com que matizes e descontinuidades se tece o contemporâneo como um tempo que esvai entre as areias da ampulheta da existência? A proposição de utilizar ferramentas para determinado fim que resulte em leituras do

1 Mestre e doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, pós-graduando em Ontologia e Epistemologia, graduado em Letras Português pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG (RS).

2 Mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (2010), sob orientação do prof. Dr. Valdemir Miotello. Atualmente, desenvolve pesquisa de doutorado em Linguística Aplicada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob orientação da Profa. Dra. Maria José Rodrigues Faria Coracini.

presente para mostrar as derivas, as facetas, as reticências que nos cercam diz respeito a um modo de olhar o mundo, sem a pretensão de ratificar a soberania daquele que escreve: aquilo que nós vemos nos olha e há sempre algo que nos escapa porque o discurso se insere na descontinuidade e algo falta.

Para que o presente trabalho seja situado em um escopo teórico mais abrangente, cabe destacar que, no caso do estudo que aqui se apresenta, trata-se da Linguística Aplicada, sobretudo uma LA que se interessa pelo campo de investigações sobre estudos da linguagem que a tomam como prática social a partir de situações linguísticas socialmente relevantes. Moita Lopes (2006) afirma que o discurso tem ganhado cada vez mais espaço devido ao fato de que os sujeitos agem no mundo por meio da linguagem e constroem a realidade social e a si mesmos. Tal construção, a partir de Foucault (1984), não resulta na soberania de uma consciência individual do sujeito, visto que as relações humanas estão permeadas de relações de poder, contexto teórico no qual o poder é “[...] o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1984, p. 89).

Foucaultianamente falando e, para os efeitos de discussão do presente trabalho, é preciso situar que não se trata de perguntar o que é o poder, mas de que forma é exercido. Para isso, o poder não se reduz a algo que alguém detém, ou que incide de uns sobre os outros, coercitivamente apenas, mas que se enovela por todo tecido social no âmbito das relações humanas. Para Menezes, Silva e Gomes (2009), o discurso se caracteriza pela natureza social, o que faz com que os sujeitos construam significados ao se envolverem e envolverem outros sujeitos no discurso em instâncias social, cultural e historicamente situadas. Linguagem, então, pode ser percebida como um modo pelo qual os sujeitos podem se inscrever no mundo e nas múltiplas discursividades nele presentes (ANDRADE, 2008). A multiplicidade de discursividades do mundo, a opacidade da linguagem

e o descentramento do sujeito se articulam em torno de uma falta fundante: há sempre algo que escapa, algo que se esvai pelas beiradas dos gestos de interpretação. Por isso, todo texto é parcial e não existe neutralidade na escrita de nenhum pesquisador.

Esta falta fundante é que permite que escrevamos um texto, depois outro, depois outro. Este texto, portanto, não se propõe ser definitivo, acabado e único sobre os temas que por ele serão perpassados. É um texto tecido a partir de outros textos para tornar outros escritos possíveis, não necessariamente desenvolvidos pelos que aqui assinam este que o leitor tem “em mãos”. Visando traçar um esboço de uma faceta de uma História do presente, reconhecendo o presente como algo que oscila entre o passado e o futuro em um trânsito descontínuo, visa-se encontrar vagalumes que resistem para contradizer o distanciamento entre a academia e os problemas relevantes do mundo social das interações cotidianas.

O presente trabalho parte da constatação de um entrelugar: estar na rua e fazer parte de um lugar que é espaço de trânsito cotidiano não percebido como morada pelos que tem um espaço físico concreto (convencionalmente institucionalizado) de moradia – casa, residência, própria, alugada, etc. Tal constatação revela uma complexidade de produção de subjetividades na contemporaneidade e revela uma faceta interessante acerca de processos de (des) subjetivação. Dessa forma, parte-se do enovelamento dos estudos foucaultianos sobre a questão do poder com os estudos deleuzeanos acerca de espaço liso e estriado para tecer um ensaio em relação à existência de uma alteridade que constitui o escopo de uma discussão acerca dos modos de produção das (des) subjetivações contemporâneas.

Cabe então perguntar: que alteridade é esta que se mostra e se esconde, que está ali onde não se pode estar, que percorre espaços do invivível? Que é um outro com vestígios de um pensamento que está para além da rua? Morar em um espaço aberto

sem limites, na calçada x, na esquina da rua y, cujos cobertores ou abrigos são tidos a partir da reutilização de papelões, de jornais, de caixas permite desconstruir e problematizar a existência de pessoas cuja cidadania se estabelece a partir de uma moradia fixa, contas para pagar e uma casa para morar. “Casa” torna-se então um léxico particular no qual gravitam dizeres, ações, (re) produções e ocorre o atravessamento de discursos que valoram espaços irregulares ao mesmo tempo em que ratifica um lugar legitimado social, cultural e historicamente.

Refletir acerca do discurso da vulnerabilidade social marcando as amarras históricas que o fortalecem e as condições emergenciais de seu agravamento permite uma discussão mais ampla que se insere no escopo de uma marginalização discursiva, não apenas comportamental, que reflete em meandros da existência de grupos que vivem à margem e cujas margens se distanciam do centro e permitem problematizar a existência de um centro regulador de condutas e modos de vida. Repete-se, aos montes, no espaço da rua, um olhar acostumado a evitar aquilo que é diferente porque tal alteridade cheira mal, pede esmolas, habita o inabitável e fala-nos, pelo simples fato de existir, das misérias da humanidade.

A homogeneidade destinada às moradias tradicionais faz perceber de que forma o discurso da vulnerabilidade social se assenta sobre o espectro de uma diferença: ocupar a rua e fazer dela moradia é um comportamento que se estabelece a partir da anormalidade. A ocupação de espaços outros é reduto de uma multidão de sujeitos que estão à margem e que, situando-se na anormalidade das ações cotidianas, falam-nos muito de uma alteridade que nos constitui enquanto sujeitos atravessados por contingências históricas, sociais e culturais. Por isso, ocupar a rua e fazer dela morada é habitar o inabitável, viver em espaços invivíveis, subverter a ordem dos usos dos espaços da cidade.

Habitar um espaço de trânsito é, portanto, territorializar. Se as casas fossem abandonadas e as ruas fossem tomadas como

moradia – instância hipotética que pode soar absurda utilizada, portanto, para fins didáticos - haveria uma reterritorialização de espaços, por exemplo. Tal ação se daria por reterritorialização porque haveria a construção de um espaço adjacente que se diferísse dos espaços ocupados pelos que permaneceriam em sua moradia – ! – e também desterritorialização por causa de um rompimento com a ordem hegemônica. Correa (2014, p. 30) menciona acerca da produção de espaços e a particularidade relegada a grupos sociais específicos:

A produção do espaço é, antes de tudo, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade.

Lutar pelo direito à cidade existindo em lugares considerados inabitáveis por um contingente maior de pessoas que habitam moradias legitimadas social e culturalmente implica, assim, na produção e distribuição de espaços da cidade. Resistir, devido ao fato de habitar o inabitável, vincula-se, desse modo, a uma estratégia de sobrevivência necessária que reflete vivências silenciadas e ignoradas, subalternizadas e que compõem o tecido social das relações humanas da cidade. Cabe destacar que a resistência e a sobrevivência são faces de uma instância temporária: morar na rua é ação que revela a rua como um espaço fragmentado, heterogêneo e não homogeneizado pelos que transitam por ela cotidianamente. Morar no lugar do invivível, do inabitável se articula á sobrevivência por não ter para onde ir, no caso dos moradores de rua.

Podemos, então, inspirados na metáfora do jogo de xadrez e nos estudos de Deleuze e Guattari (1997) acerca da distribuição de espaços perceber, a partir da disposição das peças do

jogo mencionado, a circunscrição de possibilidades de trânsito e existência em determinados espaços. As peças, assim como os sujeitos, estão sujeitas a normas de princípios reguladores de comportamentos. As posições, movimentos e enfrentamentos se regulam, também, por estas instâncias particulares. Tais gestos – e até mesmo oscilações – dizem respeito a relação das peças no jogo tecidas – de cada peça ou de cada sujeito, no caso da disposição de corpos no espaço social da cidade - consigo mesmo e com seus adversários.

Se pensarmos na questão das horizontalidades e nas verticalidades, a horizontalidade pode ser associada a um espaço fechado e a verticalidade a um espaço aberto. A horizontalidade é fechada porque remete à ação de ir de um ponto a outro, a partir do mínimo de espaços ocupados. Já a verticalidade se insere no jogo de ações possíveis responsabilizando-se pela ocupação de espaços, preservando a possibilidade de surgir em pontos adiante após o avanço das peças - ou sujeitos – sem alvo, sem destino imediato, sem partida e nem chegada. Desse modo, o jogo se dá a partir do entrecruzamento de espaços como na definição de Deleuze e Guattari (1997, p. 158) apresentam acerca do espaço estriado;

Um tecido apresenta em princípio certo número de características que permitem defini-lo como espaço estriado. Em primeiro lugar, ele é constituído por dois tipos de elementos paralelos: nos casos mais simples, uns são verticais, outros horizontais, e ambos se entrecruzam perpendicularmente. Em segundo lugar, os dois elementos não têm a mesma função, uns são fixos, outros móveis. Passando sob e sobre os fixos.

Tal definição ajuda a estabelecer reflexões acerca daquilo que pode ser mensurado e o que permanece em aberto, entre o que está no terreno da turbulência e no espaço da contingência, es-

paços liso e estriado se coadunam, entrelaçando-se. Ainda sobre o espaço liso, Deleuze e Guattari (1997, p. 158) mencionam que se trata de:

[...] campo sem condutos nem canais. Um espaço liso heterogêneo empossa um tipo muito particular de multiplicidades. As multiplicidades: não métricas, não acentradas, rizomáticas, que ocupam sem medi-lo, e pode se explorar avançando progressivamente. Essas subdivisões não servem para dicotomizar espaços urbanos ou virtuais, mas para promover visadas calcadas na heterogeneidade desses espaços. Assim, pensar em termos de espaço liso ou rugoso requer acentuar que o analista do discurso percorre caminhos investigativos que se voltam não para um sentido único e fundante do discurso, mas para a multiplicidade inerente à opacidade da linguagem tomada como não-transparente e heteróclita a partir da observância de seu funcionamento.

Pensar em um espaço heteróclito e multifacetado das ruas requer chamar atenção para processos de dessubjetivação porque há indivíduos que não são passíveis de subjetivar-se enquanto sujeitos legítimos da cidade. Mais do que pressupor ou ratificar a existência de uma hierarquia, o que se estende pelo tecido social, neste caso, são valorações que se estabelecem a partir da repulsa, da chacota e do distanciamento direcionado aos moradores de rua. Se a diferença se acentua a partir da existência dos demais, então, não há uma subjetivação positiva: trata-se do acentuamento da valoração negativa da subalternidade; a diferença se agrava pela presença dos que parecem culpados por sua condição.

A descontinuidade da territorialização dos moradores de rua caracteriza-se em meio ao próprio trânsito do morador de rua pela cidade. O perambular pelas ruas de metrópoles, por exem-

plo, torna estes espaços descontínuos porque há um poder que circula em rede através das relações sociais e que mais que produzir intimidação, produz formas de existência. A exclusão não se dá pela proibição estrita de circulação em todos os lugares, é um esquadrinhamento produzido pelo constrangimento causado pelo olhar do outro sobre o indivíduo que não é partícipe das normas de comportamento gerais de habitação da cidade. Para pensar na questão de existência de espaços outros na cidade é preciso que nos atenhamos a algumas proposições de Michel Foucault antes de prosseguirmos.

Será necessário que sejamos remetidos a um texto apresentado originalmente em uma conferência realizada por Foucault no *Cercle d'Études Architecturales* em 14 de março de 1967 na Tunísia. Nele é que a palavra heterotopia tem sua primeira aparição em textos foucaultianos. O título do texto é *Les espaces autres: hétérotopies*. Porém, a autorização do autor para a publicação se dá somente em 1984, momento em que o autor autoriza a publicação deste trabalho na revista *Architecture, mouvement, continuité* (FOUCAULT, 1984). A partir da subversão e contestação de espaços culturalmente estabelecidos, a heterotopia torna-se então um entrelugar, percebida no contexto de espaços - outros que pertencem ao mundo das coisas “palpáveis”, “mensuráveis”, mas podem se afastar dele. Nela, a ordem social pode ser invertida, colocada em suspenso, como no caso da habitação de moradores de rua em espaços culturalmente considerados desabitáveis e invivíveis.

Desse modo, se a rua é trânsito e é moradia, mesmo que o seja ao preço das dificuldades que implicam a necessidade de sobrevivência, então se torna, para nós, importante, pensar na questão dos espaços heterotópicos que coabitam as ruas da cidade. Existir, nestes lugares, é resistir a um esquadrinhamento hegemônico da cidade e, ao mesmo tempo, participar da desterritorialização de outros espaços não vivíveis pela maioria do corpo de pessoas que a constituem.

Sobre a situação atual da existência dos moradores de rua, valem os resultados de uma pesquisa divulgada em 2016 realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com base em dados de 2015 na qual é mensurada a existência de mais de 100 mil moradores de rua no Brasil. Não se pretende aqui uma análise aprofundada dos dados da pesquisa, o que pode ser conferido a partir do estudo de Marcos Antônio Carvalho Natalino (2016) encomendado pelo órgão institucional mencionado. Em termos gerais, a situação é a seguinte:

Estima-se que existam 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. Deste total, estima-se que dois quintos (40,1%) habitem municípios com mais de 900 mil habitantes e mais de três quartos (77,02%) habitem municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes. Por sua vez, estima-se que nos 3.919 municípios com até 10 mil habitantes habitem 6.757 pessoas em situação de rua, (6,63% do total). Ou seja, a população em situação de rua se concentra fortemente em municípios maiores (NATALINO, 2016, p. 25).

A necessidade de trazer à tona, no presente trabalho, tais dados – atualizados - vai ao encontro de assinalar outro dado alarmante: um estudo da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, órgão da prefeitura do Rio de Janeiro, assinalou que no período de 2015 a 2016 o número de moradores de rua com ensino superior completo aumentou de 40 para 70 indivíduos nesta condição. A notícia foi veiculada através do portal G1 aos 10 de abril de 2017 e o texto está assinado pelo jornalista Bruno Albernaz.

No centro, área de maior concentração de moradores em situação de rua, muitos deles dormem ali para ficar perto do trabalho. Sem dinheiro para passagem e para o aluguel, acordam bem cedo, se arrumam de-

baixo das marquises, como a do prédio da Defensoria Pública, e em becos (ALBERNZ, 2017, s.p.).

Quando a reportagem traz o fato de que muitos dormem no centro para ficar próximos do trabalho por falta de dinheiro para transporte, por exemplo, o morador de rua deixa de ser um espectro do efeito da falta de emprego para direcionar o olhar para a carência de subsistência. Se estar na rua não é uma escolha, pois advém da necessidade dos sujeitos então isso se articula com a sobrevivência dos que habitam os lugares invivíveis da cidade. Se são invivíveis ou inabitáveis para a maioria da população, eles não deixam de ser percebidos como alternativa para os que não têm para onde ir e, nos casos mencionados, pelos que não tem como custear despesas: a rua é o reflexo da falta, do descaso, de formas de subjetivação que circunscrevem espaços outros territorializando lugares de trânsito fazendo deles sua morada. Tem-se o espaço das heterotopias: a rua como lugar desterritorializado para abrigar outros espaços que resultam no resultado de usos outros nos quais corpos se movimentam, atuam e modificam o desenho dos lugares por onde passam.

De acordo com a prefeitura, a cidade do Rio tem, atualmente, 38 abrigos próprios, 22 conveniados e dois Hotéis Acolhedores, destinados a quem quer apenas pernoitar. Com o aumento da população de rua, as 2.177 vagas disponíveis não são suficientes para atender quase 15 mil pessoas (ALBERNAZ, 2017, s.p.).

Neste caso, os números expressam não apenas dados neutros e sem valoração. A apresentação de dados faz com que a *persona numerabilis* – aquela quantificada, mensurada, estimada oficialmente – seja esquadrihada para que se governem os corpos, se controle a proliferação de vidas que se estendem pelo corpo das ruas formando um contingente de repulsas possíveis para os que estão “fora” das ruas.

Através da apresentação dos esforços da prefeitura em construir lugares que tirem as pessoas em situações de rua – lugares insuficientes – desse espaço pode ser percebido também um modo de governar corpos e homogeneizar formas de existência: o adestramento dos corpos para as moradias para as quais devem ser destinados é uma ação que se desloca entre os terrenos de uma vontade de deslocar sujeitos para espaços homogêneos relacionados a uma moradia que se aproxime de um sentido *stricto* (sociocultural) de habitação e de higienização (“limpar as ruas” de toda sujeira, de toda gente que lá está ‘atrapalhando’ a vida dos cidadãos). Aqueles que não podem existir, que habitam onde não deveriam estar são policiados por olhares alheios continua e frequentemente porque dizem muito sobre as misérrimas da humanidade e a repulsa ao que é diferente. A vulnerabilidade social que se acentua nos casos em que cresce o número de moradores de rua não pode ser negligenciada. Também não pode deixar de ser destacada a existência do preconceito, da estereotipação de indivíduos e da repulsa e silenciamento a eles direcionados cotidianamente.

Assim, consoante ao presente estudo, cabe destacar que se a existência de outros espaços é relevante para pensar nas formas de habitar o invivível e o inabitável estamos no espaço das heterotopias, região teórico-analítica na qual pode ser articulada a hipótese de que os processos de subjetivação não são únicos e nenhum sujeito é acabado, visto que a subjetividade é (des)contínua se considerarmos, sob um viés discursivo, que o sujeito é cindido e não é fonte imediata de suas ações, mas vai assumindo posições ao subjetivar-se em determinadas instâncias que não podem estar desarticuladas de uma contingência social, histórica, culturalmente situadas.

Para concluir (sem a presunção de finalizar o assunto – tarefa impossível), este trabalho não se fecha sobre si mesmo e pretendeu se inscrever no escopo de uma abordagem heteróclita, heterogênea e múltipla ao reconhecer que o presente e o con-

temporâneo não são lugares estanques, mas em movimento. Se o andar é o que nos move, as lentes para observar e as ancoragens que nos permitem aterrissar sem deixar de lançar as velas ao mar serão deslocadas para fazer perceber que a pesquisa tem um efeito político: o de se misturar com leituras do cotidiano e mostrar que as teorias são ferramentas a ser utilizadas para emancipar interpretações e subverter familiaridades. Dessa forma, ao invés de legitimar o que se sabe, desconstruir modos de pensar é o intuito da presente publicação:

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou refletir. (...) mas o que é filosofar hoje em dia - quero dizer, a atividade filosófica - senão o trabalho crítico do pensamento sobre o pensamento? Se não consistir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe? (FOUCAULT, 1984, p. 13)

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Bruno. Número de moradores de rua cresce 75% em um ano. *G1 Rio*, s. p., 10 de abril de 2017. Disponível em: <<<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/numero-de-moradores-de-rua-com-curso-superior-cresce-75-em-1-ano-no-rj.ghtml>>> acesso em 10 de julho de 2017.

ANDRADE, Eliane. *Entre o desejo e a necessidade de aprender línguas: a construção das representações de língua e de aprendizagem do aluno-professor de língua inglesa*. 2008. 266 p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 2014.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. *Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia*, vol. 05. São Paulo: Editora 34, 1997.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. Des espaces autres: heterotopies. *Architecture, mouvement, continuité*, n. 5, p. 46-49, out. 1984.

MENEZES, Vera.; SILVA, M. M.; GOMES, I.F. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, R.C.; ROCA, P. *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acesos*. São Paulo: Contexto, 2009.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. *Estimativa da população em situação de rua no Brasil*. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

Prática social, capital cultural e identidade: uma análise crítica do discurso¹

JOÃO PAULO LIMA CUNHA²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste capítulo, detalharemos os meios em que as práticas sociais e discursivas de atores sociais através de textos introdutórios do currículo lattes se constituem em identidades docentes. O currículo lattes (doravante CL) é utilizado como uma ferramenta de dados *on-line* desenvolvida e gerenciada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O CL é uma prática social do campo acadêmico, constituído e estruturado por ordens discursivas. Esse *habitus*, por meio do *locus* acadêmico, é tomado de valores hegemônicos-ideológicos (BOURDIEU, 1983, 1989, 2005).

1 Este texto é parte da pesquisa de mestrado em Estudos da Linguagem, área de concentração em Linguística Aplicada, Linha de Pesquisa em Estudos de Práticas Discursivas, concluído no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

2 Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), área de concentração em Linguagem: identidade e práticas sociais, sob orientação da profa. Cleide Emília Faye Pedrosa. E-mail: jplcunha83@hotmail.com.

Em uma proposta crítica, como esta procurou ser, é necessário ir além de características reais (algo essencialista), quando se trata de estudos de identidade. Analisar criticamente identidade é pensá-la conforme um conceito (uma lente) que se pode entender uma determinada realidade (MERLUCCI, 1995). Lentes que se ajustam a cada realidade e a cada particularidade analisada. Dessa forma, “A identidade pessoal é resultado, sempre provisório e evolutivo, de um trabalho sobre si mesmo, que chamamos de ‘trabalho do sujeito’, ou ‘gestão relacional de si’ ou também ‘trabalho identitário’” (BAJOIT, 2006, p. 158, grifo do autor). Outro ponto do aspecto crítico desta pesquisa está na quebra do paradigma de se entender a prática do CL como um texto livre de estruturas hegemônicas, já que o consenso de ideias é a base ideológica da hegemonia de grupo no campo acadêmico (GRAMSCI, 2002).

Para compreender e justificar os aspectos constitutivos do CL, referidos acima, a fundamentação teórico-metodológica da pesquisa foi estruturada em torno dos pressupostos da ACD. Como a ACD possui algumas correntes teóricas, cada uma com um foco específico, escolhemos a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD) para aporte teórico (PEDROSA, 2016, 2014). A ASCD é uma análise do discurso textualmente orientada (FAIRCLOUGH, 2008), busca uma análise teórica das práticas sociais e discursivas dos atores sociais orientada pelo linguístico, ou seja, por meio da materialidade textual. Para a análise linguística, utilizamos a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), seus sistemas e subsistemas. Trata-se de um referencial teórico que nos permitiu olhar para a materialidade linguística em busca de sua descrição a fim de justificar ou suscitar sentidos amplos.

A constituição do *corpus* de pesquisa foi estruturada apenas por CL de docentes vinculados ao curso de Letras em Instituições de Ensino Superior (IES) localizadas no Estado de Sergi-

pe, sendo uma de constituição federal-pública e outras duas de constituição particular-privada. Os currículos dos professores foram coletados na Plataforma Lattes, após a verificação e confirmação dos vínculos empregatícios de cada ator social com a IES. Os textos foram reunidos, a partir de então, entre o início do mês de janeiro e o final do mês de fevereiro de 2013. Ao todo, somamos 27 (vinte e sete) currículos de pesquisadores, selecionados para o estudo, 9 (nove) de cada IES, numerados em ordem com a abreviação CL e o número correspondente: CL/01, CL/02, assim sucessivamente.

1 CAPITAL ACADÊMICO E PRÁTICA SOCIAL

Para uma reflexão sobre o capital simbólico, precisaremos de uma orientação histórico-conceitual breve. Ao longo dos anos, o sistema de produção capitalista sempre buscou a acumulação de riqueza por meio do trabalho, isso se deu, e se dá, na sustentação do trabalho alheio e na produção de bens materiais. Embora, o acúmulo de riqueza siga o modelo ‘industrial’ produtivo, há, sem dúvida, um paradoxo na pós-modernidade a esse formato: o acúmulo de bens tem o conhecimento e o saber como fontes de riqueza produtiva. O conhecimento se tornou ponto central nas ocupações profissionais nos últimos anos. Além disso, ele se constitui como uma fonte produtora de valores. Nessa ótica, podemos entender que o ‘valor-trabalho-força’ tem sido substituído, em alguns casos, pelo ‘valor-conhecimento-saber’ (CAMARGO, 2011).

Todo esse labor em volta do conhecimento é considerado um processo imaterial/cognitivo. Mesmo que, por muitas vezes, não se apresente como tal, ou esteja, inúmeras vezes, velado, naturalizado, o campo acadêmico segue esse modelo produtivo: baseado no conhecimento. Uma das principais práticas desse campo está no acúmulo de ‘riquezas’ por meio dos diversos capitais que formam a sociedade.

[...] o campo social é constituído de posições, definidas por recursos que são objeto de lutas de apropriação, por parte dos atores sociais. Esses recursos são denominados capitais e, por sua vez, se subdividiriam em várias categorias: capital econômico, capital social (rede relacional dos atores), capital simbólico (prestígio, reputação...) e capital cultural. Este se subdividia em capital cultural institucionalizado (diplomas), capital cultural objetivado (bens culturais) e capital cultural incorporado (*habitus*) (NIEWIADOMSKI, 2008, p. 213).

O capital acadêmico é fruto das relações entre os agentes com suas diversas práticas: experiências baseadas na hegemonia de grupos, autovalorização, produção de conhecimento e, em alguns casos, formação política (HEY, 2008). Podemos afirmar que a esfera acadêmica

trata-se de um campo provido de capital intelectual e cultural, que se interconecta com outros campos sociais, e que pode, ao mesmo tempo, expressar processos de reprodução e de transformação, de ajuste e de resistência, bem como de superação dos atuais conflitos e dilemas, por meio da inovação e de luta pela liberdade acadêmica e pela autonomia universitária (OLIVEIRA, 2000, p. 54 *apud* GOMES; OLIVEIRA, 2012, p. 39).

O campo acadêmico é um campo real que se incorpora aos pesquisadores, isto é, não está apenas no plano simbólico. Suas características estruturais, hegemônicas e ideológicas se materializam na produção acadêmica. Os livros, os capítulos de livros, os artigos científicos diversos, a criação e a participação de grupos de pesquisa, os eventos acadêmicos, dentre outras práticas, assumem “a lógica de uma produção condicionada por uma conjuntura que está acima da acadêmica” (HEY, 2008, p. 50). Ou seja, por meio de ordens mercadológica, propagandística e política. Reflexo disso são os índices de produtividade que acompanham cada CL na plataforma. Além dos ‘gráficos de produção acadêmica’, o ‘resumo da produção’, ao final de

cada currículo, também reforça essas ordens discursivas. Esse processo produtivo acadêmico, abalizado na acumulação de capital acadêmico, leva os produtores a buscar reconhecimento e posição hegemônica. Além de referendar a imposição de valores produtivos acadêmicos (GOMES; OLIVEIRA, 2012).

Essa estruturação das práticas acadêmicas, por meio dos diversos capitais distribuídos, é materializada através da linguagem, já que esta é um poder simbólico (ORMUNDO, 2010). É por meio dela que os atores materializam suas motivações, geridas no interesse consciente ou inconsciente do lucro material e/ou simbólico (GOMES; OLIVEIRA, 2012), fazem a gestão relacional de si, um trabalho identitário (PEDROSA, 2016, 2014). Uma espécie de cálculo (estratégias) no qual suas ações são baseadas em ganhos para si e para seu grupo de pertença (BAJOIT, 2006).

No caso de um campo científico ou acadêmico, tais estratégias estão estreitamente ligadas às possibilidades de aumento de capital simbólico - aí incluso o capital científico - dos que dele fazem parte. Desse modo, os seus agentes vão construir um conjunto de dispositivos que lhes permitam, ao mesmo tempo, nele continuar, e acumular um montante desse capital específico que proporcione um reconhecimento da sua posição por parte dos seus pares (SANTOS; AZEVEDO, 2012, p. 72).

O capital acadêmico serve de legitimação para os atores sociais, pois ele adquire um papel de 'caução' para as práticas acadêmicas. Assim, entre os atores, um reconhece, valoriza, desvaloriza, o capital do outro. Exercendo a função de legitimação sobre o nome do pesquisador e do produto acadêmico. Tal questão ratifica que a produção acadêmica é socialmente produzida e socialmente legitimada (HEY, 2008, p. 66). Dessa forma, até a instauração da ordem pós-moderna, o pesquisador-intelectual não tinha sido configurado em nenhum processo de produção/trabalho. Sua atividade era considerada apenas uma vocação epistemológica, disciplinar. Entretanto, com o conceito de trabalho imaterial, o professor é totalmente incorporado ao pressuposto de

processo produtivo. Tendo função ativa, crítica e indispensável no interior do processo. O CL reflete toda essa magnitude que as práticas acadêmicas se sobrepõem. É por meio dele que os diversos capitais são incorporados às individualidades e, por conseguinte, às coletividades. Para melhor compreender esses sentidos, tomamos como ‘lentes’ do capital acadêmico seis categorias: Capital escolar, Capital de poder universitário, Capital de poder científico, Capital de prestígio científico, Capital de notoriedade intelectual e Capital de poder político, conforme Hey (2008).

2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS: CAPITAIS SIMBÓLICOS NA CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES DOCENTES

Os capitais acadêmicos citados na seção anterior auxiliam na construção das identidades docentes das Instituições de Ensino Superior. Não há, em meio a tantas características, identidade acadêmica sem a incorporação dos diversos capitais sociais pertencentes ao campo. Sendo assim, passaremos para apresentação e discussão das análises, demonstrando cada um dos capitais em sequência.

a) Capital escolar

O capital escolar é a marcação de formação acadêmica (educacional): a trajetória acadêmica e a importância desse capital para seu espaço social. É o caminho que todo docente precisa seguir, já que almejou um dia seguir a carreira acadêmica. A principal marca no CL deste capital é a citação do local de sua formação acadêmica - a universidade que realizou sua formação. Tal escolha lexical é baseada principalmente no poder e na credibilidade que essas instituições possuem (HEY, 2008).

Fragmento 1

CL/02: [...] mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (1979), doutorado em Linguística pela Uni-

versidade de São Paulo (1985) e doutorado em Pós Doutorado pela Universidade de Lisboa (1986). [...]

Fragmento 2

CL/08: [...] mestrado (1978), doutorado (1981), pós-doutorado (1994) em Letras-Fonética Geral e Experimental pela Université des Sciences Humaines de Strasbourg e pós-doutorado em Didática de línguas e culturas pela Université de Paris III Sorbonne Nouvelle (2004). [...].

A identidade institucional de cada universidade possui valores que a sociedade reconhece. O ator social busca incorporar o respeito, a credibilidade e a importância que essas instituições possuem socialmente à sua identidade docente. Sejam elas universidades nacionais ou internacionais. O principal destaque, nos exemplos, está nas instituições localizadas nas regiões sudeste e sul do país, além das instituições localizadas no exterior, principalmente europeias e norte-americanas. Há nesse caso uma necessidade de marcação ‘de capital *lócus*’, principalmente pelos atores serem pertencentes a instituições nordestinas, região historicamente marcada pela desvalorização social. Ademais, a marcação do capital escolar também está nos diversos títulos que são marcados no lattes. A preferência por essa citação está, evidentemente, no desejo de marcar a ascensão educacional. Ou seja, o ator social prefere utilizar uma linha crescente - graduação - para marcar sua trajetória acadêmica de modo ascendente, linear. (NIEWIADOMSKI, 2008, p. 213).

Fragmento 3

CL/06: possuí graduação em Licenciatura Em Letras Habilitação Em Português [...] mestrado em Letras [...] e doutorado em Estudos Literários [...].

Tanto a presença das instituições quanto a marcação dos títulos representam um capital baseado no conhecimento (CA-

MARGO, 2011). Qualificações formais que os atores incorporam a sua identidade. Não se trata de algo aleatório, ao acaso. Tal atitude versa sobre escolhas que os atores consideraram o valor do capital acadêmico (HEY, 2008, p. 90).

Os atores sociais podem também valorizar seu capital escolar com base na citação de suas áreas de pesquisa. Há, nos estudos da linguagem, como em qualquer outra área, a busca por uma hegemonia-metodológica determinada (SANTOS; AZEVEDO, 2012). Isto é, a vontade de colocar seu campo de atuação em evidência. Por conseguinte, tal destaque na identidade contribui consigo e seu grupo. Não se trata de avaliar como melhor ou pior, mas sim de valorizar a área qual faz parte, apesar de sabermos que alguns discursos assim fazem.

Fragmento 4

CL/06: [...] e doutorado em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004). [...]

Fragmento 5

CL/10: [...] Mestre em Educação com Novas Tecnologias pela Universidade Federal de Sergipe. [...]

Esse recurso de citar o capital escolar por meio do campo de atuação pode expressar uma antecipação do lucro dentro da área. Quando se autodenomina dentro de áreas importantes, já sedimentadas, estruturadas, com aceitação da comunidade acadêmica, a inclusão do nome junto a esse campo é uma estratégia de investimento em busca de resultados positivos (SANTOS; AZEVEDO, 2012, p. 77). E quando cita uma área relativamente nova, há em si o caráter ‘desbravador’: estar atualizado, estar inovando. Dito isso, temos uma associação entre o capital escolar e o capital de poder universitário a ser discutido posteriormente.

b) Capital de poder universitário

O capital de poder universitário tem a ver com a carreira seguida pelo docente. É a trajetória acadêmica baseada na produtividade e na ocupação de cargos dentro da esfera universitária (HEY, 2008). A produtividade dos atores sociais é uma das questões mais atuais em discussão no ambiente acadêmico. A cobrança por números em publicações, sejam de estudantes sejam de atores já pertencentes a universidades como professores, é algo corrente. Número que se reflete na alta participação e no alto número de publicações de artigos em eventos acadêmicos/científicos. Esses dados vão se refletir nos gráficos numéricos (indicadores de produção) que fazem parte do CL, demonstrando o quanto o pesquisador produziu durante o ano.

Outra manifestação da cobrança são os diversos processos seletivos no campo acadêmico. Nessas seleções somente são contabilizados os últimos cinco anos de produção, na maioria das universidades: mesmo a vida acadêmica sendo longa. Com isso, a produtividade “está se tornando cada vez mais fundamental para aumentar o reconhecimento, a consagração e para traçar novas estratégias de investimento” (GOMES; OLIVEIRA, 2012, p. 41).

Fragmento 6

CL/01: [...] No presente, vem desenvolvendo pesquisas acerca do *ethos* do professor de Língua Portuguesa, investigando a construção de imagens que esse profissional faz de si, do aprendiz e do seu objeto de ensino. Além disso, vem investindo as relações de poder entre professor/estudante, institucionalmente determinadas.

Fragmento 7

CL/10: [...] Pesquisa o uso das Novas Tecnologias na Educação, a Cibercultura e as TIC [...].

O CL tem como indicador de produção no texto introdutório, normalmente, um processo verbal material (HALLIDAY; MAT-

THIESSEN, 2004). Nele é expresso o valor semântico ativo do ator. Os bens produzidos pelos atores acadêmicos, edificadores do poder universitário, ao contrário da lógica capitalista, são fundamentados para não se destruir em seu consumo. (LAZZARATO, 2001).

Não obstante a essa lógica, as instituições de ensino e as agências de fomento criaram um mecanismo de permanecer com o modelo capitalista dos bens materiais para os bens imateriais. Conforme dito anteriormente, as produções imateriais acadêmicas dos últimos cinco anos são aceitas em seleções, com isso o produto se torna vencido, envelhecido com o tempo. Essa lógica é convencional do capitalismo materialista, de certa forma, 'forçando' os atores acadêmicos a constante produtividade material. É a ordem discursiva do "publique ou pereça" (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010).

Embora a carreira em universidades esteja muito mais propensa para a atividade de professor, os cargos de chefias, direções, pró-reitorias, considerados cargos do capital suplementar, também fazem parte do poder universitário (BOURDIEU, 1989). Esse poder é um dos mais evidentes no CL e dos mais ressaltados.

Fragmento 8

CL/04: [...] Eleita por seu conselho departamental, chefia desde outubro de 2010 o Departamento de Letras [...].

Fragmento 9

CL/03: [...] Coordenadora do Núcleo de Pós-Graduação em Letras [...].

Além dos cargos de chefia e coordenação, há também a citação de outro cargo suplementar que aparentemente demonstra mais poder institucional universitário. "Ocupar um cargo de destaque confere maior peso à autoridade científica do investigador" (SANTOS; AZEVEDO, 2012, p. 77). O Capital de poder universitário possui semelhanças com o poder científico a ser discutido no próximo tópico.

c) Capital de poder científico

O capital de poder científico é pautado pela participação nos ambientes de pesquisa propriamente dito. Ou seja, participação em grupos de pesquisa certificados e em fundações de pesquisa: Capes, CNPq e FAPITEC/SE. Esse capital se baseia no poder e no respeito institucional que esses órgãos voltados para pesquisa possuem. Estar vinculado a alguma dessas instituições, ou a algum grupo de pesquisa vinculado a elas, fortalece as identidades dos atores envolvidos. Nos CL pesquisados, o capital de poder científico é quase sempre destacado por meio da participação em grupos de pesquisa. Trata-se de uma forma de fortalecimento do grupo e conseqüentemente uma forma de fortalecimento de algumas temáticas que são focadas pelos grupos (HEY, 2008).

Fragmento 10

CL/19: [...] Membro do grupo de pesquisa GPECS (Cultura, Educação e Subjetividade) vinculado a Universidade Tiradentes. Membro do grupo de pesquisa de Iniciação Científica no Departamento de Licenciatura em Química (Faculdade Pio Décimo). [...].

Fragmento 11

CL/11: [...] Atualmente é participante do grupo de pesquisa "estudos de literatura e de cultura". [...].

Frequentemente, são através dos processos relacionais que os integrantes dos grupos de pesquisa se caracterizam (CUNHA; SOUZA, 2011; EGGINS, 2002). Embora o diretório de grupos de pesquisa enumere três tipos de participantes - pesquisadores, estudantes e técnicos - os atores preferem se autodenominar, conforme interesses. Nos casos acima, eles preferiram colocar atributos que indicam apenas o valor de pertencimento ao grupo: membro e participante. Entretanto, há aqueles que tentam destacar seu poder hierárquico, evidenciado pelo epíteto 'líder'

ou pelo processo verbal material, preservando o valor semântico do lexema (VIAN JR; SOUZA; ALMEIDA, 2011).

Fragmento 12

CL/05: [...] É sócio da ABRAPUI (Associação Brasileira dos Professores Universitários de Inglês), da SBHE (Sociedade Brasileira de História da Educação) e líder do Grupo de Pesquisa História do Ensino das Línguas no Brasil. [...].

Fragmento 13

CL/16: [...] é membro da SBHE Sociedade Brasileira de História da Educação; do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação [...], liderado pelo Professor Doutor Jorge Carvalho do Nascimento e pela Professora Doutora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da UFS; lidera o Grupo de Pesquisa em Estudos de texto, leitura e linguagem) [...].

O ator do lattes tentou estabelecer a escala hegemônica, quando citou os ‘coordenadores’ do grupo de pesquisa do qual faz parte. Como também, ele tentou marcar seu espaço de poder quando colocou o processo material ‘liderar’. É importante salientar que a marcação de ‘líder’ ocorre, normalmente, e, evidentemente, com profissionais que possuem carreira acadêmica já sedimentada, tanto como docente quanto pesquisador. Por certo, a escolha pelo item lexical na produção textual é uma forma de vantagem individual que o ator quer para si. O capital de poder universitário contribui com ganhos simbólicos e posições sociais para os atores, tal qual o capital analisado no próximo tópico.

d) Capital de prestígio científico

O prestígio científico é materializado em qualquer forma de reconhecimento na esfera acadêmica. O reconhecimento se realiza através de prêmios de mérito científico; por meio de exer-

cício da profissão docente no exterior; e por forma de consultorias científicas (HEY, 2008, p. 87). O reconhecimento através de prêmios científicos é uma manifestação corrente nos CL. O mérito se dá principalmente por meio de um título, ou de uma condecoração, conforme o currículo abaixo.

Fragmento 14

CL/08: [...] Foi condecorado pelo Ministério da Cultura da França, [...] pelo Ministério da Educação Nacional. [...] Em 2006, recebeu o título de Doutor Honiris Causa, outorgado pela Université Marc Bloch de Strasbourg, França. [...].

O prestígio científico insere o pesquisador no quadro mais alto que se pode trilhar na esfera científica, acadêmica, juntamente com a notoriedade intelectual - tópico seguinte (HEY, 2008, p. 54). O ator do lattes reconhece seu feito ao utilizar o termo 'condecorar', ou seja, receber prêmio com distinção honorífica. Ele utiliza o processo verbal passivo que reforça o caráter receptor da ação. No segundo exemplo, o fragmento se vale também de um processo verbal que a carga semântica reforça o título recebido. Somente em um dos currículos analisados foi encontrada essa característica.

No entanto, em outra forma de manifestação do poder de prestígio científico, o exercício de função no exterior, foi encontrado mais de uma realização.

Fragmento 15:

CL/08: [...] Foi [...] professor titular convidado de Didática de Francês Língua Estrangeira na Université de Paris III Sorbonne Nouvelle, de setembro de 2005 a setembro de 2008 e atuou como professor-orientador convidado de Didática de Francês Língua Estrangeira na Université de Paris VII - Denis Diderot, de outubro de 2008 a agosto de 2011. [...].

Fragmento 16:

CL/20: [...] Professor Cooperante da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), em Timor-Leste (2008-2009) [...].

No fragmento 16, o mérito de ter sido professor na Universidade Nacional no Timor-Leste evidencia um caráter 'humanitário'. Sabendo-se das dificuldades quanto à instituição da língua portuguesa como língua oficial no Timor-Leste e o convívio com outras línguas na região, o exercício de ser professor naquelas plagas se trata, sobretudo, uma atividade para contribuir com um determinado fim, reconhecida pelo ator: professor cooperante. Contudo, tal atitude, ou atividade, não tira o mérito de prestígio científico.

e) Capital de notoriedade intelectual

O capital de notoriedade intelectual é basicamente ser conselheiro de revistas de publicação científica. As revistas passaram a ter grande participação no acúmulo de capital acadêmico. Revistas com diversas qualificações, publicadas pelas diversas universidades, são para os que publicam nelas grandes fontes de poder científico. Algo mais destacado acontece com os que fazem parte do corpo editorial dessas revistas, sendo por vezes conselheiro, revisor e avaliador (HEY, 2008).

A notoriedade é uma espécie de reconhecimento, semelhante também ao capital de prestígio acadêmico. Contudo, mesmo sendo possível acreditar em uma junção de conceitos (Prestígio-Notoriedade Científica), prevalece o pensamento de que a notoriedade realça o caráter de consequência por meio de suas ações intelectuais, enquanto o prestígio aparenta mais o caráter relacional-político, claramente sem deixar o reconhecimento científico.

Seguindo as discussões, foi possível encontrarmos o capital de notoriedade intelectual nos currículos pesquisados. A base da notoriedade está na participação em revistas científicas. A construção oracional está baseada no processo relacional, construída sempre

no valor atributivo da oração. Isso denota que o valor da posição ocupada é valorativa (VIAN JR; SOUZA; ALMEIDA, 2011).

Fragmento 17:

CL/06: [...] Membro do Núcleo de Estudos da Universidade Federal de Minas Gerais e Membro de corpo editorial da Alere [...].

Fragmento 18:

CL/16: [...] e é Editor executivo da Revista Interfaces - Ciências Humanas e Sociais [...].

Conforme dito no tópico anterior, tanto o prestígio científico quanto a notoriedade intelectual valorizam a identidade dos pesquisadores. Por meio desses capitais, eles são alçados a patamares de destaque acadêmico. No Fragmento 17, o autor do texto evidencia o fato de fazer parte do corpo editorial por meio do sintagma nominal ‘membro’. Já no fragmento 18, o destaque está no fato de o sintagma ‘editor’ evidenciar o acontecimento do ator possui posição, de proeminência, confirmada pelo epíteto ‘executivo’.

A notoriedade é um reconhecimento importante para o campo científico. Tanto que, na pesquisa, foi possível encontrarmos um currículo que cita o capital de notoriedade, contudo a informação existente no CL não confere com os dados editoriais publicados no site da revista. A revista publica em seu *site* as informações editoriais quanto ao seu conselho editorial e ao seu conselho consultivo. A informação pode estar defasada, ultrapassada, ou ainda não ser verdadeira. Todavia, se qualquer uma das opções fosse considerada fidedigna, só justificaria a importância e o valor que esse capital possui para a valorização da identidade do ator social.

Fragmento 19:

CL/09: [...] Atua no corpo editorial da Revista Icarahy [...].

É possível ainda compreender que o processo material 'atuar' caracterize outra função que não a de membro dos conselhos, mesmo que a materialidade não confirme isso. No entanto, a relação com a notoriedade é algo relevante perante a estrutura do espaço acadêmico-hegemônico que prevalece atualmente.

Por fim, passaremos para o último tópico da análise, evidenciando o poder político que mais 'rompe' com a ordem acadêmica, entrando no ambiente social da esfera burocrática.

f) Capital de poder político

O capital de poder político, *grosso modo*, são os cargos ocupados na administração governamental. Esse poder pode ser considerado contrário ao poder acadêmico. Notadamente, podemos dizer que em muitos casos o ator social só chegou à ocupação do cargo político por conta de seu poder universitário, seu prestígio científico, entre outros. Contudo, isso não é uma via de regra.

Constatamos na pesquisa que os atores sociais que se colocam na esfera público-política, passam a ter efeitos contrários para o desenvolvimento de suas carreiras acadêmicas, em relação ao capital científico (os outros capitais). Quando os atores optam por privilegiar o capital político, há um empobrecimento de seu capital científico. Normalmente, essa é a equação regida pela escolha sistemática dos atores, conforme o gráfico indicador de produção abaixo.

Figura 1: Produção bibliográfica CL/22

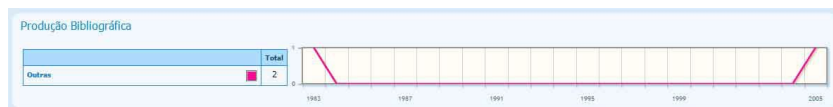
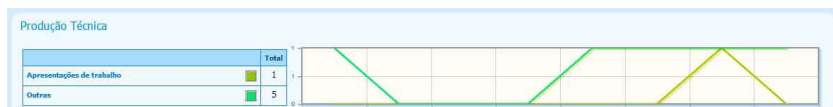


Figura 2: Produção técnica CL/22



Conforme o gráfico de produção bibliográfica, a produtividade do ator social pode ser considerada insignificante para o campo científico. Em compensação, as produções técnicas que são relatórios, assessoramentos, entre outros - que podem ser atrelados a funções administrativas-políticas - possuem números acentuados. Quer dizer, o ator privilegiou o capital político em detrimento ao científico.

Nos currículos em análise, somente um texto possui a marca do capital político. Nele é totalmente perceptível a escolha pela burocratização da carreira docente. Isto é, a escolha do ator social foi pelas atividades administrativas, ainda que cite alguns vínculos de professora com a rede estadual e cursos de especializações (HEY, 2008).

Fragmento 20:

CL/22: [...] É Secretária Municipal de Educação de Aracaju, operadora e consultora de Direitos Humanos com foco em Direitos da Criança e do Adolescente. Consultora em Desenvolvimento Humano e Política da Qualidade da Tecnogas Consultoria e Serviços Ltda; Curadora do Museu da Gente Sergipana; Gerente de Projetos do COMPESSOAS; Assessora de Organização de Sistema e Métodos.

Diversos fatores podem ser levados em conta para escolha dos atores sociais pelo capital de efeito social (político), ao invés do capital cultural (acadêmico). A desvalorização das carreiras docentes, a valorização salarial nos cargos políticos e a ineficiência das universidades e faculdades brasileiras são alguns dos fatores possíveis. “O capital político é uma espécie particular de capital social que permite a circulação no campo da política” (HEY, 2008, p. 54). Essa trajetória é uma escolha tanto quanto às outras descritas anteriormente. Trata-se de um acúmulo de capital (neste caso, vinculado às questões de ensino, por isso considerado uma capital cultural – acadêmico).

O desejo de valorização e ganhos simbólicos estão no ambiente e na perspectiva que cada ator procura para sua vida, conseqüentemente sua identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando esta etapa de discussão, verificamos como os aspectos do capital simbólico-cultural estruturam as identidades de atores sociais nos textos introdutórios dos CL. Na primeira parte do texto, fizemos uma síntese dos pressupostos sobre o capital, como também o conceito de capital cultural-acadêmico.

A acumulação de bens imateriais pelas atividades acadêmicas em seis tipos de capitais, discutida na seção de análise, nos permitiu compreender os sentidos do funcionamento da prática acadêmica. Por capital escolar, compreendemos que se trata da trajetória acadêmica, marcada pela apropriação de valores institucionais das marcas de universidades e de vínculo com agências de fomento. Além disso, os títulos conquistados e as áreas de atuação são fontes de valores positivos como ganhos simbólicos em uma forma de capital existencial (JOSSO, 2010). No segundo momento da análise, o capital de poder universitário foi discutido, focando sua realização pautada pela produtividade e pelas ocupações de cargos nas instituições. Quanto ao capital de poder científico (terceiro tópico), destacamos a participação em ambientes de pesquisa, em grupos de pesquisa, em fundações de pesquisa e em agências de fomento. Sobre o prestígio científico (quarto) e sobre a notoriedade intelectual (quinto) discutimos que se tratam de capital que inserem o ator social em patamares mais destacados dentro da carreira acadêmica, dado seu destaque. Sendo que o último se trata de participações em conselhos editoriais de revistas científicas. Por fim, o capital de poder político (último tópico de análise), observamos que ele se fundamenta na ocupação de cargos na esfera administrativa

do poder executivo. Ou seja, denota o poder, literalmente, nas esferas governamentais.

Com esse modelo de análise, foi possível destacar a construção das identidades docentes nas IES. Sendo assim, não restam dúvidas do valor que o capital cultural possui para as marcas identitárias acadêmicas. Buscamos com este texto suscitar novas discussões para os estudos discursivos, em especial em ACD, como também o campo acadêmico. Por fim, embora sejamos atores sociais envolvidos pela ordem discursiva, não podemos ou devemos criar uma fetichização quanto ao campo tomado por diversos processos hegemônico-ideológicos. Criar uma postura crítica é dever dos analistas discursivos.

REFERÊNCIAS

BAJOIT, G. *Tudo Muda: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas*. Tradução de Virgínia Alves Rodrigues. Lisboa, Portugal: Ed. Unijaí, 2006.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2005.

CAMARGO, S. C. *Trabalho Imaterial e Produção Cultural: a dialética do capitalismo tardio*. São Paulo: Annablume, 2011.

CUNHA, M. A. F.; SOUZA, Maria Medianeira. *Transitividade e seus contextos de uso*. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

EGGINS, S. *Introducción a la lingüística sistêmica*. Logroño: Universidad de La Rioja, 2002.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, [2001] 2008.

GOMES, A. M.; OLIVEIRA, J. F. Educação Superior Como Sujeito-Objeto de Estudo. In: GOMES, Alfredo Macedo; OLIVEIRA, João Ferreira de. (orgs.). *Reconfiguração do campo da educação superior*. Campinas: Mercado da Letras, 2012.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An Introduction to Functional Grammar* (3ª ed.). London: Edward Arnold, (2004).

HEY, A. P. *Esboço de uma Sociologia do Campo Acadêmico: a educação superior no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

JOSSO, M. *A experiência de vida e formação*. Natal: EDUFRN, 2010.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

MERLUCCI, A. The Process of Collective Identity. In: JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert (Eds.). *Social movements and culture*. Londres: UCL Press, 1995. p. 41-63.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

NIEWIADOMSKI, C. Sociologia Crítica e Acontecimentos Biográficos. In: PASSEGGI, Maria da Conceição (org.). *Tendências de pesquisa (auto)biográfica*. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008. p. 213 - 229.

ORMUNDO, J. Análise social, linguagem e globalização: uma abordagem transdisciplinar na Análise de Discurso Crítica. IN: VIEIRA, Josenia Antunes; BENTO, André Lúcio; ORMUNDO, Joana. (orgs.). *Discursos nas práticas sociais*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 13-32.

PEDROSA, C. E. F. Análise crítica do discurso e a proposta da corrente nacional: da abordagem às primeiras pesquisas. In: KALLARRARI, C.; BESSA, D.; PERREIRA, A.M.S. (orgs.). *Estudos linguísticos e formação docente*. Campinas: Pontes Editores, 2016.

_____. *Abordagem sociológica e comunicacional do discurso, uma proposta para análise crítica do discurso*. In.: DE SÁ JÚNIOR, L.A.;

BARBOSA, T.M.N. (orgs.). Práticas discursivas e ensino de língua(-gem). Natal: EDUFRN, 2014.

SANTOS, A. L. F.; AZEVEDO, J. M. L. Regulação e Legitimação da pesquisa sobre a política educacional como campo acadêmico: um estudo a partir dos programas de pós-graduação do nordeste brasileiro. In: GOMES, Alfredo Macedo; OLIVEIRA, João Ferreira de. (orgs.). *Reconfiguração do campo da educação superior*. Campinas: Mercado da Letras, 2012.

VIAN JR, O. SOUZA, A. A. ALMEIDA, F. A. S. D. P. (orgs.). *A linguagem da avaliação em língua portuguesa: estudos sistêmico-funcionais com base no sistema da avaliatividade*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

Uma análise discursiva sobre os significados representacionais e identificacionais em textos de canções sobre educação do campo

SANADIA GAMA DOS SANTOS¹

INTRODUÇÃO

Esse artigo pretende fazer reflexões à luz da análise crítica do discurso proposto por Fairclough (2001) através da análise de duas músicas extraídas do álbum “Cantares da Educação do Campo”, do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra, descrevendo como se constituem as ações do gênero na relação dialética da análise de textos focalizada nos significados acionais, relacionais e identificacionais.

¹Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestra em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora da Universidade Estadual de Alagoas, Campi Arapiraca. E-mail: sanadiasantos@yahoo.com.br.

O presente trabalho tem como objetivo analisar duas canções, intituladas “Educação do campo” e “Não vou sair do campo” através de uma análise discursiva, baseada na LSF de Halliday por meio dos discursos e macrofunções presentes na linguagem materializada no gênero.

Desse modo partimos do pressuposto proposto por Fairclough de que a ACD desenvolvida por ele é uma Análise crítica do discurso textualmente orientada, tomando como partida as práticas sociais reais e dos textos.

Assim, para Fairclough (2001), o discurso é visto como prática social reprodutora e transformadora de realidades sociais, e o sujeito da linguagem está propenso ao moldamento ideológico e linguístico que também contesta e reestrutura a dominação, ressignificando e reconfigurando-as (MELO, 2009).

Desse modo, é importante marcar aqui as contribuições da ACD no Brasil e na Europa, ao escolhermos ambas as canções produzidas por próprios integrantes e militantes do movimento campesino por uma educação do campo, o que configura que na ACD temos:

A ACD tem em comum a multidisciplinariedade, por dialogar com diversas áreas do conhecimento, sobretudo a linguística e as ciências sociais crítica, possui a preocupação com o social, tem um posicionamento político a grupo social em desvantagem na sociedade e a divulgação da pesquisa como forma de alerta das práticas de abuso do poder.

Desse modo, a ACD é dialógica em sua natureza, como também dinâmica. A partir daí o problema investigado demanda as teorias no campo do diálogo

Assim, a vertente de Fairclough tem como teoria de base a Linguística sistêmico funcional por relacionar o contexto social com base nas funções da linguagem e na sua relação com os gêneros textuais.

Partindo do pressuposto de que a partir da análise do problema, investigamos as teorias propostas na análise, trazemos

aqui o gênero, que demanda uma série de reflexões do ponto de vista de seu estilo e composição léxico-gramatical das palavras no texto.

Na LSF, portanto, não se analisa um texto unicamente em termos dos elementos lexicogramaticais. “Cada significado deve ser relacionado simultaneamente a rotinas sociais e a formas linguísticas” (MEURER, 1994, p. 134).

Assim, vamos utilizar para análise os textos das letras das músicas pertencentes a um grupo social definido, os problemas encontrados na composição dos sujeitos constituídos na forma que estão colocados socialmente por meio das macrofunções presentes nos textos através do tripé da obra de Fairclough (2003), significado acional, representacional e identificacional, que estabelecem relações dialéticas como acontecem nas práticas sociais (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999). Ou seja, a função textual para Fairclough está incorporada da ação.

Como recorte escolhemos analisar mais evidentemente os significados identificacionais no gênero e relacionais, visto que a proposta da música remete a um grupo social definidamente político e que propõe através da linguagem musical, anunciar e comunicar suas marcas identitárias de afirmação do que acreditam e reivindicam, como a reforma agrária e uma política de Educação do Campo.

No entanto, como a ACD se propõe a analisar problemas de ordem discursiva presente no gênero e em sua estrutura, também compreendemos que nesta construção existem marcas de reprodução do modelo hegemônico, inconscientemente marcado em algumas estrofes da canção que se misturam no cenário de suas contradições políticas e ideológicas.

Nesse campo do discurso, a ACD traz à tona discussões de ordem social e cultural, pois toda a representação socialmente construída tem heranças de um processo discursivo reproduzido moral e ideologicamente na sociedade, o que pode levar a problemas de exclusão social e formar um campo de desigualdades.

1 INICIANDO A CONVERSA – CONTEXTUALIZANDO AS MÚSICAS E SUAS IDEOLOGIAS

Antes de iniciarmos as análises das canções numa perspectiva dos significados multifuncionais presentes nas suas letras, precisamos compreender de que na ACD nenhuma palavra ou texto está dissociado de um contexto e de vozes discursivamente marcadas por uma ideologia, padrões, valores sociais atribuídas a um determinado grupo social que defende uma posição que determina sua identidade.

Se a ACD constitui um modelo teórico-ideológico que estabelece diálogo entre a Ciência Social Crítica e a Linguística, tentamos compreender que se os problemas sociais estão em um campo interdisciplinar, sua natureza é dialógica e dinâmica. Nesse caso, a ACD é teoria e método que dialogam com outras teorias sociais de modo transdisciplinar (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p.2).

As duas letras de canções são pertencentes a Faixa “Cantares da Educação do Campo” do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ambos os textos possuem elementos centrais que estão presentes na pedagogia do Movimento como a terra, a reforma agrária e a educação do campo e sinalizam as ideologias presentes na vida e na organização desse movimento.

A intenção aqui é analisar como o gênero está constituído através de sua composição textual, apoiada na identidade construída pelos sujeitos do campo, as quais são adotadas pelos movimentos camponeses que lutam por reforma agrária, igualdade de direitos e produção sustentável no campo, como modelo alternativo ao capitalismo e as forças dominantes, com base nas observações de Fairclough sobre as funções acional, representacional e identificacional da linguagem estruturada nos textos em questão.

Para análise, traçaremos apenas os significados identificacionais e relacionais, visto que para o gênero em questão, adotare-

mos procedimentos para análise de ordem discursiva, representacional e ideológico-cultural de sua constituição e natureza.

Com base em Halliday (1994), Fairclough (2003) sugere que um texto, além de envolver simultaneamente as funções ideacional, interpessoal (identitária e relacional) e textual, deve ser visto sob o prisma de três tipos de significados da linguagem, ou seja, como ação (por meio de um *gênero*), representação (por meio de um *discurso*) e identificação (por meio de um *estilo*), que são os três elementos das ordens de discurso.

Os modos de agir (significados acionais), os modos de representar (significados representacionais), bem como os modos de ser (significados identificacionais), nada mais são que práticas sociais configuradas, respectivamente, como parte da ação nas representações que sempre formam parte de práticas sociais e na constituição de modos particulares de ser (identidades sociais pessoais). Conforme discutido em Silva e Ramalho (2008b), o ponto de partida nesses três principais significados do discurso leva a efeito a proposta fairclougheana de alcance da relação dialética.

2 IDENTIFICAÇÃO: GÊNERO EM ANÁLISE

Os textos em análise no gênero música referem-se ao eixo central da ideologia do movimento: educação do campo contextualizada com a realidade dos sujeitos. Desse modo, uma vez que o gênero possui em sua estrutura um texto de domínio público para determinado grupo social, esta também pode ser vista como instrumento de política social, a qual, do ponto de vista acional, está a serviço de propósitos ideológicos para denunciar e anunciar uma proposta politicamente definida a partir de plataformas de lutas, na contramão de um modelo de educação capitalista.

Entre o primeiro e o segundo a educação do campo, a reforma agrária, a luta contra o agronegócio e a emancipação dos sujeitos estão configuradas na ação do gênero.

De acordo com Fairclough (2003), a análise de gêneros em particular compreende a cadeia de gêneros em um texto particular.

Nesse caso, as relações sociais realizadas pelas pessoas, de que tipo e entre quem se relacionam, estão presentes numa ação transdisciplinar e dialógica que permeiam uma cadeia de informações e ao mesmo tempo de vozes que ecoam uma afirmação de identidade e de posição definida, específicos de um grupo que possui plataformas de lutas e reivindicações ao longo de sua história.

Isso se explica pelo fato de gêneros, discursos e estilos, como maneiras relativamente estáveis de (inter-)agir, representar e identificar(-se) em práticas sociais, não serem categorias puramente linguísticas. Uma vez que práticas articulam discurso com outros momentos não-discursivos (relações sociais, pessoas, interação, mundo material), elementos de ordens de discurso são categorias tanto discursivas quanto sociais, que “atravessem a divisão entre o linguístico e o não-linguístico, entre o discursivo e o não-discursivo” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 25). Nesse sentido, essa divisão entre linguístico e não linguístico está associada a uma análise dialógica que se relaciona entre texto e contexto.

O contexto, para Fairclough, é de origem sistêmico-funcional. Ele entende que os níveis constitutivos da linguagem (o semântico, o léxico-gramatical e fonológico/grafológico) são dependentes de um contexto mais imediato, o de situação, e de um contexto de cultura. Assim, tal visada configura-se um funcionalismo baseado em formas regulares, “relacionando um contexto social e a forma linguística com base nas funções da linguagem e na sua relação nos mais variados registros e gêneros textuais” (MARCUSCHI, 2005, p. 07).

Assim, a ação do gênero também representa socialmente o discurso e a linguagem educativa e que compõe o artefato cultural e mítico do fazer a luta e a vida das pessoas, uma espécie de

prática pedagógica que consiste comunicar e relacionar a vida e a ação dos sujeitos.

O discurso como modo de interação presente no significado acional de Fairclough está interligado à linguagem e contexto social, tratados na LSF como níveis semióticos que estabelecem realização um com o outro.

Dessa maneira, a linguagem constrói o contexto social, é por ele construída e o reconstrói numa relação dialética.

Para Hasan (1989, p.55), a contextualização é o conjunto específico dos valores que realizam o campo. Para a autora é importante levar em consideração: campo, relação e modo.

Nas canções o campo é o que está acontecendo, ou seja, o assunto em questão.

Percebemos que para ambas as canções em análise, a escola e a educação do campo são assuntos centrais que remetem uma ação. Nas variáveis propostas por Hasan, a relação dialética se estabelece na natureza de quem é proposto a canção, ou seja, para sujeitos específicos: o camponês, o agricultor, a criança filha de trabalhadores e agricultores familiares. Já o modo é a forma multimodal que o texto se propõe. Percebemos os modelos coesivos nas estrofes que tem a ver com uma relação dialógica de significados, como:

Ex (I): As nossas marcas se espalham pelo chão/ a nossa escola
ela vem do coração.

Vejamos que na cadeia coesiva entre estrofes temos a terminação *chão* e *coração*. Ambas possuem uma multifunção no plano das práticas sociais, pois a relação dialética trazida nessas terminações está em sintonia com a terra, raiz e por valores identitários presentes no grupo social para quem a canção é composta.

De acordo com Fairclough (2003) uma forma pelo qual os gêneros se diferem uns dos outros é quanto às tecnologias da

comunicação. Isto é, a função colocada pode dispor de diversos formatos tecnológicos. As canções trazidas, por exemplo, podemos encontrar em forma de CD, multimodalizado em forma de pasta zipada na internet, e até em PDF registrado em sites da *web*.

Eles também podem estar presentes em diversos outros gêneros através de seus fragmentos que reluzem interpretações iluminadoras para determinadas ações comunicativas, a exemplo de bilhete, mística, cartazes, *folders*, com a função comunicativa de informar valores específicos de organização do grupo social.

Ex (II): Não vou sair do campo pra poder ir pra escola/Educação do campo é direito e não esmola

Nessa estrofe o ator social são os sujeitos que pertencem ao meio rural, ou seja, ao campo, os agricultores, pescadores, posseiros, é representado na canção como pertencentes ao povo camponês, isso demonstra uma diversidade identitária de populações camponesas.

Essa afirmação na música dois vem como efeito do advérbio de negação “Não vou sair do campo pra poder ir pra escola, a educação do campo é direito e não esmola”.

Segundo Marcuschi, (2008), quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares. “Desse modo a música é considerada como gênero porque percebemos que são formas textuais escritas, estáveis e socialmente situadas” (Ibid., p. 155)

Assim, esses objetivos específicos propostos pelo gênero música possuem ideologias e relações sociais particulares que remetem a um público ou propõem uma mensagem, ou linguagem artística que permite comunicar algo.

Vejamos:

Música (1):

A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação do campo
do povo agricultor
precisa de uma enxada
de um lápis, de um trator
precisa educador
pra tocar conhecimento
o maior ensinamento
é a vida e seu valor
Dessa história
nós somos os sujeitos
lutamos pela vida
pelo que é de direito
as nossas marcas
se espalham pelo chão
a nossa escola
ela vem do coração.

Música (2):

NAO VOU SAIR DO CAMPO

Não vou sair do campo
Pra poder ir pra escola
Educação do campo
É direito e não esmola
O povo camponês
O homem e a mulher
O negro quilombola
Com seu canto de afoxé
Ticuna, Caeté
Castanheiros, seringueiros
Pescadores e posseiros
Nesta luta estão de pé
Cultura e produção
Sujeitos da cultura
A nossa agricultura
Pro bem da população

Construir uma nação
Construir soberania
Pra viver o novo dia
Com mais humanização.

Dos textos, formaram-se os gêneros textuais, esses por sua vez são elementos sócio históricos e estão indiscutivelmente presentes na nossa sociedade. Como bem definiu Marcuschi (2008, p. 19), quando diz que “[...] os gêneros textuais são fenômenos históricos profundamente vinculados à vida cultural e social [...] contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia”. Socialmente falando, vivemos em uma era digital, em uma cultura eletrônica e com isso surgiu uma grande diversidade textual, novos gêneros foram sendo formados e surgiu também a multimodalidade de texto.

O mesmo autor leva em consideração essa nova característica social quando reflete que hoje, em plena fase da denominada cultura eletrônica, com o telefone, a gravação, o rádio, a TV e particularmente o computador pessoal e a internet, presenciamos uma explosão de novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto na oralidade como na escrita. (MARCUSHI, 2002, p. 19).

É com base nessa diversidade textual e na multimodalidade de texto que se deve considerar a música como um gênero textual.

3 RELAÇÕES SOCIAIS E IDENTIDADE NO GÊNERO ANALISADO

No primeiro texto vemos o verbal presente em estrofes, nesse caso, a música se configura entre o texto e a melodia que está rimando nas estrofes: povo agricultor e trator.

Essa construção afirma uma representação ideológica e política de um grupo social e da representação e modelo de uma educação do campo contextualizada a terra, o imperativo na ação da música precisa de uma enxada, de um lápis e de um tra-

tor representa essa afirmação identitária e ideológica de permanência e resistência de um projeto político que difere-se do modelo de educação bancária conforme caracteriza Freire (1996).

O propósito é uma voz entre tantas vozes (a organização social) que se constitui, pois além de ser uma música também manifesta um ato político dessas vozes que interpenetram em um fazer intrínseco nos modos e estilos de viver das pessoas que se organizam em torno de uma luta: a luta social pela reforma agrária e pela terra.

Com relação aos estilos trazidos por Fairclough (2003), são os aspectos discursivos dos modos de ser, das identidades. Essa constituição é parcialmente uma questão de pela sua identidade. “Nesse caso a relação identificacional dentro dos critérios da LSF e proposto pela ACD estão ligados aqui nesse gênero à identificação (identificação de si e pelos outros) e às identidades” (Ibid., p.159).

Esse critério identificacional está relacionado a estilos. Ora, se a música propõe uma ação comunicativa de cunho político e ideológico, a identificação do teor do gênero tem um estilo particular, próprio e identitário de um grupo social, nesse caso o vocabulário construído, as escolhas lexicais presentes no texto dão um tom específico a esse tipo de música.

Vejamos:

O povo camponês
O homem e a mulher
O negro quilombola
Com seu canto de afoxé
Ticuna, Caeté
Castanheiros, seringueiros
Pescadores e posseiros
Nesta luta estão de pé

Aqui, a identificação está na identidade camponesa dos grupos, percebe-se que negro quilombola, Camponês, Ticuna, Caeté estão na categoria de identidade de povo do campo.

Ao tratar-se de castanheiros, seringueiros, pescadores e posseiros esses grupos também tem relações com o campo, em situações dialógicas de luta e organização.

Na primeira música temos no campo identificacional o seguinte: “*A educação do campo do povo agricultor...*” configura-se na representação de um grupo homogêneo e tradicionalmente definido, por meio de construções sociais de que todo o povo que mora no campo é camponês. Essa escolha funciona um processo comportamental da imagem de um povo que é único, sem identidades definidas.

Ou seja, o estereótipo que a mentalidade urbana sempre definiu com relação ao agricultor como definido de categoria única, pertencente a um grupo, o que rege ideologicamente a ideia de que no campo não há diversidades e nem riqueza cultural.

Já na segunda canção percebemos a desconstrução do que a música 1 apresentou quando refere-se a povo camponês, homem e mulher, negro quilombola, castanheiros, seringueiros, nele já percebemos a diversidade de povos que habitam no campo, o que nos remete a heterogeneidade que o campo possui no aspecto da identidade dos povos do campo.

Assim, consideramos que nossas identidades são construídas em práticas discursivas com o outro, pois essa construção está vinculada a discursos feitos por outros, nisso envolve relações de poder e tanto a identidade que são produtos culturais e sociais construídos pelo discurso, que devem ser investigadas, questionadas e problematizadas.

Essa capacidade identificacional de perceber no aspecto da identidade construída socialmente é o que Fairclough refere-se a práticas sociais compostas por discurso/semiose.

Nesse sentido, a Linguística Crítica contribuiu para a compreensão da linguagem, com as relações de ideologia e de poder, com isso a Análise Crítica do Discurso se fundamenta por compreender o interdiscurso presente na função do texto e suas realizações capazes de transcender os limites do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender no campo da análise crítica do discurso o texto e sua macrofunção a partir da base teórica da LSF faz percebermos que um texto não é somente estrutura, mas está constituído por um gênero que no caso de nossa análise é a música, que compõe um universo ideologicamente definido, marcado por questões de natureza interdiscursiva, social e cultural.

O que pretendemos nesse artigo foi apenas refletir sobre a composição textual do gênero em questão percebendo os problemas textuais que no campo discursivo foram construídos socialmente, e suas contradições presentes na representação textual do gênero a partir da construção identitária constituída que reproduz elementos de poder e disputa de classes.

Esse elemento problematizador que fortalece estereótipos sociais e identitários de um grupo social é a reprodução do modelo hegemônico trazido historicamente por camadas ascendentes da sociedade que apresenta num grupo social excluído, marcas de elementos inconscientes dessa reprodução.

O gênero música por ter no seu suporte um texto socialmente definido neste álbum com músicas específicas sobre Educação do Campo nos remete a refletir sobre seus significados identificacionais e relacionais da ordem do discurso a partir da obra de Fairclough, o que caracteriza ideologicamente a representação de um grupo socialmente definido.

REFERÊNCIAS

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Coordenação, tradução, revisão e prefácio à edição brasileira de Izabel Magalhães. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London/New York: Routledge, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Saberes necessários à prática educativa. Paz e terra: 1996.

HALLIDAY, M.A.K. *Introduction to functional grammar*. 2.ed. London: Edward Arnold, 1994.

HASAN, R. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros Textuais & Ensino*. 5º ed. São Paulo: Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, L. A. *Linguística de Texto*. I Curso de Especialização em Leitura, Produção e Avaliação Textual (apostila). Recife. 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção Textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEURER, J. L. *Ampliando a noção de contexto na linguística sistêmico-funcional e na análise crítica do discurso*. Linguagem em Discurso, número especial sobre análise crítica do discurso. v. 4, p. 133-157. 2004.

MELO, Iran Ferreira de. *Análise do discurso e Análise Crítica do Discurso: Desdobramentos e intersecções*. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura. Ano 05 n.11 - 2º Semestre de 2009.

SILVA, D.E.G. e RAMALHO, V. *Reflexões para uma abordagem crítica dos gêneros discursivos*. In: Revista Latinoamericana de Estudios del discurso, vol 8(1), p. 19-41. Venezuela: Servi-k C.A, 2008.

A literatura (in)útil: a desautomatização social a partir do tratamento estético com a linguagem

RAMON DIEGO CÂMARA ROCHA¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando nos comunicamos, debruçamo-nos sobre a linguagem como principal mecanismo através do qual alguma mensagem é transmitida. Essa disposição – do que antes não fora dito – realiza um caminho de travessia, no qual o pensamento, ainda como massa abstrata, se enquadra em determinado molde ou a determinadas estruturas e práticas linguísticas que, por vezes, também, são modificadas em um processo de interação sociocultural.

No entanto, quando partimos da ideia de que a linguagem tem o objetivo de enquadrar e organizar o que é dito para nos comunicarmos objetivamente dentro de determinada socieda-

¹ Licenciado em Letras português/francês pela UFS. Mestrando em Estudos Literários pelo PPGL – Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe. Contato: ramomdiegosergipe@hotmail.com

de, acabamos excluindo a parcela de construção social, cultural e linguística que não trata da comunicação de maneira objetiva e funcional, mas sim, como um contraponto a essa objetividade, ou seja, como uma dobra da linguagem sobre si que nos leva a repensá-la, bem como suas relações com o indivíduo, partindo de uma dimensão estética, para uma desautomação social.

A essa maneira de se trabalhar o dito, dá-se muitos nomes, arte verbal, expressão verbal artística e, mais recentemente, na cultura ocidental, acabamos denominando de Literatura, tudo aquilo que possuía, dentro do domínio da palavra, uma construção do verbo a partir de um jogo estético com as estruturas da língua.

Tal articulação, partindo de uma legislação do que se diz, nor-teou-nos, portanto, neste pequeno estudo, a indagarmos como a literatura pode ser – ou não – enquadrada no âmbito da utilidade e, se ela consegue obter, em sua dimensão estética, um diálogo com as preocupações sociais e existenciais dos indivíduos.

Para tentarmos responder tais questionamentos, perpassaremos as principais teorias acerca da língua, da linguagem e da literatura analisando, respectivamente, três pontos distintos: 1) a perspectiva objetiva da linguagem em favor da comunicação e/ou transmissão de informações; 2) a perspectiva não-objetiva da linguagem, fundada na vivência do mundo a partir de uma dimensão estética, repensando as próprias estruturas da língua; 3) A utilidade ou inutilidade da não-objetivação do dito em relação à humanização das práticas discursivas em sociedade.

1 LINGUAGEM E OBJETIVIDADE COMUNICATIVA

Ao tratar sobre esse assunto, não é difícil perceber que as teorias sobre língua, linguagem e a relação destas com o sujeito falante são demasiado vastas e que, ao pisarmos nesse terreno devemos, de imediato, firmar um ponto de reflexão sobre elas. Por este motivo, não deteremo-nos em cada teoria lançada sobre

esse tema com vistas a não tornar esse processo dispendioso. Contudo, abordaremos as que consideramos serem as mais representativas, dentro da perspectiva de objetivação do dito.

Partindo desse recorte, não podemos não mencionar, por exemplo, Ferdinand Saussure. O teórico, que revolucionou o estudo da língua por meio de um método inovador, teve grande contribuição – a partir da compilação de suas aulas em *Cours de linguistique Générale*² – para uma categorização dos elementos linguísticos em busca de um estudo sincrônico e diacrônico da língua.

Tais estudos foram decisivos para uma análise comunicacional, obtendo um refinamento da perspectiva científica e gerando uma progressão teórica que nos levaria a indagar, também, sobre certas construções – na articulação entre língua e linguagem – que não estariam condicionadas apenas à comunicação imediata.

Atento a esses pensamentos, Roman Jakobson, famoso formalista russo, foi quem primeiro apresentou-nos, pela perspectiva linguística, o estudo do texto literário. Para o autor, todo cientista da língua deveria “emprender a investigação da arte verbal em toda a sua amplitude e em todos os seus aspectos” (1995, p. 161), destinando-se, assim, a esmiuçar os pormenores da composição do que se chamara Literatura.

Contudo, diferenciando a linguagem cotidiana da poética, o mesmo teórico acabou caindo no erro para o qual Roland Barthes, pouco tempo depois, chamara-nos a atenção, “A linguagem é uma legislação, a língua é seu código”, (2010, p.12). Ou seja, Jakobson não poderia tomar uma nova articulação da linguagem como uma nova linguagem, mas sim como outra interpretação do código linguístico.

Isto acontece, pois toda língua possui algo de técnico que a estrutura, fundindo-se a uma dimensão subjetiva de quem a ressignifica. Ou como nos diz o próprio Saussure sobre as im-

2 Curso Geral de Linguística.

plicações da arbitrariedade do signo e seus múltiplos significados, “Se, para relacionar-se à ideia que ele representa, o significante aparece como livremente escolhido, ao contrário, para relacionar-se à comunidade linguística que o emprega, ele não está livre, ele é imposto”³ (SASSURE, 1995, p. 104).

Mesmo reconhecendo a importância dos primeiros linguistas para um estudo do dito de maneira poética, é necessário fazermos uma ressalva para a análise feita por eles. Afinal, os mecanismos de composição do dito foram, nessa perspectiva, deveras racionalizados, deixando de lado todas as implicações sociais e culturais que acabam revestindo os atos de fala e preenchendo-os de determinadas cargas semânticas.

Dessa maneira, ao decorrer do tempo, tornou-se cada vez mais inexequível, tentarmos compreender a complexidade das relações e interações linguísticas apenas através de um estudo intrínseco de sua composição, isolando a língua em suas estruturas internas em busca de uma verdade científica.

Todavia, se é verdade que a contribuição dos formalistas russos, influenciados pelo Círculo linguístico de Praga elevou as discussões sobre uma dimensão estética do dito com vistas a uma desconstrução ou desarticulação de um discurso cotidiano, algumas ingerências e exageros metodológicos em suas categorias de análise, acabaram relegando à linguagem, um aspecto essencialmente técnico:

Os poemas deviam ser vistos como “estruturas funcionais”, nos quais os significantes e os significados são governados por um conjunto de relações, complexo e único. Esses signos deviam ser estudados por si mesmos, e não como reflexos de uma realidade exterior: a ênfase de Saussure na relação arbitrária entre signo

3 Si par rapport à l'idée qu'il représente, le signifiant apparaît comme librement choisi, en revanche, par rapport à la communauté linguistique qui l'emploie, il n'est pas libre, il est imposé. (Tradução nossa).

e referente, entre palavra e coisa, ajudou a desligar o texto do seu ambiente e torná-lo um objeto autônomo (EAGLETON, 2006, p. 150).

O rigor que se anunciara, primeiro na poesia, acabou obtendo, também, certa ênfase na analítica da prosa, gerando um tecnicismo que contribuiu de forma negativa para os estudos da linguagem, conferindo à literatura, um caráter extremamente procedimental e demasiado teórico.

Não por acaso o próprio escritor e teórico búlgaro, Tzvetan Todorov, tenha dito, acerca desse tipo de categorização do texto literário, que algo se perdera no estudo estético da linguagem. Como ele mesmo nos diz em seu livro *A literatura em perigo*, “O ponteiro da balança não se deteve num ponto de equilíbrio, indo muito além na direção oposta: hoje prevalecem as abordagens internas e as categorias da teoria literária” (2014, p. 37).

No entanto, correntes críticas que se dedicaram a estudar o texto literário por um viés outro, que não detinha-se somente às categorizações do texto literário, como a crítica hermenêutica, por exemplo, abriram-nos uma nova perspectiva para o estudo da literatura, não com o intuito de *esclarecer* a obra mas de *compreendê-la* dentro de um horizonte de significação.

Entre alguns filósofos atentos a essas questões, foi o alemão Martin Heidegger um dos mais representativos a debruçar-se sobre a literatura por meio de uma filosofia do literário, tomando esta articulação da palavra poética como aquela que iluminava o não-dito, contrapondo-se à comunicação técnica, ou seja, à maneira de utilização da língua com vistas a transmitir informações de forma imediatamente prática, dizendo-nos sobre essa mesma utilização, que:

O único caráter da língua que permanece na informação é a forma abstracta da escrita, que é transcrita nas fórmulas de uma álgebra lógica. A univocidade dos sinais e das fórmulas, que é necessariamente exigida

por isto assegura a possibilidade de uma comunicação certa e rápida (HEIDEGGER, 1995, p. 36).

Preocupado com um tecnicismo na expressão verbal, Heidegger motivou-nos a refletir sobre aspectos técnico-comunicacionais que não abarcam ou não conseguem abarcar o cerne da prática discursiva, bem como sua essência polissêmica, dando conta, apenas, da forma lógica através da qual legislamos o código linguístico. Ainda para filósofo, a literatura, ou a linguagem posta em uma dimensão estética, estaria comprometida com um diálogo entre homem e mundo, significando a experiência daquele com este por meio de um reordenamento do dito.

2 A NÃO-OBJETIVAÇÃO DA LINGUAGEM: O DITO E A MEDIDA DO INÚTIL

Em um movimento de constante devir, compreendendo-se e interpretando-se por meio da própria disposição na linguagem, “O Ser do homem se funda na Palavra; mas a Palavra vem a ser um diálogo. E este seu modo de vir a ser não é só mais um de tantos; só enquanto diálogo a Palavra é essencial ao homem” (HEIDEGGER, 2000, p. 26)⁴.

Nessa direção, somos levados a refletir sobre a literatura como aquela que se relaciona à projeção do sujeito com vistas a expor o não-dito, potencializando-o por meio do tratamento estético dele. Nessa fratura lógica, surgem-nos então, inquietações individuais e coletivas que rompem e alargam as estruturas do que está em conformidade na linguagem, dando origem a uma abertura semântica capaz de sugerir, por meio do dito, o que se encontra na esfera do possível.

4 El Ser del hombre se funda en la Palabra; mas la Palabra viene al ser como diálogo. Y este su modo de venir al ser no es uno de tantos; sólo cuanto diálogo la Palabra es esencial al hombre. (Tradução nossa).

Dessa forma, somos levados a uma compreensão estética da linguagem como um fenômeno que é desencadeado pela maneira como percebemos e interpretamos o mundo através da palavra, ou seja, como o significamos a partir de determinado código pré-estabelecido, realizando uma dobra sobre o signo na ânsia de exprimirmos aquilo que a própria palavra não consegue dar conta:

Esta aparição da coisa, enquanto cobre (mede) um âmbito para o encontro, se realiza no seio de uma abertura cuja natureza de ser aberto não foi criado pela apresentação, mas é investido e assumido por ela como campo de relação. A relação da enunciação apresentativa com a coisa é a realização desta referência; esta se realiza, originalmente e cada vez, como um desencadear de um comportamento (HEIDEGGER, 1999, p. 159).

Afinal, na medida em que enunciamos ou fazemos algo aparecer por meio da linguagem, há algo, que se esconde e/ou se perde na própria enunciação. Esse movimento em velar/revelar o dito é, justamente, o que nos direciona a uma abertura interpretativa, alargando o horizonte do discurso cotidiano e abrindo espaço para o texto literário.

Nessa perspectiva, é preciso esclarecer que, o fato do texto literário não apoiar-se em uma comunicação puramente informacional não exclui, dele, técnicas necessárias de sua composição. Há aqui, também, mecanismos que condicionam a *legislação* do que é dito e de como é dito, no entanto, o objetivo por trás dessa comunicação é o que os torna totalmente diferentes de outros, da comunicação objetiva.

No âmbito da arte verbal, a própria ideia de técnica diz respeito à criação de um estatuto da *Poiésis*, ou seja, de uma atmosfera estética cujo sentido remete-nos à *techné*⁵, um “co-

.....
5 Heidegger busca a origem da palavra técnica. A partir de tal estudo ele mergulha etimologicamente na língua grega, na qual técnica origina-se a partir de *techné*, cujo sentido se adquire ao pensarmos a técnica como um “conhecer-se no ato de produzir”.

nhecer-se no ato de produzir” (HEIDEGGER, 1995, p. 21). Isto quer dizer que, ao tempo em que reflete sobre a linguagem, realizando uma dobra sobre o signo, o discurso literário confere ao dito uma abertura que reordena a experiência.

Logo, o indivíduo que se destina a um tratamento estético do que não consegue ser expresso objetivamente, ao tempo em que o faz, desconstrói-se em meio ao próprio processo discursivo. *Techne* e *Poiesis* atuam como elementos que costuram os fios de nossa própria existência. Isto acontece, pois:

A literatura transforma e intensifica a linguagem comum, afastando-se sistematicamente da fala cotidiana. [...] existe uma desconformidade entre os significantes e os significados. Trata-se de um tipo de linguagem que chama a atenção sobre si mesma [...] (EAGLETON, 2006, p. 6).

Vale aqui ressaltar que, a literatura não é como acreditava Jakobson, a fundação de outra linguagem, e sim o resultado de um jogo, de um legislar outro, como diria Barthes, ou seja, um grau zero, que fala sobre algo sem revelar explicitamente suas intenções. Desse modo, linguagem e literatura implicam-se mutuamente, sendo, esta, o resultado de uma reordenação daquela.

Contudo, voltando-nos ainda para a disposição do dito de forma técnica, bem como sua relação com a literatura, cabe-nos aqui indagar: se a linguagem, fora do âmbito estético, obtém uma aplicação imediatamente prática da palavra, tornando-se útil, a linguagem do literário, estaria, por sua vez, ligada a um mero prazer do belo, aproximando-se, assim, da inutilidade?

Para compreendermos melhor essas questões, voltemos ao texto de Martin Heidegger. Afinal, refletindo sobre a linguagem em uma perspectiva do útil e do inútil, o filósofo alemão nos diz que:

[...] a meditação que se aproxima do inútil não projecta qualquer utilização prática, e portanto o sentido das

coisas é que se afigura como mais necessário. Porque se o sentido faltasse, o próprio útil ficaria desprovido de significação e por conseguinte não seria útil (HEIDEGGER, 1995, p. 9-10).

Como contrapõe o próprio estudioso em uma página anterior do mesmo texto, a ideia que temos de utilidade relaciona-se àquilo que é imediatamente prático, ou seja, aquilo que funciona como um mero instrumento a partir do qual podemos alcançar algo maior. Dessa forma, tudo o que não se relaciona a uma aplicação técnica da palavra com vistas a atingir algum objetivo é, nesse sentido, considerado inútil, afinal:

[...] na sociedade industrial moderna o potencial de consumo deve, para assegurar o seu fundo (*Bestand*), tomar a dianteira sobre o potencial de tratamento das matérias-primas e sobre o potencial de trabalho. Contudo, as necessidades definem-se a partir daquilo que é tido por imediatamente útil (HEIDEGGER, 1995, p. 9).

Dito isto, podemos perceber claramente a relação fomentada pelo discurso da utilidade na esfera social. Ou seja, a ideia de útil aproxima-se daquilo que se compromete em atender a um fim imediatamente prático, a exemplo de uma senha, que te dá acesso ao caixa de um banco, ou as informações de um boleto, que te orientam a realizar determinado pagamento. Em ambos os casos a linguagem é instrumentalizada, com objetivos informacionais que possuem direta ou indiretamente, um fundamento calcado no potencial da ideia de produção. Usa-se e pensa-se a linguagem com vistas a ser produtivo, técnico, eficiente, racional, etc.

O grande problema da lógica da utilidade na expressão verbal é que, apesar de movimentar a engrenagem de uma produção objetiva, ela gera, como consequência dessa automatização do homem, uma mecanização da linguagem, mecanizando,

também, nossa disposição sobre a palavra em favor de um *modus operandi* puramente técnico e comercial, colonizando nossa subjetividade.

Dentro desse âmbito e, em face da instrumentalização e tecnicização do dito, a literatura ou a linguagem que se relaciona a um tratamento estético, configura-se como inútil dentro dessa ordem social, não por não possuir certa importância em sociedade, mas porque não obtém um fim imediatamente prático.

No entanto, se pensarmos a literatura em outra faceta da utilidade, podemos atestar sua força criadora e desconstrucionista ao romper com essa mecanização do indivíduo. Afinal, não podemos classificar o literário dentro de uma lógica utilitarista, ou seja, “(...) é cometer um contrassenso aplicar ao inútil a medida da utilidade” (HEIDEGGER, 1995, p. 12). Isto quer dizer que, a própria utilidade da arte verbal residiria em uma oposição ao útil como imediatamente prático. Atuando em um movimento de resistência contra a mecanização e ao tecnicismo das práticas linguísticas, sociais e culturais a partir de certos poderes, impulsionado pela força estética e ideológica de sua produção.

3 A PALAVRA (IN)ÚTIL: LITERATURA E DESAUTOMAÇÃO SOCIAL

De acordo com o que já fora explanado, é importante que, ao tentarmos conhecer um pouco mais sobre a capacidade de desautomatização social promovida pelo texto literário, debruçemo-nos sobre as potencialidades desse mesmo texto. É bem verdade que ao decorrer do tempo a própria noção de literatura se modificou, aliando-se a transformações sociais, ideológicas e estéticas que foram decisivas na composição de novas teorias sobre o gênero. Contudo, apesar dessas inúmeras modificações, sua importância na vida individual e coletiva permaneceu inabalável.

Ao falar-nos de maneira mais aprofundada sobre essas transformações, Antoine Compagnon nos explica, em seu livro *Literatura pra quê?*, sobre os momentos pelos quais os estudos

da literatura passaram e como estes influenciaram diretamente uma forma de ser/estar no mundo de acordo com as ideias propagadas ou rechaçadas por ela.

Nesse caminho, o autor nos mostra os poderes e influências do texto literário em nosso descobrimento ou percepção da realidade, para isso Compagnon elenca quatro deles, evidenciando como eles tornam a articulação estética da linguagem tão importante para nossa vida.

O primeiro se constitui, ainda numa perspectiva Aristotélica, por meio da *mimesis*, livremente traduzida como *representação* ou rerepresentação do que se mostra por meio da criação artística. Vendo-se através do que se reapresenta, o homem sofreria uma *catharsis*, ou seja, purgaria-se e purificaria-se de suas culpas e paixões a partir de uma comunhão com a manifestação artística. Nesse âmbito, o texto literário teria a força para uma educação moral na medida em que instruiria e deleitaria o sujeito.

Neste ponto, apesar de elucidar o processo de recepção do indivíduo em contato com a arte, somos levados a pensar a linguagem estética no âmbito do prazer e da instrução pelo belo, ao contrário do que acontece, por exemplo, no Iluminismo, cuja noção de literatura vai ser alterada em busca de um conhecimento acerca do mundo por meio de uma disposição racional dele.

É nesse contexto que um segundo poder ou força se manifesta, ou seja, é neste ponto da história que começamos a perceber, de maneira incisiva, que a palavra poética nos aproximava de uma liberdade intelectual capaz de contestar uma ideologia dominante. Como nos diz Compagnon sobre a perspectiva dos estudiosos iluministas, começa-se a acreditar que “A literatura é de oposição: ela tem o poder de contestar a submissão ao poder” (2009, p.34).

Pouco tempo depois e, já relacionando-se às outras duas formas de perceber a força da literatura, escritores como Mallarmé e Joyce, por exemplo, nos mostrariam que além dos poderes já mencionados, a palavra e seu jogo linguístico poderiam

também expandir os limites da própria língua, refletindo sobre aplicação do signo.

Contudo, chamando-nos a atenção para as várias facetas de uma linguagem que se propunha a não desenvolver-se de forma técnica, desarticulando-se de um meio informacional que mecaniza nosso olhar sobre o mundo, Compagnon ainda nos fala o porquê do homem, ao decorrer do tempo, ainda interessar-se por esse tipo de linguagem, explicando-nos que “Ela nos torna sensível ao fato de que os outros são muito diversos e que seus valores se distanciam dos nossos” (2009, p. 47), além de afirmar que, através do texto literário “(...) cria-se uma personalidade independente, capaz de ir em direção ao outro”. (2009, p. 49).

Convergindo com essa perspectiva humanizadora da linguagem, em seu famoso artigo intitulado *O direito à literatura*, Antonio Cândido também nos fala, de forma bastante concisa e didática, sobre como podemos encontrar, na linguagem que caminha em direção a um tratamento estético, características que nos levam a um debate exaustivo sobre sua importância em sociedade, não só como elemento que promove certo prazer relacionando-se a determinada filosofia do belo, mas como parte constituinte de anseios individuais e coletivos que se manifestam pela palavra.

Segundo o mesmo autor, a literatura:

[...] confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor (CANDIDO, 1989, p. 117).

Cândido ainda defende que, ancorados em uma boa disposição e convivência com o outro, no intuito de buscar um sentimento de alteridade, a literatura torna-se um direito funda-

mental que não pode ser negado ao homem. Afinal, há nessa disposição do dito, uma abertura que nos permite identificar essa construção estética como algo essencial, em face de um utilitarismo automatizado das relações humanas.

Dito isto, não é difícil perceber que o texto literário possui tanto a força criativa de transformação da linguagem, de contestação dos instrumentos de dominação ideológicos, de reflexão sobre as próprias estruturas linguísticas como funciona, também como uma ruptura, um ponto de contraposição à mecanização de nossa humanidade. Sendo que, ao funcionar como mediação entre homem e mundo, ela intensifica nossa disposição e compreensão do horizonte cultural e existencial do outro.

Logo, a reflexão sobre sua utilidade reside justamente na importância de fornecer ao homem, um caminho de abertura que o possibilita refletir sobre sua própria humanidade, na medida em que se aproxima de diversificados pontos de vista sobre o mundo.

Dessa forma, tal articulação da linguagem, nos motiva a agir-mos com maior sororidade, complacência, alteridade e compreensão no que tange às problemáticas sociais e às práticas coletivas ao nos aproximar dos dilemas e das práticas cotidianas enfrentadas pelo outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, o percurso realizado até aqui foi importante para, em um primeiro momento, vermos como uma perspectiva científica sobre a linguagem acabou gerando, no estudo da literatura, uma mecanização e teorização exacerbada, aplicando a ela uma noção instrumentalizada de sua composição, aproximando-a de uma análise objetiva.

Contudo, como demonstrado no texto, essa mesma visão acabou sendo quebrada por alguns filósofos da linguagem, a exemplo de Martin Heidegger, apostando na articulação do literário como aquele que nos aproximava de um caminho existencial

mediado pela palavra, através de uma abertura semântica. Tal perspectiva foi importante também, para percebermos que, não se poderia tomar a medida do útil como imediatamente prático, para compreendermos o texto literário.

Nesse caminho, passamos a um segundo momento de nosso trabalho no qual concluímos que a utilidade da literatura se dá, no momento em que ela faz oposição a esse conceito industrial e tecnicista da utilidade como aquela que atende a um fim instrumentalizado.

De maneira geral, podemos concluir, a partir das discussões desse breve estudo, que não só a articulação estética da linguagem, presente na literatura, se torna útil a partir de sua inutilidade objetiva, como se contrapõe a ela, realçando, nos leitores desse gênero, um novo olhar sobre o mundo, tornando-os mais dispostos ao diálogo e compreensão do outro na medida em que os aproxima de seus próprios dilemas sociais e existenciais.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *A aula*. Trad. Leyla Perrone Moisés. 8ª ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

COMPAGNON, Antoine. *Literatura pra quê?* Trad. Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Trad. Walten-sir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HEIDEGGER, M. A essência da verdade. In: HEIDEGGER, M. *Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1999.

_____. *Língua de tradição e língua técnica*. Trad. Mário Botas. Lisboa: Vega, 1995.

_____. *Hölderlin y la esencia de la poesía*. Trad. Juan David García Bacca. Barcelona: Anthropos Editorial, 2000.

JAKOBSON, Roman. Lingüística e poética. In: Jakobson, Roman. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1995, p. 118-162.

SAUSSURE, Ferdinand. *Cours de linguistique Générale*. Paris: Éditions Payot & Rivage, 1995.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Trad. de Caio Meira. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

Representação de família em desenhos animados infantis¹

MARISTELA FELIX DOS SANTOS²

1 INTRODUÇÃO

A família é uma das instituições sociais mais antigas do mundo. Impulsionada por fatores sociais, históricos e culturais, essa instituição já passou e continua passando por transformações significativas, seja em sua configuração, seja nas relações hierárquicas e afetivas que existem entre seus membros. Dessa maneira, as famílias da contemporaneidade, constituídas a partir de arranjos variados, já não se reconhecem no padrão familiar de décadas anteriores, composto por pai, mãe e filhos.

Esses arranjos familiares atuais, entretanto, não suprimiram o modelo tradicional de família do imaginário da sociedade. E, no embate entre a afirmação das novas famílias e a busca pelo

1 Este artigo retoma discussões teóricas e algumas análises sobre modos de ser e estar na família realizadas na Monografia “Sid, o cientista: qual pedagogia cultural promove?”, de minha autoria, desenvolvida no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, orientada pelo Prof. Dr. José Mário Aleluia Oliveira.

2 Mestra em Letras pelo Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS da Universidade Federal de Sergipe - UFS; professora de Língua Portuguesa no Colégio Estadual Poeta José Sampaio, Nossa Senhora do Socorro Sergipe; e-mail: maristelaufs@yahoo.com.br.

restabelecimento do modelo familiar antigo, surgem produtos culturais, na literatura ou na mídia, por exemplo, que, por meio de discursos verbais e não verbais, veiculam representações de família que podem promover ou negar as transformações observadas nessa instituição ao longo dos tempos. Representar é produzir, histórica e culturalmente, significados através da linguagem (HALL, 2016). Esses significados culturais, por sua vez, influenciam e regulam nosso modo de ser e estar na sociedade.

Nesse contexto, o objetivo deste capítulo é discutir como desenhos animados infantis audiovisuais representam a família e sua reconfiguração na sociedade contemporânea. Para tanto, organizamos o texto em dois tópicos. Inicialmente, contextualizaremos a produção, a circulação e o consumo dos desenhos animados e depois, utilizando alguns procedimentos da Etnografia de Tela, analisaremos os *corpora* de estudo, composto por duas cenas de um episódio do desenho *Sid, o cientista* e dois episódios do desenho *Peppa Pig*.

2 DESENHOS ANIMADOS: PRODUTOS CULTURAIS PARA ENTRETEN OU PARA EDUCAR?

Os desenhos animados infantis destacam-se no mercado de bens culturais destinados à infância pelo seu potencial atrativo. Um dos fatores que estimulam isso são as mudanças observadas nos contextos familiares contemporâneos. Além da saída das mães para mercado de trabalho, que tornou o tempo de convivência da família bastante escasso, os novos modelos de moradia reduziram os espaços de diversão de muitas crianças quase à sala da casa. Consequentemente, elas começaram a passar muitas horas em frente à televisão assistindo às aventuras do seu personagem favorito. Atualmente, a TV está sendo substituída pelo celular, mas o acesso a desenhos animados em canais como o *YouTube*, por meio desse aparelho telefônico, ainda é uma das diversões favoritas das crianças em idade pré-escolar.

A atração que os desenhos animados infantis exercem sobre o público infantil também é explicada pelos recursos verbais e não verbais que os compõem. A combinação de imagens estáticas e em movimento, sons, legendas, fala das personagens, gestos e ações conferem à linguagem desses desenhos a capacidade de fazer com que os telespectadores mirins não tirem os olhos da tela. Coutinho (2006) considera que essa linguagem audiovisual é extremamente sedutora por ser capaz de sugerir em imagens aquilo que o telespectador deve compreender. No que diz respeito às mensagens explícitas, isso facilita a compreensão de crianças que ainda não sabem ler textos verbais.

Segundo Almeida (2004, p. 8), a linguagem escrita ainda é nossa referência principal, porém “estamos formando nossa inteligibilidade do mundo a partir de imagens e dos sons da televisão e do cinema.” Essa afirmação leva-nos a refletir que, do ponto de vista linguístico, o contato das crianças com a multiplicidade semiótica que constituem a linguagem dos desenhos animados favorece a inserção delas no contexto dos multiletramentos, tendo em vista que, para compreender os enredos desses desenhos, elas precisam fazer leituras multimodais, isto é, ler textos combinando várias semioses. Conseqüentemente, suas identidades e subjetividades são, cada vez mais cedo, influenciadas por esses textos.

Quanto à finalidade, esses produtos culturais dividem-se em dois grupos: desenhos que visam ao entretenimento das crianças e desenhos educativos que, além de entretê-las, abordam temas relacionados ao meio ambiente, fenômenos científicos, saúde, bem-estar etc. Para Silveira et al. (2007) a utilidade dos produtos culturais são essas duas: entreter e informar. Todavia, Dubois (1998 apud SILVA, 2008, p. 43) alerta que um produto cultural não é somente uma entidade física com uma função. É também um artefato cultural inserido “nos hábitos de vida e ao qual se ligam múltiplas associações simbólicas”. O apelo simbólico dos desenhos animados, certamente, não se restringe à diversão das crianças.

Uma das associações simbólicas dos desenhos animados infantis refere-se a sua forma de produção e circulação. Nesse sentido, Giroux (2003, p. 18) argumenta que a Indústria Cultural produz bens com o objetivo de fazer as pessoas seguirem comportamentos, discursos legitimados e relações sociais, mobilizando paixões e inculcando pedagogias nesses bens. Logo, embora os desenhos animados sejam produzidos com a função explícita de divertir e informar seu público alvo, implicitamente, eles funcionam como agentes disseminadores de “representações ideológicas dominantes” (HALL, 1984, p. 118).

A circulação desses desenhos também não ocorre em espaços neutros, pois os meios de comunicação de massa se apropriam de significados da cultura e de práticas sociais (HALL, 1992 apud GIROUX, 2003, p. 128), para doutrinar seus consumidores. Costa et al. (2003, p. 57) apontam esse poder pedagógico da comunicação de massa, inserido em produtos culturais, ao afirmarem que, além dos processos formais de educação,

somos também educados por imagens, filmes, textos escritos, pela propaganda, pelas charges, pelos jornais e pela televisão, seja onde for que estes artefatos se exponham. Particulares visões de mundo, de gênero, de sexualidade, de cidadania entram em nossas vidas diariamente.

No caso específico da televisão, concordamos com Adorno (1995, p. 77) que os possíveis efeitos dessa interação entre produtos culturais televisivos e telespectador não são totalmente benéficos, pois, através desses produtos, esse veículo “contribui para divulgar ideologias e dirigir de maneira equivocada a consciência dos espectadores”. Dito de outra maneira, a partir da manipulação de imagens, enquadramentos e outros recursos, a TV cria um jogo de significados que constroem representações de modos de ser e de estar em vários contextos sociais. Essas re-

apresentações, por sua vez, podem distorcer uma realidade para manter ou estabelecer uma determinada visão de mundo.

Dessa maneira, quando as crianças assistem ao seu desenho animado favorito, estão apreendendo padrões subjetivos por meio de representações da realidade nas quais problemas ou conflitos sociais quase sempre inexistem, diferenças culturais ou de gêneros, muitas vezes, são ignoradas ou descaracterizadas. Sendo assim, é importante questionarmos como os desenhos animados infantis representam a família e suas transformações na sociedade contemporânea? Como as relações familiares são significadas nesses desenhos?

3 A FAMÍLIA NOS DESENHOS ANIMADOS INFANTIS

Os *corpora* analisados neste capítulo compõem-se de duas cenas de um episódio do desenho animado infantil *Sid, o cientista* e dois episódios de *Peppa Pig*, que estão disponíveis no canal *YouTube*. O primeiro foi produzido nos Estados Unidos, em 2008, por *The Jim Henson Company* e *KCT/Los Angeles*. No Brasil, passou a ser veiculado em 2009, pelo canal fechado *Discovery Kids* e pela Tv Cultura, canal aberto, de 2011 a 2014. O segundo é uma produção britânica de *Astley Baker Davies*. Chegou ao Brasil também por meio do canal *Discovery Kids* em 2011, ou seja, seis anos após sua criação e desde 2015 é transmitido pela TV Cultura. O público-alvo dos dois produtos culturais são crianças em idade pré-escolar.

Para analisarmos os *corpora* selecionados, adotamos alguns procedimentos metodológicos da Etnografia de tela. Essa metodologia consiste em uma descrição minuciosa de cenas do produto cultural analisado. Entre outras atividades de pesquisa, Geetz (1998) aponta o estabelecimento de relações, seleção de interlocutores, transcrição de textos; levantamento de geologias; mapeamento de campos; percepção de comportamentos e sinais da cultura e registro em diário de campo. De acordo com

Ayres e Rial (2014, p. 3), a Etnografia de tela também propõe a análise de “movimentos de câmera, planos, construção de cenários, personagens, diálogos, elementos estéticos, como a luz, e a cor, etc.”.

Na Etnografia de Tela, o pesquisador também se apropria de procedimentos da Análise do Discurso para fazer descrições interpretativas. Contudo, ele sempre ultrapassa o texto, o contexto e as redes complexas das quais os textos se originam, a fim de compreender não só as relações sociais presentes nas mídias, mas também os mecanismos de atuação destas na construção de subjetividades, valores e opiniões (RIAL, 2004). O estudo dessas relações e desses mecanismos pode ser um meio produtivo para verificarmos que representações de família os desenhos animados *Sid, o cientista* e *Peppa Pig* veiculam.

Partindo dessa metodologia e também considerando a temática em discussão, no episódio do desenho animado *Sid, o cientista*, selecionamos para fazermos a descrição e análise somente as cenas nas quais Sid interage com os pais e com a avó. Um dos episódios de *Peppa Pig* será todo descrito, pois em todas as cenas, ela, os pais e o irmão estão interagindo. No outro, focalizaremos as cenas que retratam a relação de Peppa e George com os avós. Por último, nossas análises e discussões serão divididas em dois subtópicos: um sobre arranjos familiares e outro sobre as relações familiares representadas nesses desenhos.

3.1 Modo de ser família

Sid, o cientista, apresenta nove personagens: Sid, personagem principal, Mot, o pai, Alice, a mãe, Zack, o irmão caçula, a avó (chamada de Vovó), os colegas de escola, Gabriela, Geraldo e May, e a professora Susie. Esse produto cultural é um desenho educativo que foi criado com o objetivo explícito de despertar nas crianças o gosto pelos fenômenos científicos e, implicitamente, transmite várias representações acerca do espaço

escolar, do fazer docente, da família e de suas relações. Cada episódio da animação dura, em média, 23 minutos. A primeira cena mostra Sid com os pais e, a penúltima, ele com a avó. A repetição desse retrato de família em cada episódio do desenho animado imprime nas crianças um modelo familiar.

O desenho animado *Peppa Pig* conta as aventuras da porquinha *Peppa Pig*, personagem principal, com outros 24 personagens, todos animais de variadas espécies (coelho, ovelha, elefante, cão, gato, lobo, bode, zebra, raposa, etc.), sendo que 9 deles compõem a família de *Peppa Pig*. Essa animação apresenta enredos bem simples, em conformidade com o desenvolvimento cognitivo das crianças às quais se destina e episódios curtos, com duração média de quatro minutos. Na maioria dos episódios, Peppa e seu irmão George estão fazendo alguma atividade com os pais; em outros estão com os avós, com os amigos ou na escola. Embora *Peppa Pig* não seja um desenho educativo, seus episódios sempre trazem um ensinamento para crianças sobre comportamento e relações sociais.

A família do desenho *Peppa Pig* é composta por Papai Pig, Mamãe Pig, Peppa Pig e seu irmão caçula Gorge Pig; Vovó Pig e Vovô Pig, avós maternos; Chloe Pig e Alexander Pig, prima e primo de Peppa e o Tio Pig. Portanto, assim como em *Sid, o cientista*, o arranjo familiar representado nas histórias de Peppa é também o nuclear tradicional, formado por pai, mãe e filhos, ao qual se agregam avós, primos e tio de Peppa. Essa representação é intensificada no imaginário das crianças por meio dos nomes das personagens, uma vez que a mãe, o pai, os avós e o tio da porquinha não têm nomes de pessoas, semelhante aos demais personagens, mas são nomeados pelo papel social que exercem na família.

Os dois desenhos, portanto, tentam divulgar, entre o público infantil, um modo de ser família que não é mais unanimidade na sociedade contemporânea. Segundo Vasconcellos (2013), a inserção da mulher no mercado de trabalho, os avanços

científicos na área da reprodução humana que culminaram na inseminação artificial e o aumento no número de divórcios possibilitaram novos arranjos familiares chefiados por mulheres ou por homens. Somado a isso, transformações em valores e padrões culturais advindas do combate ao preconceito e da aceitação da diversidade de gêneros também desencadearam outros modelos de famílias, formados por pessoas do mesmo gênero, por exemplo.

O Brasil que, por décadas, cultivou o modelo de família nuclear patriarcal também segue essa reconfiguração. O arranjo familiar casal com filhos ainda é maioria no país, porém dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, demonstram que, de 2000 para 2010, o percentual de mulheres responsáveis pela família subiu 22,2% para 37,3%; 20,2 das famílias eram formadas por casais sem filhos e, no sudeste, 52% das uniões consensuais são formados por pessoas do mesmo sexo. Diante de percentuais tão significativos de novos arranjos familiares, a persistência dos desenhos animados em focalizar a representação do arranjo tradicional de família pode revelar o desejo da sociedade conservadora de fazer com que as crianças resgatem esse arranjo ao se tornarem adultas.

3.2 Modos de estar na família

As relações familiares representadas pelas personagens tanto de *Sid, o cientista*, quanto de *Peppa Pig* podem ser analisadas por dois vieses: pais-filhos e marido-esposa. No episódio “Sid, o cientista – Exercícios”, nas duas primeiras cenas (duração 00min aos 3 min 3seg), Sid está em seu quarto conversando com o telespectador sobre seu desejo de ficar um final de semana inteiro no quarto, assistindo ao programa “Super-cães”. Entretanto, o menino logo lembra que os pais dele, Alice e Mot, não concordarão com essa ideia. Ele se questiona por que não

poderia ficar sem movimentar o corpo por tanto tempo. Em seguida a mãe o chama para tomar café.

A cena do café da manhã tem como cenário uma cozinha ampla e bem mobilhada, semelhante àquelas das famílias abastadas. Sid vem correndo do quarto, cumprimenta Alice, o irmãozinho Zack e Mot. Sid comenta com os pais sobre a ideia que teve de passar o final de semana inteiro assistindo à televisão. A mãe pergunta com um ar de surpresa, porém com um tom suave “Como é que é? O fim de semana todo?”. E explica ao filho, carinhosamente “Sid, você não pode assistir o fim de semana todo.” O pai acrescenta “Tanta TV de uma vez assim não é bom pra gente. Seu corpo vai ficar muito cansado!” O menino questiona “Cansado? Mas eu não ia nem me mexer! Como é que eu posso ficar cansado?”

Pacientemente, o pai explica a Sid que o menino precisa mexer o corpo. Mot faz movimentos, agachando e levantando, para demonstrar ao filho que é benéfico se exercitar. Alice apoia os argumentos de Mot, dizendo “O seu pai tem razão Sid, se você não se mexesse o seu corpo ia virar uma geleia!”. E começa a se exercitar também, dizendo “Eu adoro exercícios!” O menino ri e comenta com telespectador “Meus pais são engraçados!” e, pensativo, fala que deve haver uma maneira possível de ele assistir aos “Super-cães” o final de semana todo. Decide investigar isso na escola. A mãe concorda, pega um prato de comida e entrega ao filho, dizendo “Ótima ideia! Mas primeiro exercite os músculos da boca e coma seu cereal. Coma tudo!”

Nesse diálogo, percebemos que a ideia do filho é desconstruída pelos pais sem autoritarismo. O não que Sid recebe está embasado em argumentos e exemplos práticos que Alice e Mot dão ao filho para fazê-lo compreender os malefícios dessa ideia. Não é aquele simples “Porque não e pronto” com que, geralmente, os adultos silenciam as crianças. Nas relações familiares demonstradas no desenho, a criança tem voz, pode questionar os argumentos dos pais e estes têm tempo e disposição para ouvi-la e dialogar com ela.

O café da manhã é também o momento em que Sid inicia o questionamento sobre algum fenômeno científico que será discutido na escola dele durante o episódio. Na cena, o discurso verbal e o plano de fundo se entrelaçam, pois, ao mesmo tempo em que os pais desenvolvem as tarefas domésticas, sobre as quais discutiremos a seguir, ainda têm disponibilidade para ouvir os questionamentos do menino. Entre outras intenções, o desenho animado parece querer alertar os pais para o fato de que, além de cuidar das crianças, educá-las é uma responsabilidade que eles precisam compartilhar com a escola.

Na animação *Peppa Pig*, o texto e os cenários são mais simples. Os planos de fundo, portanto, são menos discursivos. No entanto, o modo de estar na família que as crianças podem apreender ao assistir ao desenho não é menos significativo. No episódio “Limpando o carro” (duração 4 min. e 40 seg), Peppa começa apresentando ela e a família “Eu sou a Peppa. Esse é meu irmãozinho George. Essa é minha mamãe e esse é meu papai.” Essa ‘singela’ apresentação é o primeiro ensinamento sobre família que as crianças aprendem, ou seja, como essa instituição desse ser constituída, conforme já discutimos no subtópico anterior.

Em seguida, a voz de um narrador observador informa aos telespectadores que Papai Pig vai levar a família para passear. Ele já está dentro do carro, que está coberto de lama. Pergunta se todos estão prontos para o passeio. As crianças e Mamãe Pig respondem que sim, porém quando ela se aproxima do carro, fala com o ar de surpresa “Mas o carro não está! Olha só que sujeira!” Papai Pig desce do carro e diz “Ah, não está tão mal! Devia ver como está dentro dele. Ela abre o carro e fala “Mas que papai bagunceiro!” E tira de dentro do veículo: jornais de Papai Pig, um pacote de bala da filha e o dinossauro de George. Depois, afirma olhando para o marido “Temos que limpar o carro antes do passeio.” Ele concorda com a esposa “Está certo, mamãe!”

Animada com a ideia da mãe, Peppa pergunta “Mamãe, podemos ajudar a limpar?” Mamãe Pig permite e todos começam a

limpar o veículo. Cada um lava uma parte. George deixa sua esponja cair na lama e passa-a na porta do carro, sujando o local. Peppa reclama sobre o “erro” do menino, com um tom suave, sem reprimi-lo “George, você sujou o carro!” Ela pega o balde com água suja para limpar o carro. O pai tenta alertá-la, mas não consegue impedi-la de fazer isso e Peppa suja o veículo inteiro de lama. O pai vai pegar a mangueira para lavar o automóvel. A porquinha pede “Eu posso segurar a mangueira?” Ele responde à filha que sim. Quando o pai liga a torneira, a porquinha não consegue conter a força do jato de água e joga bastante água no próprio rosto, no irmão e na mãe. Mamãe Pig fala “Peppa, pare! Papai Pig, desligue a torneira!” O pai acalma a família, dizendo “Não se apavorem!” Quando ele consegue desligar a torneira, mãe e filhos estão completamente molhados e o carro está sem lama. A família vai se secar, enquanto o pai fica enxugando o carro.

Ainda no que diz respeito à relação pais-filhos, se o desenho animado *Sid, o cientista* ensina às crianças que elas têm voz no âmbito familiar, essa sucessão de cenas e diálogos entre as personagens de *Peppa Pig* demonstram que atitudes dos sujeitos infantis, vistas pelos pais, na vida real, como traquinagens e, muitas vezes, reprimidas, devem ser considerados comportamentos normais, inerentes à fase do desenvolvimento infantil. Isso é visível ao observarmos como a mãe e o pai de Peppa e George lidam com as travessuras dos filhos. George não é colocado de castigo ou é impedido de limpar o carro após sujá-lo com a esponja e Peppa ajuda o pai com a mangueira depois de ter jogado água suja no automóvel.

Nesse sentido, podemos afirmar que os dois desenhos animados retratam as transformações ocorridas no relacionamento entre pais e filhos na sociedade contemporânea. Evoluções no conceito de infância modificaram as relações afetivas dos pais com as crianças. Estas saíram da posição de sujeitos passivos à autoridade dos seus genitores para a condição de atores sociais, com voz na família, direitos e cuidados especiais, conforme sua

fase de desenvolvimento. Além disso, segundo Pratta e Santos (2007), o combate ao pensamento machista e à dominação do homem sobre a mulher e as crianças fizeram com que este deixasse de ser a autoridade central da casa. Decorre dessa mudança cenas em que Alice e Mot, Mamãe Pig e Papai Pig compartilham harmoniosamente a educação dos filhos.

Quanto às relações marido-esposa, no plano não verbal do desenho animado *Sid, o cientista*, enquanto dialogam com Sid, seus pais dividem as tarefas domésticas. A mãe prepara o cereal para Sid comer e o pai organiza o lanche que o menino levará para a escola. Essa divisão de tarefas se repete em todos os episódios do desenho animado, ensinando às crianças igualdade de gêneros no que diz respeito aos cuidados com a família. Uma visão oposta às famílias tradicionais, na qual o pai era o provedor econômico da casa e a mãe educava os filhos e realizava as atividades da casa, conforme ressalta Vasconcellos (2013). A cena recorda os antigos anúncios publicitários de margarina, retratando a família perfeita, unida e feliz no café da manhã, porém não mais sentadas à mesa, porque os pais têm que executar tarefas domésticas e tomar café com os filhos concomitantemente.

Nas duas últimas cenas de *Peppa Pig*, Papai Pig vê o próprio reflexo e o da família no veículo. Todos se olham no brilho do carro e riem. Mamãe Pig comenta “Que carro lustroso e lindo!” Ele responde “Sim! Eu sou especialista nessas coisas!” Ela chama a família “Vamos, hoje eu dirijo!” A família entra no carro e sai. Mamãe Pig pede para que todos mantenham o veículo limpo. Papai Pig e as crianças concordam, porém, em seguida, ela passa por uma poça de lama e o carro fica todo sujo. Peppa comenta “Mamãe, agora você deixou o carro todo sujo de novo!” O pai ri e acrescenta “Mamãe bagunceira!” Peppa repete a frase do pai e todos riem.

A divisão de tarefas entre cônjuges, portanto, também passa todo episódio desenho animado *Peppa Pig*. Contudo, nes-

se produto cultural há discursos contraditórios sobre a igualdade de gênero, tendo em vista que Mamãe Pig lava o carro com o marido, mas é ele quem consegue deixar o veículo brilhando no final da cena. Quando é elogiado pela esposa, ele afirma “Eu sou especialista nessas coisas” retrocedendo à visão machista de que essa tarefa é essencialmente masculina. Também não passa despercebido o fato de Mamãe Pig assumir a direção do carro, que, inicialmente, constrói uma imagem favorável à equidade de papéis desempenhados pelo pai e pela mãe na família. Todavia, quando ela coloca o veículo dentro da poça de lama, a cena reativa na memória dos telespectadores o discurso da imperícia feminina no trânsito.

Na penúltima cena do episódio de *Sid, o cientista* (duração dos 9min e 50 seg aos 11min e 18 seg), a avó paterna de Sid vai buscá-lo na escola e durante a viagem, ele relata para ela o que aprendeu sobre exercícios. Ela afirma para o neto que sabe tudo sobre esse tema e conta-lhe sobre os exercícios que já praticou nas diferentes fases da vida dela: dança quando era pequena, patinação no gelo na infância do pai de Sid e aeróbica quando filho cresceu. Fez artes marciais e, agora, pratica exercícios mais leves como ioga e pilates para fortalecer os músculos. O menino olha para o telespectador, elogia a avó e afirma que fará exercícios para ficar igual a ela. O discurso da avó ratifica os ensinamentos dos pais do menino e da escola. Ela passa a ser para Sid um exemplo prático de que exercitar o corpo é essencial em todas as fases do desenvolvimento humano para ter uma velhice saudável.

Os avós de Peppa e George têm mais destaque nas aventuras dos netos. No episódio “O sótão do vovô e da vovó” (duração de 4 min e 31 seg), Mamãe Pig leva Peppa e George para passar um dia com os avós, que estão no sótão, organizando coisas antigas. Sem chegarem a um acordo sobre o que deve ser jogado fora, Vovó Pig e Vovô Pig pedem que os netos escolham. Peppa encontra um toca-discos antigo. Os avós relatam lembranças da

infância da mãe da menina. Peppa coloca para tocar um disco que Mamãe Pig gostava de ouvir e todos começam a dançar. Diferenciando-se de *Sid, o cientista*, que enfatiza a função de cuidar da avó, esse produto cultural ressalta o papel social dos avós no entretenimento dos netos, uma vez que na maioria dos episódios, nos quais Peppa e George contracenam com os avós, representam momentos de diversão.

Diante desse contexto, podemos verificar que as representações de famílias tanto em de *Sid, o cientista*, quanto em *Peppa Pig* configuram o padrão familiar ideal observado na literatura infantil e no cinema para crianças. Esse ideal se acentua, principalmente, na retomada da configuração nuclear dessa instituição social, bem como na relação marido-esposa, já que os dois casais dos desenhos analisados vivem relacionamentos matrimoniais sem conflitos e dispõem de recursos materiais e de tempo para cuidar dos filhos. Os dois produtos culturais demonstram somente transformações ocorridas nas relações familiares tradicionais que corroboram para a construção de tal modelo. Considerando que a interação com esses desenhos influencia a identidade e a subjetividade dos sujeitos infantis, poderíamos questionar que sentimentos esses produtos culturais podem despertar nas crianças que têm famílias reconstruídas devido ao divórcio? Naquelas famílias cujos pais são formados por casais do mesmo gênero? Em outras que são criadas apenas pela mãe ou pelo pai ou pelos avós?

Com efeito, o fato de dois produtos culturais considerarem somente um único modo de ser e estar na família mostra que o reconhecimento de algumas mudanças ocorridas nessa instituição não se traduz em ampla aceitação social. Ainda há um conflito entre o estabelecimento dos novos modelos de família e a reconstrução do antigo padrão familiar. Discutindo esse problema, Vasconcellos (2013) afirma que essas transformações são analisadas de duas maneiras no discurso teórico. A primeira as consideram uma crise familiar gerada pela desestruturação da família. A se-

gunda as interpreta como uma reorganização dos papéis sociais que culminaram em outros modos de ser e estar na família.

O último ponto de vista se mostra mais apropriado ao contexto contemporâneo. A ideia de crise desconsidera que as modificações ocorridas nos arranjos e nas relações familiares foram causadas por fatores sociais, econômicos, culturais, entre outros. Fatores que ocasionaram o surgimento de novas identidades e subjetividades, culminando na reorganização de papéis de homens, mulheres e crianças na sociedade, tanto no âmbito familiar quanto em outros setores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos desenhos animados nos conduz a algumas conclusões. Constatamos que a representação de família nesses produtos culturais ainda está bastante ligada ao modelo nuclear tradicional. A opção por esse arranjo familiar é explicitamente declarada pela configuração do núcleo familiar das personagens principais, Sid e Peppa, com pai, mãe e filhos. Sendo assim, podemos afirmar que os novos arranjos apontados pelas pesquisas censitárias do IBGE ainda não têm ampla aceitação na produção de desenhos destinada à infância. E esta é vista por quem produz esses desenhos como possíveis agentes de resgate da forma de ser família que tradicionalmente a sociedade valoriza.

As mudanças de valores e comportamentos sociais e culturais são mais aceitas do que as estruturais. Daí um dos fatos de as relações familiares contemporâneas já serem incluídas no modo de estar na família veiculado nos desenhos *Sid*, *o cientista* e *Peppa Pig*. Nesse sentido, o contato das crianças com esses produtos culturais pode resultar em representações do modo de ser da família tradicional. Outra consequência disso pode ser o aumento do preconceito com relação às famílias que não seguem o arranjo nuclear, principalmente, aquelas formadas por pessoas do mesmo gênero.

Além disso, família ainda é uma instituição bastante valorizada pela produção cultural midiática destinada às crianças. Essa instituição é representada nos produtos culturais como um lugar de proteção do sujeito infantil e de preparação do adulto que a sociedade almeja. Os pais desempenham papéis fundamentais, seja com discurso educativo dos pais da personagem Sid, seja pelo compartilhamento momentos de diversão em família protagonizados pelos pais de Peppa e George. Essa valorização adentra o campo do idealismo quando esses desenhos ignoram todos os problemas socioeconômicos, conflitos afetivos e falta de diálogo que são inerentes a muitos contextos familiares contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, Milton José de. *Imagens e sons: a nova cultura oral*. São Paulo: Cortez, 2004.

AYRES, Melina de La Barrera; RIAL, Carmen Silvia. Criando pontes: aplicando na comunicação um método antropológico – o caso da publicidade da Sky e suas representações de família. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 15, 2014, Palhoça-SC. *Anais...* Palhoça - SC, 2014.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação* [online], n.23, p.36-61, Maio/Ago/2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000200004>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

COUTINHO, Laura Maria. *Audiovisuais: arte, técnica e linguagem*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GIROUX, A. Henry. *Atos Impuros: a política dos estudos culturais*. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

HALL, R. H. *Organizações: estrutura e processos*. 3 ed. São Paulo: Prentice Hall, 1984.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Censo 2010: uniões consensuais já representam mais de 1/3 dos casamentos e são mais frequentes nas classes de menor rendimento*, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2240&t=censo-2010-unioes-consensuais-ja-representam-mais-13-casamentos-sao-mais-frequentes>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio dos. *Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000200005>. Acesso em 03 jun. 2017.

PEPPA PIG - Limpando o carro. Produção: Astley Baker Davies. 4 min. 40 seg. Son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=b8B6j1xeod0>>. Acesso em 12 jun. de 2017.

PEPPA PIG - O sótão do vovô e da vovó. Produção: Astley Baker Davies. 4 min. 31 seg. Son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=K3khtTSz598>>. Acesso em 12 jun. de 2017.

RIAL, Carmen. Antropologia e mídia: breve panorama das teorias de comunicação. *Revista Antropologia em primeira mão*. Florianópolis: Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 2004, Vol.74, p.4-67.

SID, o cientista - Exercícios. Produção: The Jim Henson Company e KCET/Los Angeles. Estados Unidos, 2008. 11 min. 38 seg. Son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bAgyIecg1Yw>>. Acesso em 10 jun. de 2017.

SILVA, Aurio Lucio Leocardio. *Consumo de produtos culturais em São Paulo: análise dos fatores antecedentes e proposta de modelo*. 224 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo, 2008.

SILVEIRA, Fernando G.; SERVO, Luciana M. S.; MENEZEZ, Tatiane; PIOLA, Sérgio F. *Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas*. Instituto de Pesquisa Econômica aplicada, Brasília, IPEA, 2007.

VASCONCELLOS, Karina de Mendonça. *A representação social da família: desvendando conteúdos e explorando processos*. 377 p. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2013.

Formato	15cm x 21cm
Tipografia	ZapfEllipt BT
Software de editoração	Adobe InDesign
Número de páginas	164
Formato	E-book
Edição	Criação Editora

Francisco Vieira da Silva
Rafael de Souza Bento Fernandes
Romana Castro Zambrano
Cleide Emília Faye Pedrosa
Simone Pereira da Silva
Márcia Regina Pereira Curado Mariano
Éderson Luís da Silveira
Lucas Rodrigues Lopes
João Paulo Lima Cunha
Sanadia Gama dos Santos
Ramon Diego Câmara Rocha
Maristela Felix dos Santos